Universidade Estadual do Ceará - UECE

Maria Edivani Silva Barbosa

ARACATI (CE) NO PERÍODO COLONIAL: ESPAÇO E MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof[a] Dr[a] Maria Salete de Souza

Fortaleza - Ceará

2004

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

Título do Trabalho: Aracati (CE) no período colonial: espaço e memória.

Área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.
Linha de Pesquisa: Sociedade, Espaço e Cultura

Mestranda: Maria Edivani Silva Barbosa

Aprovada em 27 / 08 / 2004 Nota obtida: 10,00
Conceito obtido: Satisfatório com louvor

Banca Examinadora

Maria Salete de Souza Profª. Drª. (Orientadora)

José Borzacchiello da Silva Prof. Dr. (UFC)

Zenilde Baima Amora Profª. Drª. (UECE)

A Deus porque me encheu de força e coragem para vencer os obstáculos da vida.

À memória de meu pai, Raimundo Gomes Barbosa, porque no seu pequeno mundo me mostrou o universo do saber, quando me ensinou o caminho da escola.

Agradecimentos

A todos que participaram da elaboração deste trabalho. Àqueles que me ajudaram a enfrentar e a superar as dificuldades que surgiram durante o período do curso. Divido com eles as qualidades do mesmo, a sua riqueza de conteúdo, a mim cabendo a responsabilidade de assumir os possíveis equívocos.

À minha família por ter sido a grande incentivadora dos meus estudos, o reconhecimento pelo apoio recebido, em especial, das minhas irmãs Maria Elisabete Silva Barbosa, Maria das Graças Silva Barbosa e meu irmão Francisco Wilame Silva Barbosa, que sempre estiveram comigo, ajudando a superar os momentos difíceis.

Ao companheiro e amigo, Antônio Marcus Cunha Bezerra, que sempre esteve ao meu lado, colaborando para o sucesso deste trabalho e pela sua valiosa ajuda em algumas pesquisas de campo.

Ao grande amigo, José Francisco Soares, pelo apoio em todos os níveis, que percebendo certas dificuldades nesta caminhada procurou solucionar problemas, abrindo caminhos para que eu pudesse prosseguir.

Aos professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Maria Salete de Souza, Clélia Lustosa da Costa, Eustógio Correia Dantas, José Borzacchiello da Silva, e aos professores deste mestrado, Zenilde Baima Amora e Luiz Cruz Lima, agradeço a contribuição intelectual, e motivação na minha vida acadêmica.

As professores com quem tive o prazer de estudar durante o curso de mestrado, de cujo convívio surgiram valiosas informações e reflexões para a construção deste conhecimento: Meirecele Calíope Leitinho, Marcos José Nogueira de Souza, Cilda Maria Cerqueiro Damasceno, José Meneleu Neto, da Universidade Estadual do Ceará e ao professor Jisafran Nazareno Mota Jucá, da Universidade Federal do Ceará.

Ao professor Roterdan Damasceno, da Casa de Cultura Francesa (UFC), que tão gentilmente me auxiliou na tradução do resumo deste trabalho.

Aos valorosos aracatienses José Corrêa, Antero Pereira Filho, agradeço as informações sobre a *Terra Aracatiense*. Igualmente quero agradecer ao ilustre aracatiense Dr. Abelardo Gurgel Costa Lima, por estar sempre contribuindo incansavelmente para manter viva a memória desse lugar. Agradeço ainda a colaboração da conterrânea Irene Pascoal, que esteve presente em uma das pesquisas de campo.

Ao amigo, Adriano Sérgio da Silva Andrade, que me cedeu a maior parte das fotos contidas neste trabalho.

À amiga companheira de mestrado, Helissandra Helena Silva Botão, que me ajudou na confecção dos mapas, na organização final da dissertação, bem como na apresentação no dia da defesa. À amiga Veridiana Marques da Costa, sempre disposta a colaborar na construção deste conhecimento.

Aos colegas de mestrado: Alexsandra Maria Vieira Muniz, Antônio Flávio Pinheiro, Delma Barros Amaro, Ernane Cortez Lima, Francisco Kennedy dos Santos, Jorge Eduardo de Abreu, Manuel Rodriguez de Freitas, Maria Lucenir Jerônimo Chaves, Maria Lusiane de Freitas e Manuel Rodrigues de Freitas Filho, pelo convívio e crescimento intelectual que eles me proporcionaram.

Às amigas, Maria Aparecida de Lavor e Teresa Norma Barros dos Santos, ambas Bibliotecárias da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. A primeira sempre atenta em repassar bibliografias que me auxiliassem na pesquisa, a segunda, por fazer a correção ortográfica e gramatical deste trabalho, com muita dedicação.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que contribuiu financeiramnte para o desenvolvimento desta pesquisa.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral a análise das relações socioespaciais da cidade de Aracati (CE / Brasil), no período colonial, onde se procurou resgatar sua identidade e memória urbana. A cidade manifesta através da morfologia urbana, vestígios do apogeu econômico, herdados principalmente do século XVIII. A arquitetura e o traçado urbano remanescentes são suportes da memória urbana, e revelam singularidades locais, peculiaridades que a distingue de outras vilas criadas no mesmo período histórico. Para compreender a organização do espaço, foram identificadas as forças que atuaram na sua produção como a Igreja, as irmandades religiosas, o Estado português, os agentes econômicos (fazendeiros, comerciantes e charqueadores), a câmara municipal e demais grupos sociais. Entender a trama entre esses agentes, revela momentos únicos dessa memória urbana, o que explica a produção espacial. Através da paisagem urbana, verifica-se a lógica dos elementos construídos: o traçado urbano retilíneo, com ruas largas cortadas por becos, visava adequar-se à dinâmica econômica da época, a arquitetura residencial com fachadas iguais foram diretrizes urbanas do Governo português. Os templos religiosos refletem a influência e o poder da Igreja católica na organização socioespacial. A construção da cidade de costas para o rio Jaguaribe se deu devido o mesmo, na época, ser considerado um local insalubre, para onde seguiam os dejetos da vila. Mediante este estudo foi possível compreender no tempo e no espaço, a formação socioespacial da terra aracatiense.

Résumé

Cette recherche a comme but général l'analyse des rapports socio-spatiaux de la ville de Aracati (Ceará / Brésil), dans l'époque coloniale où on l'a cherché à récupérer son identité et la mémoire urbaine. La ville manifeste, par la morphologie urbaine, des vestiges de son apogée économique, hérités principalement du XVIII ème siècle. L'architectura et le dessin urbain rémanents sont des supports de la mémoire e révélant des singularités locales, des particularités qui la distingue d'autres bourgs crées dans la même période historique. Pour comprendre l'organisation de l'espace, les forces qui ont agi dans sa production comme l'Église, les "irmandades" religieuses, l'État portuguais, les agentes économiques (fermiers, commerçants, "charqueadores"), le conseil municipal et d'autres groupes sociaux ont été identifiés et analysés. Comprendre la trame entre ces agents, révèle des moments uniques de cette mémoire urbaine, ce qui explique la production spatiale. À travers le paysage urbain, on peut vérifier la logique des éléments bâtis: le tracé urbain droit, avec des rues larges coupées par de petites rues visait l'adéquation avec la dynamique économique de l'époque, l'architecture résidentielle avec des façades identiques ont été le modèle urbain choisi et imposé par le gouvernement portuguais. Les temples réligieux montrent l'influence et le pouvoir de l'Église catholique dans l'órganisation sociospatiale. La construction de la ville avec les façades au sens inverse du fleuve Jaguaribe est dû, à l'époque, à l'insalubrité des locaux puisque les dechets de la ville étaiant jettés dans les eaux de ce fleuve. La compréhension, dans le temps et dans l'espace, de la formation sociospatiale de la ville de Aracati et ses environs est possible grâce à cette étude.

SUMÁRIO

Pág.

Lista de Siglas e Abreviaturas.....10
Lista de Mapas, Figuras, Quadros e Fotos.....11

INTRODUÇÃO.....15
CAPÍTULO 1. GEOGRAFIA: ESPAÇO E MEMÓRIA.....22
1.1 Paisagem urbana.....22
1.2 Memória histórica, memória urbana e memória da cidade.....31
1.3 Metodologia operacional.....36

CAPÍTULO 2. PAISAGEM NATURAL: PRINCIPAL VETOR DA COLONIZAÇÃO.....37
2.1 Gênese do território aracatiense.....43
2.1.1 A bandeira de Pero Coelho de Souza.....43
2.1.2 A expulsão dos holandeses do Recife.....46
2.2 Limpando a terra: a conquista na ribeira do Jaguaribe.....51
2.2.1 Paisagem sertaneja: fazendas, ranchos e currais.....54
2.3 O Porto dos Barcos e sua dinâmica econômica.....63

CAPÍTULO 3. RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COLONIAL.....68
3.1 Agentes produtores do espaço urbano em Aracati no período colonial.....71
3.1.1 Mudando a paisagem: a ação dos fazendeiros, charqueadores e comerciantes.....71
3.1.2 Governo Português: a criação de vilas no período colonial.....82
3.1.3 Câmara Municipal: a legislação do solo urbano.....100
3.1.4 Igreja e irmandades religiosas.....105
3.1.5 Outros grupos sociais na construção da vila.....117

CAPÍTULO 4. DEPOIS DO PERÍODO COLONIAL.....127
4.1 Economia, espaço e sociedade.....127
4.2 Cultura local.....145

CAPÍTULO 5. ATENTADOS À MEMÓRIA DA CIDADE:
Aracati os monumentos que restam te saúdam.....150
5.1 Patrimônio arquitetônico: a valorização do passado.....150
5.2 Ação do poder público.....158
5.3 As intempéries do tempo.....169

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....177
BIBLIOGRAFIA.....181
ANEXOS.....187
Anexo I: Consultas do Conselho Ultramarino.....188
Anexo II: Auto da Audiência Geral de 12 de Fevereiro de 1781.....193
Anexo III: Auto de Segunda Audiência Geral de 19 de Fevereiro de 1781.....196

Lista de Siglas e Abreviaturas

BB – Banco do Brasil
BEC – Banco do Estado do Ceará
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEF – Caixa Econômica Federal
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMOPEC – Instituto da Memória do Povo Cearense
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará
LAPUR – Laboratório de Planejamento Urbano Regional
MHN – Museu Histórico Nacional
NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
RIC – Revista do Instituto do Ceará
SDU – Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEDURB – Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Coordenação
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
SUDEC – Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará.
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC – Universidade Federal do Ceará
% - Por cento
Deptº- Departamento
km – Quilômetro
km^2 – Quilômetro quadrado
M - Metro

Lista de Mapas, Figuras, Quadros e Fotos.

Pág.

Mapa 1 - Localização do município de Aracati 21

Mapa 2 - Estado do Ceará – fundação das vilas e cidades.....25

Mapa 3 - Aracati (sede municipal) – localização da Vila São José.....42

Mapa 4 - Planta do Porto e Vila do Aracati.....:.....67

Mapa 5: Ruas antigas da Vila de Santa Cruz do Aracati.....91

Mapa 6 - Aracati (sede municipal) – evolução urbana.....130

Mapas 7, 8, 9, 10 - Aracati: fragmentação territorial.....143

Mapa 11 - Aracati e seus distritos.....144

Mapa 12 - Aracati (sede Municipal) – limite dos bairros.....175

FIGURAS

Figura 1 - Principais vias de comunicação do século XVIII – Ceará.....49

Figura 2 - Caminhos de povoamento.....50

Figura 3 - Sesmarias do Baixo Jaguaribe.....57

Figura 4 - Núcleo Urbano da Vila de Aracati 92

QUADROS

Quadro 1 - Distribuição de sesmarias na Capitania do Ceará.....54

Quadro 2 - Distribuição de sesmarias na bacia do Jaguaribe (1678 – 1824).....56

Quadro 3 - Configuração Urbana no Século XVIII.....66

Quadro 4 - Configuração urbana no século XIX (1800-1850).....129

Quadro 5 - População e divisão político - administrativa.....142

FOTOS

Foto 1 – Rio Jaguaribe – Aracati (CE).....40

Foto 2 - Foz do rio Jaguaribe – Fortim (CE).....44

Foto 3 - Serra Areré – Foz do rio Palhano – Itaiçaba(CE).....53

Foto 4 - Casa rural – Camorim – Itaiçaba (Baixo Jaguaribe).....61

Foto 5 - Curral de gado – Camorim – Itaiçaba (Baixo Jaguaribe).....61

Foto 6 - Sítio Santarém ou “Castelo”.....62

Foto 7 - Casa rural – Vila São José (Aracati).....62

Foto 8 - Réplica de um carro de bois.....75

Foto 9 - Rio Jaguaribe – Itaiçaba (CE).....76

Foto 10 - Residências que pertencem a família Caminha.....78

Foto 11 - Liteira.....81

Foto 12 - Praça da Cruz das Almas.....87

Foto 13 - Casa de câmara e cadeia pública.....87

Fotos 14 a 20 - Exemplares do conjunto arquitetônico.....93-96

Foto 21 - Perfil da Rua Coronel Alexanzito.....98

Foto 22 - Os becos de Aracati.....99

Fotos 23 a 27 - Templos religiosos.....111-113

Foto 28 - Cemitério na Igreja do Senhor do Bonfim.....116

Foto 29 - Restos de um engenho de ferro – Cumbe - Aracati.....124

Foto 30 - Antigo Sítio no Cumbe - Aracati.....124

Foto 31 - Antigo sítio da família Monteiro – Cumbe (Aracati).....125

Foto 32 - Firma Costa Lima & Mirtil.....131

Fotos 33 e 34 - Antiga Fábrica Santa Tereza 133

Foto 35 - Residência dos antigos proprietários da fábrica Santa Tereza.....134

Foto 36 - Locomotiva que fazia o transporte do sal no Canoé - Aracati.....136

Foto 37 - Vale do Jaguaribe – residência no Camorim – Itaiçaba.....138

Foto 38 - Quintal da residência – Camorim-Itaiçaba.....139

Foto 39 - Feira de artesanato de palha de carnaúba – Aracati.....139

Foto 40 - Solar das Corrêas.....159

Foto 41 -Casas construídas no local do solar das Corrêas.....159

Foto 42 - Antigo sobrado das Corujas.....160

Fotos 43 e 44 - Antigo chafariz na Cacimba do Povo.....162-163

Foto 45 - Carroças d'água trafegam diariamente pelas ruas da cidade.....164

Fotos 46 e 47 - Praça Dr. Leite.....166

Foto 48 - Praça Dom Luiz.....167

Foto 49 - Mercado Público municipal.....168

Fotos 50,51, 52, 53 - Enchentes no Baixo Jaguaribe – ruas alagadas.....172-173

Fotos 54 e 55 - Residências em ruínas.....176

“... A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

Italo Calvino

INTRODUÇÃO

As cidades cearenses, cujo apogeu econômico ocorreu nos períodos das economias: pecuária (século XVIII) e algodoeira (século XIX), constituem-se verdadeiros suportes da memória histórica, em virtude dos resquícios materializados no espaço, representados através de traçados urbanos, templos religiosos, fortalezas, portos, casarões, armazéns, praças públicas, parques, entre outros elementos da morfologia urbana. Uma vez reconhecidos, esses testemunhos ajudam a compreender, em parte, o processo histórico-geográfico de formação e ocupação do território cearense em seus diferentes momentos.

Sendo assim, as vilas e cidades que se inscreveram no mesmo universo da exploração colonial se destacam por guardarem no espaço alguns exemplares arquitetônicos, herança de um passado distante. A exemplo disso, vê-se a Noroeste-Cearense, as vilas criadas no século XVIII: Viçosa do Ceará (1759) e Sobral (1773); nos Sertões Cearense, Quixeramobim (1766); na Região Jaguaribana, Aracati (1748) e Russas (1766); no Centro-Sul Cearense, Icó (1738) e na Região Metropolitana, Aquiraz (1713) e Fortaleza (1726)[1].

Estes são apenas alguns exemplos de cidades localizadas em diferentes pontos do território cearense, cuja arquitetura local, seja ela em estilo colonial; de natureza eclética (este modelo é mais restrito à capital cearense); ou outro modelo arquitetônico qualquer, sem seguir nenhuma linha arquitetônica específica, todos escondem um conteúdo social, capaz de revelar momentos singulares da vida política, cultural e econômica do Estado do Ceará.

Este estudo analisa, em especial, a cidade de Aracati, uma cidade que se destaca pelo seu valor histórico e ambiental, situada no litoral leste do Estado do Ceará, distante da capital cearense 159 km (Mapa 1). O município apresenta um quadro geoambiental bastante diversificado, face à variabilidade do relevo

[1] Sobre as datas de criação das vilas e cidades do Ceará ver MARTINS Filho & GIRÃO,1966.

constituído por uma base geográfica composta de Planície Litorânea, Planície Fluviomarinha, Planície Fluvial, Tabuleiro Pré-Litorâneo, Depressão Sertaneja e em menor proporção, parte do território aracatiense está inserido na Chapada do Apodi (LIMA, 2000).

O município de Aracati faz limite ao norte, com o oceano Atlântico; ao sul, com os municípios de Itaiçaba, Palhano e Jaguaruana; a leste, com o Estado do Rio Grande do Norte e o município de Icapuí; e a oeste com os municípios de Beberibe e Fortim.

Favorecido pelo meio ambiente natural, o município apresenta algumas potencialidades, pois a exuberante paisagem natural contribui para o desenvolvimento de atividades turísticas, atividades pesqueiras, extrativismo vegetal e mineral, agricultura e a utilização de sua base territorial favorável à expansão urbana.

Aracati não é sinônimo apenas de beleza natural. A paisagem urbana chama a atenção, por esta apresentar um importante patrimônio arquitetônico, herdado especialmente do período colonial, e por este motivo recentemente tombada. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN (1998, p.35), vários motivos justificaram o tombamento do sítio histórico de Aracati no ano 2000, destacando-se os seguintes: a liderança econômica que a cidade exerceu na capitania do Ceará durante muito tempo; o traçado urbano remanescente, e as construções que ainda dizem muito do quanto se produziu nas economias pecuária e algodoeira, destacando-se as casas térreas e os sobrados que formam graciosos conjuntos, e outras edificações de uso não residencial (templos religiosos, casa de câmara e cadeia pública etc.), detentoras de linguagem harmônica e ritmada, com detalhes arquitetônicos variados e expressivos. A cidade expressa ainda, a influência da arquitetura árabe através dos azulejos, utilizados no revestimento das fachadas de algumas construções.

Considerando a influência da cidade de Aracati no período colonial, que se estendeu por quase todo o território cearense, a Geografia tem muito a contribuir com o resgate da memória desse lugar. Como ponto de partida faz-se a leitura visual

da paisagem urbana, ou seja, a análise das formas visíveis, aquilo que pode ser apreendido pelo olhar do pesquisador, os resquícios do passado, a materialidade. Partindo então da informação visual e relacionando-a aos conteúdos da literatura regional (principalmente estudos de historiadores e geógrafos), tem-se como objetivo geral desta pesquisa, a análise das relações socioespaciais, estabelecidas no período colonial, onde se procura resgatar sua identidade e memória urbana.

É necessário, pois pontuar aqui, que nem sempre as reminiscências do espaço urbano são capazes de revelar ou explicar os acontecimentos passados. É preciso um olhar para além do construído, para além dos objetos, e assim, contemplar o conteúdo da paisagem. Por isso realizou-se o levantamento bibliográfico para analisar os documentos desse período, os quais explicam essa realidade de outrora, identificando, assim, as forças que no passado operaram na formação e transformação dessa paisagem.

Dentre os objetivos específicos destacam-se os seguintes: a busca de referenciais histórico-geográficos que explicam a gênese da sociedade e do espaço aracatiense, e quais os processos socioespaciais que efetivamente justificam a construção desse espaço urbano remanescente. Para tanto, se buscou identificar os agentes sociais produtores do espaço, do referido período, pois os mesmos tiveram um papel preponderante na configuração territorial.

Através da análise da materialidade ainda expressa no espaço e a relação que se faz entre os processos econômicos, políticos e culturais, conteúdo este resgatado nos arquivos públicos, bibliotecas, museus (instituições de memória), nas principais obras de historiadores e geógrafos cearenses, nas narrativas dos viajantes estrangeiros, procurou-se decifrar, quando possível, os símbolos, isto é, as representações sociais, herdados da sociedade colonial.

Vale lembrar o fato de que, a paisagem urbana nunca reflete fielmente todos os aspectos de uma sociedade. O que permanece no espaço urbano, na maioria das vezes, é a herança dos grupos civilizadores. Portanto, além de se preocupar com a construção desse espaço, no que se refere à funcionalidade econômica e social da época em estudo, o objetivo dessa pesquisa também foi

tentar resgatar a história daqueles grupos excluídos do processo de formação e ocupação do território aracatiense, ou seja, aqueles que foram dominados e vencidos (os índios e negros principalmente).

As dificuldades em trabalhar o conteúdo do passado foram surgindo logo que foi possível manusear os documentos antigos. O estado de conservação dos que ainda restam nos arquivos públicos, bibliotecas e museus, principalmente, as atas da câmara municipal, cartas endereçadas ao presidente da província do Ceará, e obras raras datados do século XVIII e XIX, apresentam-se bastante desgastados, difíceis de serem manuseados.

Outra dificuldade se refere à escrita e leitura desses documentos. O português arcaico dificultou em algumas vezes a compreensão do conteúdo dos mesmos. Ciente destas dificuldades e considerando o tempo estimado para a conclusão desta pesquisa, optou-se por analisar as obras dos principais estudiosos que se dedicaram a estudar o Ceará e o Nordeste brasileiro. Procurou-se na medida do possível resgatar os fragmentos dessa história, certo de que seria impossível a apreensão desse passado tal qual como ele aconteceu. São “retalhos” de uma memória, onde se procurou tece-la procurando ser fiel aos acontecimentos, no intuito de se aproximar o quanto mais dessas realidades de outrora.

Ademais, tendo em vista a situação geográfica da cidade de Aracati discute-se ainda a importância do porto para o crescimento da economia urbana do Ceará colonial. Aracati está localizada próxima ao oceano Atlântico e a poucos quilômetros da foz do rio Jaguaribe e isto favoreceu a instalação de um porto natural, no período colonial, que se tornou o principal meio para o escoamento da riqueza produzida na região jaguaribana como também a riqueza advinda do interior do Ceará.

Definidos tais objetivos estruturou-se os capítulos, obedecendo a seguinte seqüência:

Na tentativa de construir um arcabouço teórico-metodológico, discute-se no primeiro capítulo alguns conceitos operacionais, que nortearam o estudo em

questão, entre os quais: a Paisagem Urbana, a Memória Histórica, a Memória Urbana e a Memória da Cidade. Essa visita ao campo teórico abriu caminhos, que possibilitou enveredar no labirinto que é a cidade, desvendar os seus segredos, principalmente naquilo que se refere a sua configuração territorial.

No segundo capítulo, traz-se à luz os fatos históricos pertinentes ao surgimento da cidade de Aracati onde se apresentam alguns detalhes sobre a expansão das fazendas de gado, na ribeira do Jaguaribe, ainda no século XVII. Procurou-se neste capítulo descrever um pouco a fisionomia rústica da paisagem sertaneja e o cotidiano desse mundo rural.

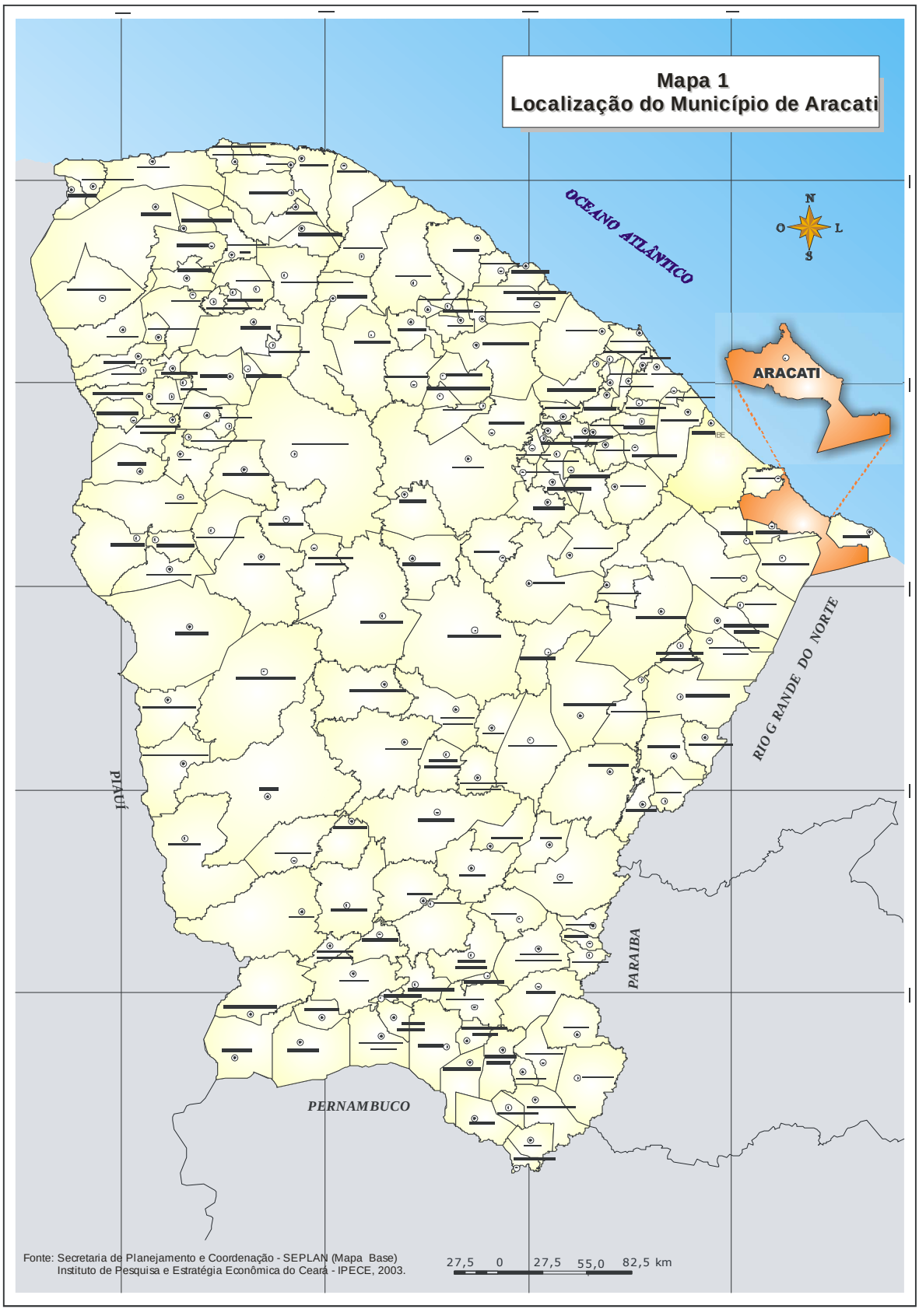
No terceiro capítulo, apresenta-se a ocasião em que foram implantadas as charqueadas. Isto é, caracteriza-se aqui a transição do rural para o urbano. Como esta economia (as charqueadas), transformou o modo de vida daquele pequeno Arraial? Que transformações ocorreram para caracterizar esta economia como uma atividade econômica urbana? Tais questionamentos são possíveis de serem explicados quando se analisa a participação de cada agente social, responsável pela produção desse espaço, ou seja, os agentes econômicos, a câmara municipal (poder local), o Estado (governo português), a Igreja e as irmandades religiosas, entre outros grupos sociais.

Em seguida, no quarto capítulo, faz-se uma breve apresentação sobre as relações estabelecidas entre a sociedade e o meio ambiente ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente considerando o desenvolvimento de algumas economias. Entre outros objetivos procurou-se discernir os resquícios desse passado, que apresenta diferentes tempos. Assim, buscou-se analisar os fragmentos da memória da cidade, com o objetivo de dar unidade a este conteúdo.

Vale lembrar que no espaço permanecem resquícios que apresentam diferentes datas, o que torna impossível fazer um recorte espaço-temporal preciso. Este “resto de memória” presente no espaço urbano aracatiense requer ser identificado, decifrado e datado. Assim sendo, pode-se vislumbrar de forma mais objetiva a sucessão dos acontecimentos, ou seja, a lógica dos processos econômicos, políticos e culturais.

Por fim, no quinto capítulo faz-se uma discussão sobre os atentados ao patrimônio histórico e cultural de Aracati, onde se procurou identificar os principais agentes responsáveis por sua destruição. Para tanto se analisa, sobretudo, o papel do Estado, entre outros grupos sociais. Nesse processo vale destacar as intempéries do tempo, no caso, os períodos chuvosos e as conseqüentes enchentes do rio Jaguaribe, considerados também os grandes vilões da memória da cidade. O objetivo deste capítulo constitui uma tentativa de se mostrar a necessidade de se preservar a memória da cidade. Portanto, ao se tratar de uma cidade histórica não há como desvincular a análise desse passado e sua valorização tão pertinente na atualidade.

Finalmente diante do que foi pesquisado faz-se uma apreciação crítica dos conteúdos, onde se procura sugerir medidas incentivadoras para a preservação da *memória da cidade.*


Mapa 1
Localização do Município de Aracati
OCEANO ATLÂNTICO
N
O
L
S
ARACATI
PIAUÍ
RIO GRANDE DO NORTE
PARAIBA
PERNAMBUCO
Fonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN (Mapa Base)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2003.
27,5 0 27,5 55,0 82,5 km

CAPÍTULO 1. GEOGRAFIA: ESPAÇO E MEMÓRIA

1.1 Paisagem urbana

Neste trabalho, discute-se sobre o passado da cidade de Aracati, através do estudo da paisagem urbana, mediante a leitura visual do seu Centro Histórico. Enquanto recurso metodológico, o conhecimento do meio ambiente construído, esse legado dos nossos antepassados, constitui-se um dos caminhos a ser percorrido na busca de apreensão do passado da cidade, e tem como foco principal a análise dos fenômenos espaciais ao longo do tempo. Trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo e interpretativo, conservando em todo o tempo, a análise dos fatos sociais à luz da Geografia Urbana e Geografia Cultural.

Num primeiro momento foi necessário atentar para as marcas do passado e do presente, visto que dentro do espaço da cidade convivem diferentes temporalidades. Observar a sua forma foi então o primeiro passo dado rumo a esse passado. As formas concretas dos lugares emitem um significado, um valor, e, sobretudo, revelam o período histórico em que estas foram construídas. Descobrir o que se oculta no interior dessa materialidade (o traçado urbano, a arquitetura dos prédios e casas, os monumentos etc.) só foi possível mediante a imersão na história da cidade. Esse conteúdo social, uma vez apreendido, coincide exatamente com a expressão espacial originada da complexidade social, que por sua vez é determinada pelos processos econômicos, políticos e culturais.

Mais do que tentar compreender a organização espacial buscou-se aqui entender a ordem temporal dos acontecimentos. Tal sucessão de eventos, quando identificados, esclarecem o sentido de ser de cada ”objeto” construído, isto é, tornam inteligíveis os “pedaços do tempo” que permanecem materializados no espaço urbano (SANTOS,1998, p.163). Segundo Santos (idem) existe uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo. Esta é uma das dimensões com que se pode

trabalhar em geografia, ou, em outras palavras, as coisas se dão em uma seqüência, uma espécie de ordem temporal. Para tanto se investiu em leitura do acervo bibliográfico e documental, guardados nas principais instituições de pesquisa histórica, sendo estas as principais fontes para se conhecer a memória dessa cidade.

Um simples passeio pelas ruas e becos antigos da cidade de Aracati leva o pesquisador a encher-se de interrogações, a indagar-se sobre aqueles espaços concebidos: os becos estreitos, as ruas largas e compridas, as igrejas, a simetria da fachada das casas e calçadas, as praças etc. Enfim, uma série de elementos antigos da paisagem que hoje convive com a sociedade atual, porém, muitas vezes foge ao próprio entendimento dos seus citadinos. Estas são indagações que até mesmo os mais leigos, no que se refere à leitura do espaço, são capazes de fazer, muito embora, poucos estejam aptos para responder tais questionamentos.

A paisagem urbana por si só não se explica. Esse mergulho na História, tão necessário para a análise dos conteúdos, que deu forma à cidade, viabilizou a leitura da paisagem. Tarefa esta para o geógrafo que, munido de conceitos e categorias analíticas próprios para interpretar o espaço urbano, tem a responsabilidade de tornar compreensível a organização do espaço urbano, seja esta uma análise sincrônica ou diacrônica. Para Vasconcelos (2001, p.27), o estudo da *forma* e do *conteúdo* é fundamental num estudo geográfico. A forma “é o aspecto visível de uma coisa” assim como o “arranjo ordenado dos objetos” (SANTOS, 1985 apud VASCONCELOS, 2001, p.27). Vasconcelos diz ainda que

> “Embora seja polissêmico, no sentido de forma espacial, seu uso vai desde a morfologia urbana às principais formas construídas (logradouros, prédios), e são de interesse especial para o geógrafo (assim como para o arquiteto e o urbanista), independente do período em exame. Os conteúdos das formas podem variar a partir das transformações ocorridas nos espaços em análise” (idem).

Os vestígios guardados no espaço urbano de Aracati apresentam-se como verdadeiros documentos da memória e ao serem decifrados os seus significados, contribuem para revelar momentos singulares dessa sociedade. Evidente que a origem da cidade de Aracati remonta ao período em que outras vilas

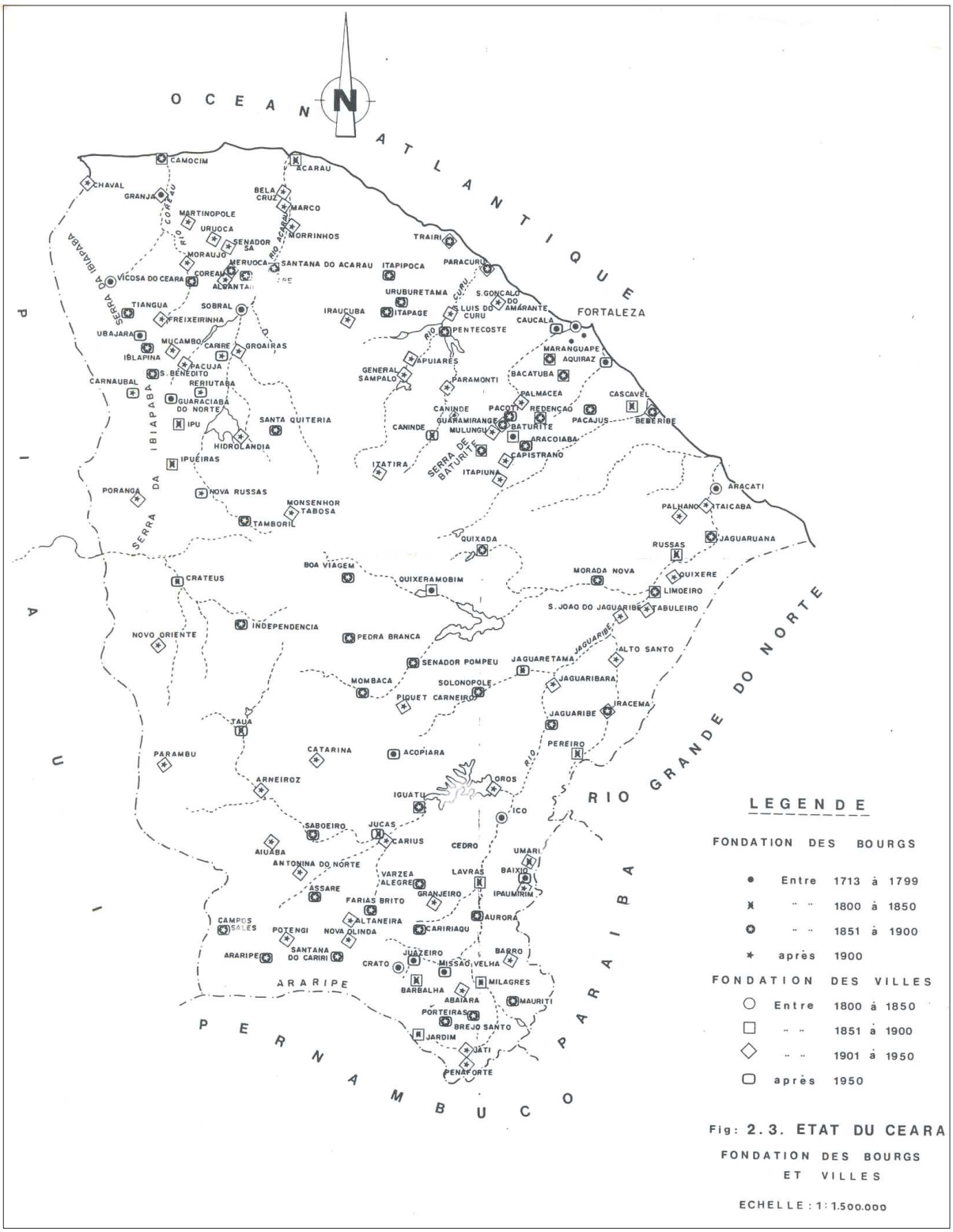
e cidades cearenses surgiram. Por exemplo, até o fim do século XVIII, segundo Souza (1974, p.57), foram instaladas no Ceará doze vilas: Aquiraz (1713); Fortaleza (1726); Icó (1738); Aracati (1748); Caucaia (1759); Viçosa do Ceará (1759); Crato (1764); Baturité (1764); Sobral (1773); Granja (1776); Quixeramobim (1789); Guaraciaba do Norte (1796). (Mapa 2)

A primeira cidade, Fortaleza, foi fundada em 1823. Após a capital cearense, segundo Silva (2002, p.226), foram elevadas à condição de cidade, ainda no século XIX, “somente as vilas: Sobral (1841); Icó e Aracati (1842), Crato (1843), Quixeramobim (1856) e Baturité (1858)”. O que cabe destacar aqui são as singularidades de cada lugar, cada qual com a sua história, aspectos que as tornam distintas sobre o território brasileiro.

Ao escrever sobre o estudo da paisagem Sauer (apud Corrêa, 1998, p.24) diz que “toda paisagem tem uma individualidade”, ou seja, “toda paisagem tem suas peculiaridades e expressam a cultura dos grupos humanos que a formaram, muito embora exista sempre ”uma relação com outras paisagens”. Foram estas especificidades, que uma vez identificadas e interpretadas, na cidade de Aracati, vieram revelar o caráter desse lugar, sobretudo no que tange à sua formação socioespacial.

Através da materialidade, que foi construída num passado distante, porém, ainda presente no espaço urbano de Aracati, a Geografia pode desvelar sua estrutura socioespacial e, sobretudo, evidenciar fatos raros que possam explicar a evolução e transformação desse núcleo urbano. Assim sendo, a experiência visual aqui se constitui como um acúmulo de vivências que podem elucidar as várias significações de símbolos e signos que a sociedade aracatiense, no pretérito, imprimiu no espaço. Para Claval (1999, p.24), a marca do passado é estruturada, “e o objeto da geografia é de apreender esta organização, de descrever aquilo que se qualifica desde então, de morfologia da paisagem cultural e de compreender sua gênese”.

Mapa 2 – Estado do Ceará: fundação das vilas e cidades



Fonte: SOUZA, 1974.

Na atualidade, o estudo sobre a memória espacial urbana, tem sua importância em “função do rápido movimento de demolição/reconstrução promovido pelos interesses econômicos, que tende a apagar as marcas do passado” (SILVA, L., 2002, p.178). Ao longo da história urbana pouco se fez para se preservar o patrimônio arquitetônico das cidades cearenses. Aquilo que conseguiu sobreviver, no espaço, ao longo do tempo, na maioria dos casos, pode ser atribuído ao lento desenvolvimento econômico desses núcleos urbanos.

Portanto, torna-se fundamental o resgate da identidade urbana na atualidade, pois esta seria uma possibilidade de esquadrinhar o que ainda resta no espaço. Todavia, o “resgate” aqui não deve ser entendido como “algo que se perdeu”, pois assim estaria concordando que a sociedade atual não tem identidade. O resgate da memória urbana, neste trabalho, suscita apenas uma possibilidade de “captação e a identificação das singularidades locais”, o resultado seria entre outros objetivos, a “possibilidade de encaminhar soluções e alternativas presentes e futuras para as cidades, baseadas na sua própria identidade ou singularidade...” (idem).

Ancorada na dimensão morfológica, essa reflexão perpassa pelo estudo da paisagem urbana, da cidade de Aracati, em especial, no que tange a área tombada, cujo sentido principal é decifrar o seu significado. Para Corrêa (1998, p.8), “a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica”. Essa simbologia encontra-se expressa nas fachadas dos prédios, no traçado das ruas, nos monumentos e até mesmo, na própria estrutura interna das residências, dos templos religiosos e das edificações públicas, todos esses objetos emitem, enfim, uma linguagem peculiar daquela sociedade que os criaram.

Com base nessa leitura visual e ancorada nas amarras espaciais, utiliza-se como conceito chave dessa temática a *paisagem urbana*. As amarras se referem às ações dos grupos sociais projetadas no espaço. Descobrir esses atores sociais é um grande passo para se entender a lógica desse espaço produzido. Segundo Santos (1996, p.68-69), a paisagem urbana carrega através do tempo, um cabedal histórico de técnicas, capaz de explicar a sucessão dos acontecimentos, e ao

contrário do que se imagina, estes “objetos” possuem uma dinâmica no tempo presente, pois, segundo o autor (idem), não existe paisagem parada, inerte.

Deve-se considerar, portanto, que por traz da técnica existe um conteúdo social, a técnica está impregnada de fatos sociais, que aparente ou não, podem explicar as ações dos grupos sociais que vivenciaram o período histórico em estudo. Para Paul Claval:

> “A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou os gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado” (CLAVAL, 1999, p.14).

Ao relacionar esse enunciado à realidade da cidade de Aracati conclui-se que a mesma embora apresente um significativo acervo arquitetônico, este não permanece parado, como as peças de um museu a espera apenas de ser contemplado pelo olhar dos visitantes. Suas edificações antigas, o perfil do traçado urbano remanescente, enfim, a permanência espacial desse passado possui uma dinâmica no tempo presente. Como exemplo, basta lembrar o traçado retilíneo e a largura das ruas (Rua Cel. Alexanzito, Rua Cel. Pompeu), uma das marcas do passado que impulsionou o carnaval de rua da cidade de Aracati, na década de 1980, e que prevalece até os diais atuais. A sociedade com seus novos símbolos, por exemplo, o trio elétrico, se ajustou com perfeição às formas pretéritas. Isto é, a largura das ruas possibilita a passagem dos trios elétricos (dois ou três trios elétricos) simultaneamente. Trata-se de um cortejo da sociedade contemporânea que em nada se parece com aquele movimento de outrora realizado pela passagem das manadas e carros de bois do período colonial. Realiza-se aí o eterno encontro entre passado e presente.

Ao escrever sobre as necessidades passadas e presentes das sociedades e sua relação com a paisagem, Paul Claval informa o seguinte:

> “As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (idem, p.15).

O sítio histórico da cidade de Aracati não é uma vitrine do passado. Por trás dessa materialidade existe um movimento, uma dinâmica da sociedade atual que dá vida aos monumentos tombados, aos templos religiosos, aos casarões etc. Algumas dessas formas (“objetos”) permanecem as mesmas, outras foram descaracterizadas, mudaram-se as funções (sejam estas funções econômicas, políticas, religiosas etc.). São essas funções antigas que explicam e justificam a razão de ser desses “objetos”, contudo, na atualidade as mesmas já não dão conta da realidade.

Essa associação entre *forma* e *função* é bastante significativa dentro do estudo da paisagem urbana. O encadeamento destas duas categorias é um canal para se chegar aos processos político, econômico e cultural e entender a projeção dessa sociedade no espaço urbano. Com base nesses processos e na rede de relações que aí se estabeleceram, pode-se interpretar o particular arranjo espacial da vila de Aracati, nos seus primeiros tempos. Para Corrêa (2000, p.36), esses “processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana”.

As marcas do passado, à primeira vista parecem inertes, todavia são elas que guardam, e em parte, impulsionam, os eternos ritmos da vida na cidade. O passado muitas vezes distante e ignoto se relaciona constantemente com o presente. A vida recente das cidades tem nas conjunturas sociais passadas e nas formas espaciais, as raízes que explicam as estruturas sociais e espaciais atuais.

No estudo da paisagem urbana Milton Santos diz que a *paisagem* é a materialização de um instante da sociedade e o *espaço* contém o movimento (SANTOS, 1996, p.72). Sem esta articulação não se pode compreender a cidade em sua totalidade. O conjunto de formas materiais e culturais, criado no passado se

relaciona constantemente com a sociedade atual, uma vez que existe uma adequação da sociedade, sempre em movimento à paisagem. Assim comenta Augustin Berque (apud Corrêa, 1998, p. 84), ao contribuir com o estudo da paisagem:

> "A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação".

O ponto de partida para se estudar a paisagem segundo Berque (idem, p.85) é, trabalhar "a descrição da paisagem, enquanto dado perceptível". Contudo, a explicação deve efetivamente ultrapassar o campo do percebido. Enquanto dado perceptível o espaço concreto da cidade, a paisagem e a morfologia urbana, constituem-se, assim, configurações espaciais que, por sua vez, são condições necessárias para o desenvolvimento social. Para Lepetit (2001), as formas,

> "(...) registram antigas relações sociais, velhas práticas, hábitos enraizados em territórios mais antigos ainda. (...) o espaço social está repleto das formas passadas (normas, instituições, objetos), cujo sentido é renovado pelo uso no presente. (...) Na cidade, elementos oriundos de diferentes épocas se acumulam. (...) O passado, assim, é um presente em movimento" (grifo nosso).

Importa neste estudo conhecer e interpretar os diferentes elementos que compõem o Centro Histórico da cidade de Aracati. *A priori* analisa-se o sítio, onde a vila foi implantada; levando-se em consideração os elementos da paisagem natural; a proximidade com o rio e oceano Atlântico em especial; como se deu o traçado de ruas e praças; faz-se a leitura das formas arquitetônicas dos edifícios públicos e particulares como também a arquitetura religiosa, entre outras peculiaridades desse lugar. A atenção deste estudo concentra-se, portanto, na apreensão da paisagem que segundo Milton Santos é: "Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança (...). Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc." (SANTOS, 1996, p.61).

Ao falar sobre aspectos urbanos e tipologias arquitetônicas vale destacar o que diz Brescianni (1998, p.238), quando aponta a importância desses aspectos para a memória da cidade, nas suas palavras,

> “(...) a permanência das formas do traçado urbano e das edificações, ou mesmo da sua rápida transformação, faz da materialidade dos núcleos urbanos um suporte de memória, recorte preciso com contornos apreensíveis, capaz de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos que por elas passam ou nelas moram”.

Contudo, ao analisar esses vestígios, sejam formas arquitetônicas ou mesmo os próprios documentos, Abreu (1998) faz um alerta quanto a história e a memória. Segundo o autor nessa viagem de aproximação ao passado, é fundamental que se tome o barco da história e não o da memória. Ele explica argumentando da seguinte forma:

> “É preciso reconhecer, antes de tudo, que qualquer vestígio do passado (seja ele uma forma arquitetônica que subsiste na paisagem ou um documento que ainda está guardado nas instituições de memória) jamais é neutro. Contextualizar o vestígio, saber quem o produziu, quando e, se possível, com que objetivo, é portanto o primeiro passo a ser tomado” (ABREU, 1998, p.16).

O passo seguinte seria não aceitar de forma definitiva qualquer explicação já dada sobre o passado. É necessário se desfazer dos “pré-conceitos” e das explicações fáceis. Por isso é que a história é mais confiável do que a memória (idem, p.17).

1.2 Memória histórica, memória urbana e memória da cidade.

Na tentativa de se justificar a necessidade de estudar a memória das cidades faz-se aqui uma breve apologia àqueles estudos que se referem às análises diacrônicas. Tais pesquisas têm contribuído para a reconstrução das referências identitárias, como um processo de singularização das cidades.

Busca-se compreender ao resgatar, a gênese da cidade, a identidade de um povo, pois uma população que nega seu passado corre o risco de perder suas referências, de perder as raízes que explicam a sua existência enquanto indivíduos e grupos humanos:

> "Sem a memória, não encontraremos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos" - diz ainda o autor que -, "esta perda de referenciais históricos , pautados na memória da cidade, nos dá a estranha sensação de que somos 'estrangeiros' em nossa própria casa" (ORIÁ, 2002, p. 255).

A necessidade de estudos voltados para essa temática reside, portanto, no fato de que a população tenha ciência de sua história, pois só assim poderá estabelecer um diálogo constante com o seu lugar e assim projetar-se para o futuro:

> "Cada povo tem que lutar pela sua memória. (...) Um povo que desconhece a sua história está condenado a repeti-la. Desconhecendo o seu passado o povo dificilmente poderá formular um projeto para o futuro, estará condenado a depender dos que decidem em seu lugar" (HOORNAERT,1995).

Outro argumento que justifica a necessidade de se preservar a memória de um lugar está presente na fala de Poulet quando afirma que, "o ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira. Não está, por assim dizer, em parte alguma, ou antes, está em qualquer lugar, como destroços flutuando no vazio do espaço" (POULET, 1992 apud ABREU, 1998, p.11).

Portanto, essa análise remete a pensar-se nas diversas formas sociais de *memória*. Para ter-se esse entendimento foi necessário trabalhar com três conceitos

fundamentais embora que ainda imprecisos: a *memória histórica*, a *memória urbana* e a *memória da cidade*. Assim sendo, a análise das relações econômicas, políticas e culturais em nível local, regional e extra-regional contribuíram diretamente para compreensão desse processo.

Um estudo geográfico sobre a *memória urbana* da cidade de Aracati remete a uma compreensão mais ampla do processo de colonização do Nordeste brasileiro, e conduz ao processo de formação socioespacial dessa cidade. Essa compreensão mais abrangente induzirá a uma análise mais detalhada da realidade social da Vila de Aracati, no período colonial, pois como afirma Santos (1998, p.71), “a cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade”.

Segundo Abreu (1998), a *memória histórica* seria aquela seqüência de acontecimentos que já se encontra muito distante da sociedade atual, ou seja, são os acontecimentos que se apagaram da memória atual, mas que estão guardados nas “instituições de memória” tais como museus, bibliotecas e arquivos, registrados através dos documentos.

Nesse sentido, considera-se como *memória histórica* da cidade de Aracati aquela lembrança eternizada, ou seja, registrada nas principais instituições de pesquisa histórica. Seriam as lembranças que contam a história de sua colonização; da divisão das sesmarias; da expansão das fazendas de gado; da implantação das charqueadas; da criação da vila no século XVIII, enfim, a história da cidade nas dimensões política, econômica e cultural e que pertencem a um período bem distante da sociedade atual.

Sobre esse passado distante das cidades Maurício de Abreu diz o seguinte, tentando clarificar tal conceito:

> “Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de

> salvar tais lembranças é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (HALBWACHS, 1990 apud ABREU, 1998, p.13)[2].

A *memória urbana,* segundo Abreu (1998), trata do estoque de lembranças do modo de vida, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico. Para Santos (1998, p. 69) "o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo". O autor ainda enfatiza que "entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam através do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação.

Por sua vez, a *memória da cidade,* segundo Abreu (1998), referencia obrigatoriamente essas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. Fundamentado no autor pode-se pensar que seria a história da forma da cidade, da base material, daquilo que pode ser mensurado e percebido pelo olhar. Em outras palavras seria a história do traçado urbano, das formas arquitetônicas, dos objetos construídos etc. Para Santos (apud Abreu, 1998) a "cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade". Para Milton Santos entre as histórias da cidade, "haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade". Através dessas duas teorias, a história do *urbano* e a história da *cidade* é que se chegou ao entendimento das formas de organização do espaço urbano aracatiense no passado colonial.

Segundo Abreu, algumas regras são fundamentais para o estudo do passado. Uma delas é a que preconiza que se as categorias de análise da geografia

---

[2] Entre outros conceitos Halbwachs define ainda Memória Coletiva. É necessário entendê-lo para que se possa compreender a Memória Histórica. Para Halbwachs a *memória coletiva* é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. A *memória coletiva* é também uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver, na consciência de um grupo. A *memória coletiva* está então sempre se redefinindo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isso acontece, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se em *memória histórica* (HALBWACHS, 1990 apud ABREU, 1998, p.12-13).

são universais, as variáveis que as operacionalizam não são; daí a necessidade de estar sempre atentos à adequação destas últimas para o entendimento do passado. Outra regra é a que indica que só se pode entender o “presente de então” se for possível contextualizá-lo. Portanto, para compreendê-lo, há que se investir muito em pesquisa indireta, via leitura, do que já foi produzido sobre o tempo que se decidiu estudar e também em pesquisa direta, realizada nas mais diversas “instituições de memória” (NORA, 1984 apud ABREU, 2000, p.18).

Segundo Santos (1998, p. 68-69), as idéias que comandam a elaboração da história urbana são, sobretudo, aquelas da forma e do tempo. Um dos grandes problemas metodológicos é empiricizar e precisar o tempo para se trabalhar paralelamente às formas, sendo estas o “resíduo” de estruturas que foram presentes no passado. A configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços das realizações atuais e das realizações do passado.

Materializa-se o tempo a fim de se estudar as transformações ocorrentes ao longo da história (SANTOS,1997). E a técnica é a base para a empiricização do tempo, pois por intermédio da técnica, o homem, no trabalho, realiza a união entre o espaço e o tempo. As técnicas participam, portanto, da produção e da percepção do espaço e do tempo.

O espaço, assim, não é portador de técnicas da mesma idade ou de variáveis sincrônicas. O espaço é assincrônico, logo revelador e organizador da sincronia (SANTOS, 1996). O autor fala sobre a paisagem, que é um componente do espaço, a qual é resultado de uma combinação, onde algumas construções permanecem intactas ou são modificadas, enquanto outras desaparecem totalmente para ceder lugar a novas edificações (assincronia).

Para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar na recuperação simultânea da história do lugar e no lugar. Foi necessário, pois, reconhecer de início que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. Alguns desses processos são puramente singulares e podem ser explicados no nível das realidades locais. Outros, entretanto, só podem ser compreendidos quando ampliada

a escala de análise para níveis hierarquicamente superiores, seja a região, o estado nação ou mesmo o mundo. Entender como esses processos se entrecruzam de forma sincrônica e diacrônica num determinado lugar é, portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades (ABREU, 1998, p.19).

Vale lembrar o fato de que as geografias do passado trabalham, não com o passado propriamente dito, mas com os fragmentos que ele deixou (ABREU, 2000, p.18-24). Estudar o passado das cidades não quer dizer que o pesquisador seja capaz de recuperá-lo tal como ele aconteceu. A impossibilidade de compreensão global não deve impedir, entretanto, a aproximação dessas realidades de outrora de quem se tenta analisar geograficamente os vestígios. Procurou-se dar um tratamento crítico, relativizado e contextualizado dos vestígios desse passado, sendo os mesmos materializados em documentos, edificações, monumentos, ou mesmo em outra forma de expressão social.

Em suma, os questionamentos aqui levantados são alguns pontos considerados basilares para a discussão da temática em questão. Trata-se de uma metodologia onde se buscou abrir caminhos, com o propósito de aproximar-se um pouco mais das realidades de outrora tão distante do mundo atual, mas vivas na *memória da cidade*.

1.3 Metodologia operacional

Como procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa bibliográfica, utilizou-se principalmente fonte secundária, considerando-se a literatura regional. O cuidado que se teve, entretanto, foi o de tentar fazer uma nova interpretação de alguns documentos que haviam sido analisados. Considerou-se, para tanto, que as obras citadas e documentos analisados, incorporam estruturas de poder, em função do contexto econômico, político e cultural da época. No decorrer dessa análise a preocupação esteve centrada na contextualização dos conteúdos emitidos pelos documentos oficiais, anuários, censos, jornais, revistas e mapas.

A pesquisa de campo foi realizada concomitante à pesquisa bibliográfica. Ao visitar a cidade e identificar os “lugares de memória”, fotografou-se cada objeto, posteriormente foi pesquisado o seu conteúdo, analisado e interpretado. A pesquisa bibliográfica foi realizada nos seguintes locais:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
- Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
- Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
- Arquivo Público do Estado do Ceará
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará
- Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) do Deptº de História da UFC
- Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Deptº de Geografia da UFC
- Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC
- Biblioteca Particular Abelardo Gurgel Costa Lima (Aracati)
- Biblioteca Pública Municipal Monsenhor Bruno (Aracati)
- Câmara Municipal de Aracati
- Instituto do Museu Jaguaribano de Aracati
- Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Município de Aracati

CAPÍTULO 2. PAISAGEM NATURAL: PRINCIPAL VETOR DA COLONIZAÇÃO

Começar um estudo sobre a memória urbana de Aracati seria debruçar-se sobre o estudo das primeiras práticas urbanas. Entretanto, se o objetivo neste estudo foi buscar a origem daquela cidade, nada mais coerente do que iniciar a pesquisa procurando identificar as práticas que antecedem o momento em que esta vai se caracterizar como urbana.

A gênese da cidade de Aracati remonta a história rural, em outras palavras, a história dos seus primeiros colonizadores, a divisão das terras, a expulsão ou dominação dos habitantes autóctones, as atividades agrárias, a descoberta da paisagem natural, enfim, faz-se aqui o resgate da memória rural, visto que, o que se pretende é descobrir a origem do lugar.

Neste capítulo, relata-se a chegada dos primeiros colonos portugueses, paraibanos, pernambucanos e baianos na terra aracatiense. Ocupação essa que causa uma certa surpresa, quando se sabe na história da capitania do Ceará, que a mesma apresentava naquele período uma imagem negativa, ou seja, apresentava-se como uma “terra imprópria ao desenvolvimento de atividades rentáveis” (Dantas, 2003, p.211), tal afirmação fundamentava-se entre outras coisas no clima semi-árido, que estigmatizava a província cearense como uma terra inóspita, portanto, incapaz de render lucros para a Coroa.

Diante dessa situação hostil quais seriam as vantagens para a fixação dos colonos naquelas terras longínquas e de condições tão adversas? Os primeiros relatos dos expedicionários e missionários que vieram ao Ceará declaravam que

> “(...) o Ceará não reunia condições favoráveis para o desenvolvimento de cultura agrícola rentável, leia-se cana-de-açúcar, e não contava com quantidade de minérios que justificasse sua exploração. Ademais, os índios eram belicosos e não se deixavam dominar facilmente” (idem).

O fato é que, mesmo diante do quadro de negatividade, a cidade de Aracati se consolidou no final do século XVII e início do século XVIII como um pequeno Arraial, formado de forasteiros, advindos de outras províncias cujo projeto colonizador é impulsionado quando esses audazes aventureiros descobrem as riquezas naturais da terra jaguaribana, propícias à criação do gado. “A ocupação e exploração das terras interioranas, principalmente daquelas situadas nas áreas semi-áridas, só foram objetivadas quando o solo mais áspero e inútil do Brasil se revelou de boa qualidade para a criação do gado” (ROCHA PITA, 1878 apud GIRÃO, 1995, p.31).

Embora a natureza não fosse favorável à produção da cana-de-açúcar, “a expansão das fazendas de gado se desenvolve em virtude de demanda da zona produtora de cana-de-açúcar (zona da mata)” (DANTAS, 2003, p.214). Sendo assim, a área sertaneja com a criação de gado, serviu de suporte para a zona açucareira, pois fornecia animais para serem utilizados nos engenhos de açúcar e também consistia numa zona produtora de carne para consumo humano.

A ocupação do Ceará ocorreu margeando os cursos dos rios Acaraú, Coreaú e Jaguaribe. A presença desses rios, com suas extensas planícies fluviais foram os principais componentes de atração para a permanência dos forasteiros naqueles locais, os quais procuravam as terras com pastos para alimentar o gado. Segundo Azevedo (1994, p.60) “no Brasil colonial, raro era o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d’água, grande, médio ou pequeno”. O rio Jaguaribe vale destacá-lo, enquanto elemento natural que possibilitou a penetração no território. “O novo colonizador, vencendo a aridez do clima, a ousadia do nativo e a vastidão da caatinga, seguiu o trilho ribeirinho do gado e se instalou na zona sertaneja, por mais de dois séculos desconhecida, com a intenção de domínio” (idem).

No geral, no início da colonização brasileira, a Metrópole portuguesa incentivava o surgimento de agrupamentos, de forma espontânea. Esta ocupação se dava em pontos costeiros isolados, próxima a estuários e baías, e normalmente próxima às fontes d’água. Estas estratégias visavam facilitar as vias de comunicação e também por motivos defensivos, contra os indígenas e estrangeiros invasores. No

Ceará, segundo Souza (1974, p.57), as primeiras vilas surgiram na zona litorânea dentro de sítios favoráveis à implantação de portos naturais. Isto iria facilitar os contatos com o exterior e permitiria ao mesmo tempo a defesa da costa [3].

A colonização na ribeira do Jaguaribe só foi possível mediante uma estrutura de apoio por parte da Metrópole. Os estuários dos rios Jaguaribe (Foto 1) e Acaraú permitiram o surgimento de portos naturais que facilitavam a comunicação das vilas com outros centros mais desenvolvidos, nesse caso a província pernambucana.

> "A vila de Aracati e a vila de Acaraú localizadas respectivamente sobre o litoral dentro das embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, eram pois fatores principais para a escolha dos sítios a existência de uma costa favorável à implantação dos portos naturais. (...) A posição da vila de Aracati e o desenvolvimento de uma indústria de carne seca e salgada, 'as charqueadas', favoreceram as relações comerciais desta vila com os centros de Recife e da Bahia" (idem, p.58)[4].

Oficialmente a ocupação do território jaguaribano se deu mediante a doação de sesmarias. Segundo Moraes (2002, p.79) ao escrever sobre a formação colonial e conquista de espaços no Brasil, o mesmo revela que no geral as colônias recebiam o apoio conduzido pelo Estado, "que aproveita a ocasião para reforçar seu controle dos territórios coloniais, com uma mais efetiva presença institucional (militar, jurídica e administrativa)".

Os primeiros sesmeiros da ribeira do Jaguaribe receberam as datas, cujo principal intento era criar gado. A expansão das fazendas de gado nesse local se deu mediante o confronto com os habitantes autóctones. Na visão do colonizador os indígenas se apresentavam como um obstáculo à colonização, porém, logo depois a presença deles passou a ter um outro sentido, isto é, apresentava-se como um estoque populacional, o que favorecia o empreendimento colonial, pois o

---

[3] Texto original: "Les premiers bourgs ont surgi dans la zone littorale dans des sites favorables à l'implantation de ponts naturels. Cela allait faciliter les contacts avec l'extérieur et permettre en même temps de défendre la côte" (SOUZA, 1974, p.57).

[4] Texto original: Le bourg d'Aracati et le bourg d'Acarau localisés respectivament sur le littoral dans les embouchures des fleuve Jaguaribe et Acaraú, ont eu comme facteurs principaux pour le choix des sites l'existence d'une côte favorable à l'implantation des ports naturels. (...) La position du bourg d'Aracati et le développement d'une industrie de la vianda séchée et salée, "les charqueadas", a favorisé les relations commerciales de ce bourg avec les centres de Recife et de Bahia" (idem, p.58).

desonerava da necessidade de realizar um povoamento laborial para tocar a produção, diminuindo seu custo de instalação e manutenção (MORAES, 2002, p. 82-83).

Foto 1 – Rio Jaguaribe - Aracati-CE.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

Do ponto de vista econômico o desenvolvimento da pecuária possibilitou a ascensão comercial e populacional desse pequeno arraial, que na ocasião denominava-se São José do Porto dos Barcos, atualmente a cidade de Aracati. Tentando lograr êxito com essa atividade os fazendeiros da região além de criar gado e vendê-lo aos principais mercados consumidores, tais como Olinda, Recife e Salvador, optaram por vender o gado já abatido, transformado-o em charque. Os elementos naturais mais uma vez contribuíram para o sucesso dessa atividade, que se transformou na base econômica de toda a província do Ceará.

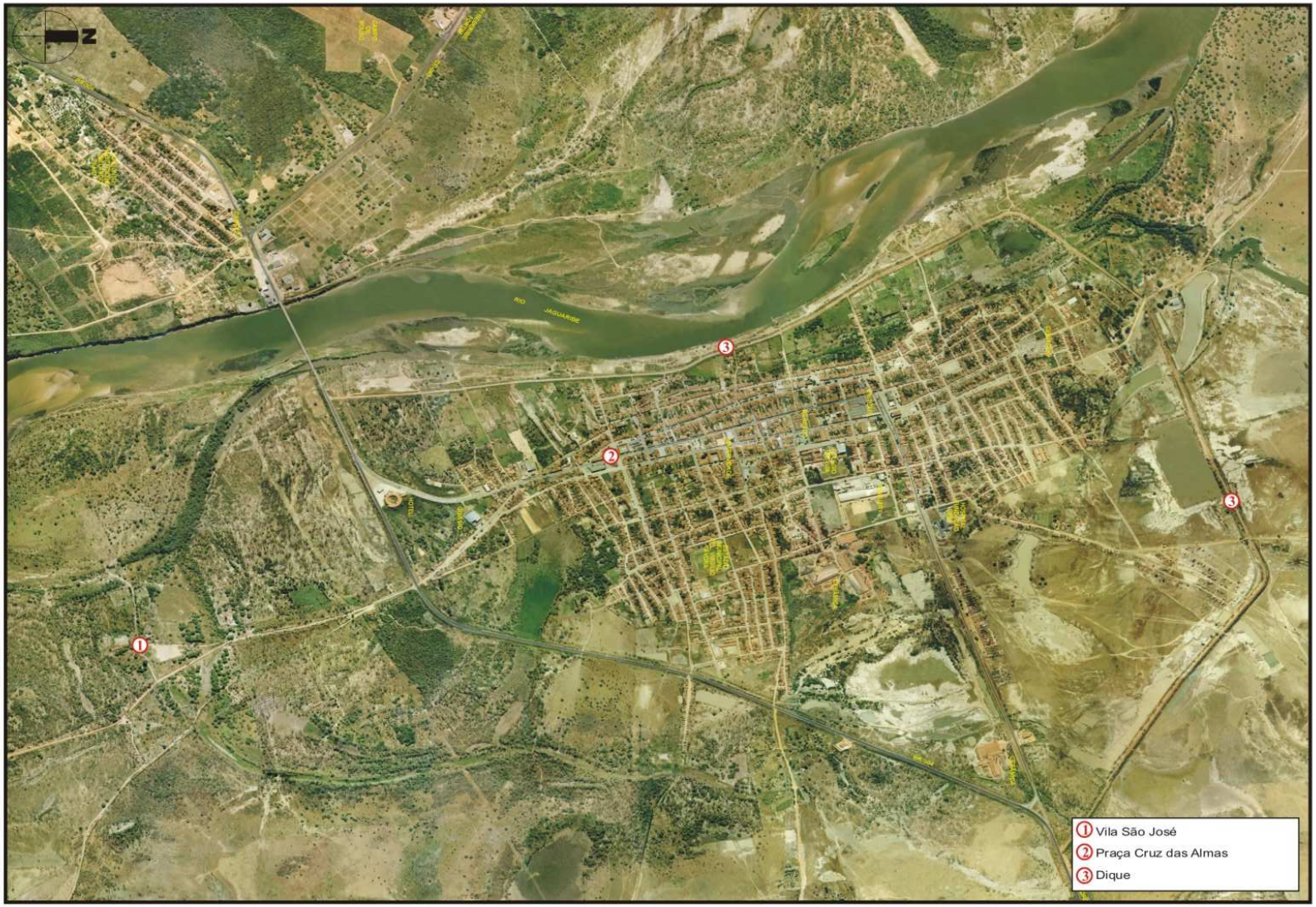
Dessa relação sociedade-espaço mais especificamente o período que antecede o desenvolvimento das atividades urbanas, restam poucos vestígios do

mundo rural, ou seja, do povoado de São José do Porto dos Barcos. Das edificações restaram um número insignificante de exemplares, diga-se inexpressivo (porém muito importante) diante daquela quantidade de fazendas implantadas na ribeira do Jaguaribe no século XVIII, pois segundo o historiador Raimundo Girão foram implantadas em 1780, no Ceará, 972 fazendas (GIRÃO, 1986, p.135).

A ausência de resquícios desse mundo rural dificultou o entendimento sobre a origem de Aracati. Contudo, algumas descrições deixadas pelos historiadores ajudaram a clarificar esses acontecimentos. Dentre os escritos, a distribuição das sesmarias na ribeira do Jaguaribe, já no final do século XVII, foi considerado um documento importante que registra a ocupação dos primeiros colonizadores nesse local. Os estudos sobre a construção das igrejas e capelas, também ajudaram bastante na construção desse conhecimento.

Esse estudo veio revelar a importância de certos espaços da cidade de Aracati negligenciados na maioria dos estudos até então realizados. Por exemplo, o local onde se estabeleceu o primeiro sesmeiro, o Capitão Manuel de Abreu Soares: a Vila São José, um lugar pitoresco, localizado nos arrabaldes da cidade de Aracati, e que ainda guarda lembranças do modo de vida rural (Mapa 3). São memórias que contam a chegada dos primeiros colonizadores, dos primeiros filhos aracatienses, sua descendência e suas primeiras atividades.

Mapa 3 - Aracati (sede municipal)



FONTE: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU
Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará - SEDURB
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

Data do Vôo: Maio de 1996
Escala Média: 1 / 6.000

2.1 Gênese do território aracatiense

2.1.1 A bandeira de Pero Coelho de Souza

A origem da cidade de Aracati, segundo relata a literatura cearense, está vinculada a dois acontecimentos que datam do século XVII. O primeiro evento estaria relacionado à bandeira do Capitão-Mor, Pero Coelho de Souza, esta sendo uma das primeiras tentativas de colonização do Ceará. O segundo evento diz respeito à expulsão dos holandeses da capital pernambucana em 1634.

Ocorreu que, em 1603, Pero Coelho de Souza[5] pediu licença ao governador geral Diogo Botelho, e partindo da Paraíba tentou chegar à Serra da Ibiapaba, com o intuito de expulsar os franceses que lá estavam, onde já mantinham relações comerciais com os índios Tabajaras[6]. Depois de receber a licença e obtida a patente de Capitão-Mor, Pero Coelho de Souza, dividiu sua expedição em dois grupos. Um grupo com três barcos seguiu diretamente para o rio Jaguaribe; enquanto o outro grupo, sob a chefia de Pero Coelho, seguiu por terra indo mais tarde se encontrar com a primeira tropa às margens do rio Jaguaribe. Dentre os objetivos de Pero Coelho, segundo, estava o de

> "explorar o rio Jaguaribe, além de impedir o comércio que aqui faziam os traficantes estrangeiros, e ainda descobrir minas e oferecer pazes em nome de sua Majestade, a todo o gentio ..., estava clara no Regimento expedido pelo Governador Geral, Diogo Botelho e que devia servir de normas à expedição de Pero Coelho, a existência de objetivos políticos, econômicos e religiosos" (GIRÃO 1995, p.54-55).

Estando à margem do rio Jaguaribe, próximo a sua foz, o Chefe da expedição estabeleceu um local seguro para as tropas e para as embarcações. Tudo resultou em lutas, massacres, ataques aos indígenas da região e várias tentativas de pacificá-los. O Capitão-Mor foi acusado de crueldade para com os

[5] Sobre os relatos referentes à bandeira de Pero Coelho de Souza ver STUDART, 2001; ARAGÃO,1987.

[6] "Tabajaras eram os nativos predominantes nessa região. Outras castas existiam, dentre estas os Tapuias..." ARAGÃO, 1987.

índios, e ali mandou erguer um fortim, o qual deu o nome de São Lourenço por ser aquele dia a data comemorativa do referido santo (Foto 2).

Foto 2 - Foz do rio Jaguaribe – Fortim (CE).
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

A Pero Coelho deve-se a construção do forte de São Lourenço, em 10 de agosto de 1603, à margem do rio Jaguaribe originando assim um pequeno povoado. Iniciou-se, então, a ação dos homens brancos à margem do Rio dos Jaguares, em excelente e seguro local para as embarcações e que mais tarde se chamaria São José do Porto dos Barcos e posteriormente Santa Cruz do Aracati, hoje cidade de Aracati (UCHÔA, 1953-1954. p.31).

Alguns historiadores discordam sobre qualquer atribuição ao Capitão-Mor Pero Coelho de Sousa, como fundador do povoado de Aracati, no início do século XVII, uma vez que o mesmo teria apenas passado pela foz do rio, não deixando nenhum vestígio da sua passagem ali naquele local. Segundo Antero Pereira Filho[7]

[7] Esses relatos encontram-se no Jornal Canoaracati. Aracati, junho/julho 2003. ANO V, p. 2". Estas observações sobre a expedição de Pero Coelho de Sousa estão sendo estudadas por Antero Pereira Filho, que na ocasião em que escreveu esta reportagem estaria escrevendo um trabalho intitulado de "Pêro Coelho de Souza – A fundação do Aracati Mito e História".

a passagem de Pero Coelho de Sousa, em terras aracatienses foi rápida e não deixou marcas nem vestígios duradouros, que pudessem justificar a primazia de ter estabelecido um núcleo, um reduto ou mesmo um arraial, que viesse a ser no futuro a cidade de Aracati.

Continuando com a querela, em seus argumentos, Antero Pereira Filho diz que o fortim construído pelo Capitão-Mor era um “pequeno claustro de pau a pique”, situado à margem esquerda do rio. Era uma construção provisória que o tempo logo se encarregou de apagar. O fortim foi construído em terras que passaram a pertencer ao termo de Aracati somente em 1820, pois as terras do lado esquerdo do rio Jaguaribe eram da jurisdição de Aquiraz. O mesmo afirma, que o fortim, devido à precariedade de sua construção não favorecia condições de habitação. Também esse não era o objetivo do Capitão, pois sua permanência se prendia apenas ao tempo necessário para reorganizar sua penosa expedição em busca da Paraíba, que havia se iniciado na barra do rio Ceará. Segundo Antero Pereira Filho, o Capitão-Mor teria atravessado o rio Jaguaribe na Passagem das Pedras (Itaiçaba) segundo imagina o historiador João Brígido.

Outra explicação sobre a origem do povoado encontra-se nos estudos de Menezes (1997), que diz o seguinte:

> “Esta povoação (...) conservou o seu primeiro nome índio de Aracaty, que significa pedra branca comprida para cima, que ainda se divisa no meio do rio Jaguaribe, na passagem das pedras, onde foi o seu primeiro estabelecimento, assim como a primeira povoação que os hollandezes procurarão na costa do Ceará” (MENEZES, 1997, p.36-60).

2.1.2 A expulsão dos holandeses do Recife

Diante dos argumentos e das refutações, o que se pode afirmar é que a primeira passagem de homens brancos na terra aracatiense se deu com a expedição do Capitão-Mor Pero Coelho de Souza, no ano de 1603, e se deu na foz do rio Jaguaribe. Somente em 1634 surge o pequeno arraial, quando recebeu um certo contingente populacional, por ocasião da guerra holandesa em Pernambuco. Muitos colonos portugueses, pernambucanos, rio grandenses, fugindo da guerra foram se instalando às margens do rio Jaguaribe e Acaraú.

> "A invasão dos batavos foi um acicate poderoso da colonização cearense. 'Pelo vale do Jaguaribe fugindo às perturbações da guerra holandesa, ascendera, no curso dela, uma população de criadores, vindo de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao passo que impulsionados dos mesmos motivos, descia uma outra de baianos pelo sul, que partindo das margens do São Francisco, vinham em direção do litoral, fundando estabelecimentos de lavoura e criação de gado" (LIMA, 1979, p.57-58).

Nessa caminhada incerta, os colonos migravam com suas famílias, tangendo à sua frente o gado, e sem itinerário determinado, começaram a penetrar nas terras cearenses, ocupação esta que se deu a partir da área litorânea em direção ao interior. Os vales dos rios constituíram-se nas principais vias de penetração dos colonizadores oriundos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

> "A ocupação da Capitania do Ceará deu-se a partir do litoral para o interior e a área mais importante de penetração foi o Vale do rio Jaguaribe por ser a principal porta de entrada dos sesmeiros que vinham do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, à procura de pastagens naturais e de águas, elementos essenciais para o desenvolvimento da pecuária. A Segunda entrada estava situada no rio do Peixe, próximo à cidade de Icó. A terceira, na região sudoeste, no planalto dos Inhamuns, que possibilitaria a comunicação da Capitania do Ceará com a do Piauí, só foi descoberta por volta de 1718 / 1721, quando o Vale do Jaguaribe já estava ocupado" (PINHEIRO, 1999, p.12). (ver Figura 1)

Certamente os colonos tinham apenas a convicção de se estabelecerem em terras propícias para a criação de seus rebanhos. E eis que não tardou, quando

aos seus olhos lhe saltou o risonho e promissor o povoado de São José do Porto dos Barcos. Foi como encontrar a *Terra Prometida*, em meio àquela caminhada incerta, sob o sol escaldante do agreste. Além da incerteza do rumo a ser alcançado, os colonos se depararam com o medo que tinham de ataques dos indígenas e, ainda, lhes perseguia o terror que tinham dos jaguares, pois os mesmos rondavam os acampamentos improvisados durante a noite depois das longas caminhadas diurnas.

> "Devido aos constantes vai-vens da corrente colonizadora, ao fluxo e refluxo dessa maré humana, que subia, rio acima, com os pernambucanos, paraibanos e riograndenses chegados pelo litoral, ora descia com os 'baianos, vindos em procura do El-Dourado' e de terras para a criação, surgiu o povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe, a 3 léguas aproximadamente do mar, e muitos anos mais tarde seria chamado cidade de Nossa Senhora do Rosário de Aracati" (LIMA, 1979. p. 59).

Com a chegada desses migrantes, o pequeno povoado foi crescendo, transformando-se num centro de interesse comercial. A população recém-chegada dedicou-se de início às atividades voltadas para a pecuária, o que fez surgir gradativamente centenas de fazendas de gado na ribeira do Jaguaribe. Essa ocupação se deu com o gado trazido das capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Segundo o historiador Capistrano de Abreu, a criação de gado gerou a chamada "civilização do couro", pelo fato desta matéria-prima ser bastante utilizada no cotidiano da vida sertaneja (ABREU, 1988). Esse mesmo autor identificou duas correntes de povoamento: uma corrente que penetrou no sentido litoral-sertão, chamada "sertão de fora", originária de Pernambuco e alcançou o interior cearense através do vale do rio Jaguaribe. A outra, conhecida como "sertão de dentro", era de origem baiana e penetrou pelo sul do Estado (Figura 2). Desse povoamento prosperou o pequeno Arraial às margens do rio Jaguaribe próximo à sua foz. Assim tem origem a cidade de Aracati:

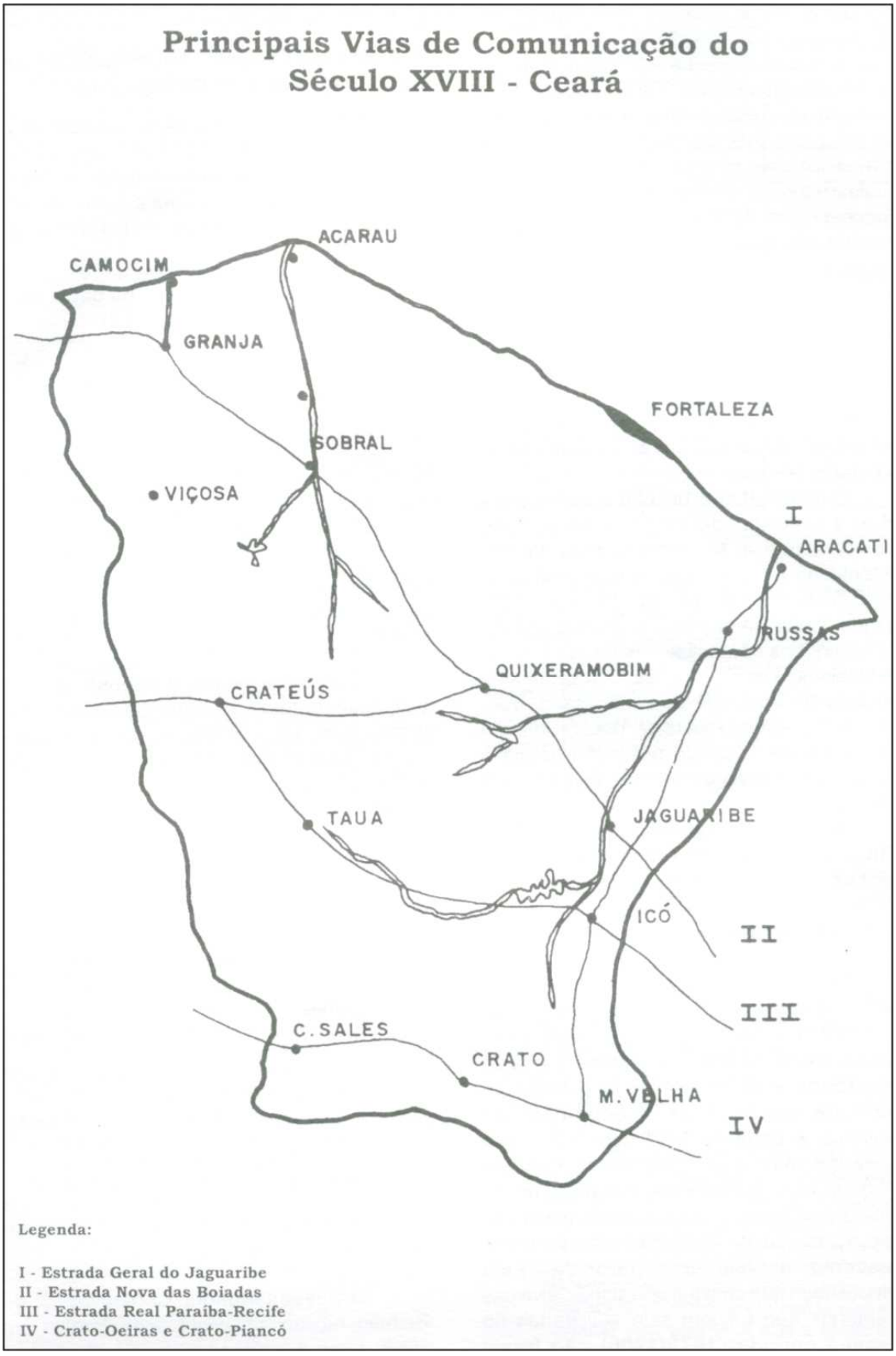
> "encravada na data que tirou, em 23 de Janeiro de 1683, o capitão-mor Manoel de Abreu Soares, e seus 14 companheiros, na parte que pertenceu ao mesmo capitão-mor, demarcada pelo Desembargador Christovão Soares Ruymão, em outubro de 1707,

> que foi vendida por sua viúva D. Maria de Siqueira e seu filho Paschoal de Lima, em 6 de Dezembro de 1701, ao commissario geral Theodozio de Gracisman. É este o povoador do Aracaty, e os seus descendentes são as famílias Nunes Barbosa e Costa Lima" (BEZERRA, 1902, p.142).

O crescimento se deu de forma espontânea. Em pouco tempo o pequeno Arraial transformou-se num empório comercial, sendo a natureza a principal anfitriã desses colonos audazes e aventureiros. Segundo Lima (1979), esse povoado antes mesmo de se transformar numa das vilas mais opulentas da província do Ceará, apresentava as seguintes características:

> "um pequeno arraial de pescadores, homens do mar e vendilhões, bem à beira do Jaguaribe. Compunha-se de algumas dezenas de casas que se debruçavam sobre as águas do rio... ou se espalhavam pela baixada, esparsas, perdidas entre a folhagem dos mangues farfalhantes. De tempos em tempos, as águas do Jaguaribe cresciam, espraiavam-se pelas margens, então, o povoado com as suas casas trepadas pelos cômoros parecia um aldeamento lacustre das primeiras eras. Foi o estigma que marcou o destino de Aracati. Os seus primeiros filhos foram perseguidos pelo rio que lhes dava alimento. Dia a dia, às pobres e desalinhadas moradas se juntavam outras. Já se esboçava o perfil das primeiras ruas e advinhava-se a promessa risonha da futura cidade. A criação do povoado foi tôda espontânea. Isto se passava entre 1623 e 1654".

Figura 1



Fonte: PINHEIRO, 1999.

Figura 2 – Caminhos de povoamento

Fonte: LIMA, 1997.

2.2 Limpando a terra: a conquista na ribeira do Jaguaribe

A ocupação na Ribeira do Jaguaribe foi marcada pelo conflito entre os colonizadores e os indígenas da região. O objetivo dos colonos era transformar as terras “inúteis” em terras produtivas, ou seja, implantar uma atividade econômica que gerasse lucro. A pecuária foi a atividade que possibilitou a ocupação da terra cearense. Dominar, catequizar ou mesmo exterminar os índios evidencia o processo violento que estigmatizou a conquista da região jaguaribana pelos colonos.

As cartas de sesmarias são os principais documentos que revelam as estratégias utilizadas pelos colonos para se apossarem da terra. Pinheiro (1999, p.16) em um estudo sobre o referido assunto, esclarece as estratégias adotadas pelos europeus, entre elas, o “limpar a terra”, isto é, expulsar os povos indígenas para garantir a liberdade do gado.

Sobre a presença de índios nessa região Lima (1997, 46) relata que os indígenas da ribeira do Jaguaribe eram, provavelmente, nômades, transitavam do sertão até as praias, em permanentes correrias. Foram provavelmente eles que demarcaram, às margens do Jaguaribe, a estrada que viria a chamar-se “das boiadas” e, posteriormente, “estrada real” (ver Figura 1). Sobre os hábitos desses nativos pouco se conhece, mas, segundo o mesmo autor “antes de o boi assenhorar-se do sertão e os currais obrigá-los a embrenhar-se sertão a dentro, costumavam descer às praias, no verão, para a safra do caju, matéria-prima para a bebida com que se embriagavam, em seus festins rituais”.

Os aldeamentos iniciaram, na capitania do Ceará, após intensos conflitos entre os povos nativos e os conquistadores. Depois da vinda dos paulistas a luta tornou-se mais acirrada, pois os mesmos são acusados de cometerem atrocidades inimagináveis contra os índios. Vale lembrar que a Igreja e as missões com os aldeamentos foram essenciais para consolidar a dominação da terra. Em uma carta do missionário João Leite (apud Pinheiro, 2002, p.40), o mesmo declara a importância do aldeamento para efetivar a conquista do território:

> “Na paz e redução destes jaguaribaras consiste o sossego, e utilidade dos povoadores daquela Capitania do Ceará e a defesa de sua fortaleza, e de toda a costa porque são mui valorosas, e por tais motivos de todas as outras nações, e já por isso constando que os ditos jaguaribaras estavam aldeados com missionários logo nos pediram pazes todos os tapuias circunvizinhos, até então levantados, com temor dos jaguaribaras (...); em cuja redução e assistência da missão gastei mais de dois anos” [8].

Dentre as ações missionárias, estava também o objetivo de aldear os paiacus na ribeira do Jaguaribe, local principal para a expansão da pecuária. Na justificativa da catequização dos paiacus, o missionário ressaltou os mesmos argumentos utilizados para justificar a redução dos jaguaribaras, e a subordinação deste povo, que era essencial para garantir a criação do gado. E mais uma vez o missionário destaca a importância da aliança Igreja/Estado para garantir e justificar a subordinação dos povos nativos à lógica mercantil (PINHEIRO, 2002, p.45).

Segundo Lima (1997, p.143), existe uma caverna na serra Areré, próximo à foz do rio Palhano (próximo à entrada da cidade de Itaiçaba), onde o Padre João da Costa, auxiliado pelo Capitão João de Barros aldeou os paiacus em 1696 e os submeteu a um ataque liderado por Morais Navarro, comandante do terço dos paulistas, sendo mortos 400 paiacus e os sobreviventes foram levados como escravos para o Açu no Rio Grande do Norte (Foto 3).

Os índios do Baixo Jaguaribe eram os paiacus e os janduins (estes tinham ido para Pernambuco aliar-se aos flamengos, voltando para suas terras, quando os invasores foram expulsos). Oliveira Lima, ao falar dos índios se admira de não se encontrar um machado de pedra, restos de armas da guerra, ossadas (era costume dos índios do interior da Bahia, enterrar os mortos, sentados, por vezes, dentro de potes chamados de “camucins”). “Não ficaram, na tradição popular, lembranças destes bravos que não sabiam fazer um monumento ou levantar um monte de pedras! Suas pegadas foram apagadas pelo tempo...” (LIMA, 1997, p.50).

Embora não se tenha nenhuma lembrança desses indígenas, materializada no espaço, ou riscada nas paredes de pedras, o processo de

[8] Carta do Padre João Leite de Aguiar ao Rei de Portugal em 04 de setembro de 1696. In DOCUMENTOS DO CONSELHO ULTRAMARINO.

aculturação não conseguiu apagar de vez a memória desse tipo étnico, revelada ainda nos traços fisionômicos, na cor da pele do povo jaguaribano, e ainda, nas práticas cotidianas que resistem ao tempo: no seu vocabulário, na gastronomia, no artesanato etc. Na região jaguaribana destaca-se como herança indígena a arte do trançado de palha e cestaria; a tecelagem que tem como característica principal a produção de redes.

Foto 3 - Serra Areré. Foz do rio Palhano – Itaiçaba (CE).
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Aracati carrega na origem de seu topônimo a influência indígena. Segundo João Brígido “Aracati ou aracatu”, significa: “Estas duas palavras tupis, combinadas, dão a idéia perfeita de uma região, que impressionava pela claridade e mansidão de suas águas, na embocadura do Jaguaribe”. Ara = claro, catu = bonança; o Barão de Studart aceita a significação de Aracati ou aracatu como “tempo bom”. Assim chamavam os índios aracatu ao vento que soprava do Norte e refrescava os ardores do estio; para Martius, Aracati, “era assim que os selvagens do sertão chamavam ao vento do norte, que soprava regularmente das sete para as

oito da noite, e se derrama pelo interior da província" (MARTINS, Filho & GIRÃO, 1966, p.61).

2.2.1 Paisagem sertaneja: fazendas, ranchos e currais.

A conquista da Ribeira do Jaguaribe foi acirrada. De um lado os povos indígenas lutavam pela terra, de outro os colonos procuravam "limpar a terra", para torná-la produtiva. Através das guerras declaradas aos índios, os homens brancos se estabeleceram em seus lotes de terra (sesmarias), com seu gado, instalando de início os ranchos e currais.

Quadro 1

DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS NA CAPITANIA DO CEARÁ

Período	Pecuária	Agricultura + Pecuária	Agricultura	Total
1679-1699	254	-	07	261
1700-1709	583	00	-	595
1710-1719	324	02	12	328
1720-1729	383	12	26	431
1730-1739	300	11	20	376
1740-1749	212	15	11	238
1750-1759	50	07	03	60
1760-1769	06	-	-	06
1770-1779	09	-	01	09
1780-1789	12	07	02	21
1790-1799	28	12	07	47
1800-1809	12	02	04	18
1810-1819	47	08	34	89
1820-1824	26	00	01	27
Sem definição	-	-	-	10
Total Geral	**2.162**	**76**	**140**	**2.378**

Fonte: PINHEIRO, 2002.

Foi, portanto, através da pecuária que a ocupação da capitania do Ceará efetivou-se. “Das 2.378 datas solicitadas, num período de mais de um século e meio, 91% tinham como justificativa a necessidade de terra para ocupar com a pecuária” (Quadro 1).

Segundo Costa Porto, as *sesmarias* eram propriamente as datas de terras. De acordo com a legislação o objetivo desse sistema era não permitir terras incultas. Cabia ao sesmeiro as seguintes responsabilidades:

> “a) indagar quem eram os senhorios da terra, citando-os a dizer porque não a exploram e, se não comparecerem, ou não derem razões convincentes, assinar-lher o prazo ou o arrendem;
> b) se não obedecerem, deve tomar-lhes os bens e distribuí-los entre lavradores que os queiram explorar no prazo de cinco anos;
> c) se recebia a sesmaria, o novo beneficiário não a aproveitar no prazo de lei, ser-lhe-á tomado o solo, para nova redistribuição, cominando-se, contra o faltoso, “certa” multa pecuniária;
> d) não determina a lei a área das datas, fixando, apenas, este princípio básico, tônica fundamental do sistema: ‘seram avisados os sesmeiros que nam dêem mayores terras a huma pessoa que as que rezoadamente parece que no dyto tempo as poderão aproveytar’ ” (COSTA PORTO, 1965, p.36-37).

Sobre a distribuição de terras na ribeira do Jaguaribe, sabe-se que esta foi realizada a partir de 1681. A primeira data foi doada ao capitão Manuel de Abreu Soares e seus catorze companheiros, que vieram combater os índios, no Ceará. Os sesmeiros receberam 15 datas, cada uma com duas léguas de comprimento, ao longo do rio Jaguaribe, indo de Aracati, no oceano Atlântico desde a Barra do Fortim (onde fica a foz do rio Jaguaribe), ao Boqueirão do Cunha, no alto sertão do Ceará. Era chamada de “sesmaria dos homens do Rio Grande do Norte[9] (Figura 3).

> “Em 1780 já eram 972 as fazendas. Toda a vida da fazenda girava em torno da sua própria finalidade: o gado. A lavoura para nada servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam: dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as vazantes dos rios, onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro e não mais” (GIRÃO,1986, p.135).

[9] Livro 20 dos registros de Sesmarias do Estado do Brasil, folha 86, Bahia, 25 de janeiro de 1681, citado por LIMA,1997. p.110-116.

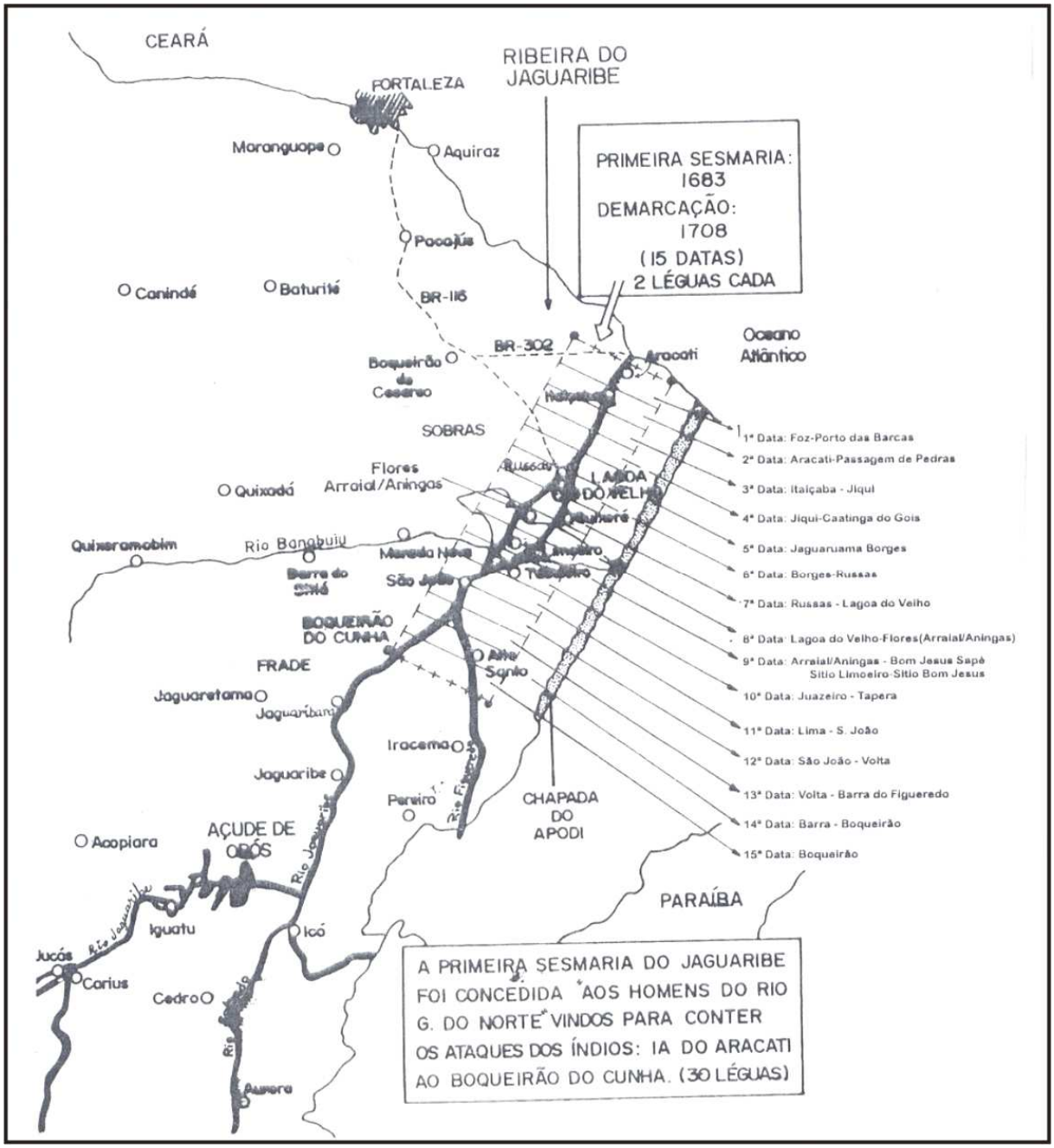
Ao analisar a distribuição das sesmarias na capitania do Ceará, entre 1678-1824, conforme o Quadro 2, Pinheiro (1999, p.14) verifica que 43% destas estavam situadas na Bacia do Jaguaribe. No rio Jaguaribe estavam 14% de todas as sesmarias distribuídas na capitania.

Quadro 2

DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS NA BACIA DO JAGUARIBE (1678-1824)	
Rio Jaguaribe	296
Rio Quixeramobim	105
Rio Banabuiú	170
Rio Salgado	115
Rio Carius e Bastiões	43
Inhamus	68
Rio Piranji	39
Rio Sitia	25
Riacho Palhano	27
Riacho do Sangue	17
Riacho Figueiredo	33
Riacho São João	5
TOTAL	916

Fonte: PINHEIRO, 1999.

Figura 3 - Sesmarias do Baixo Jaguaribe



Fonte: LIMA, 1997.

Pelos caminhos por onde eram conduzidas as boiadas foram surgindo ranchos e fazendas com seus currais. Marcadas pelo modo de vida rural, funcionavam as fazendas, como unidades econômicas e locais para os encontros sociais, que se davam entre os viajantes, vaqueiros, tangerinos, enfim, entre os principais grupos sociais que compunham a sociedade naquele período. Gradualmente a paisagem foi mudando, com o aparecimento das fazendas que mais pareciam “pequenos feudos”, sendo instalados a “casa forte”, os currais e as capelas. Assim descreve Capistrano de Abreu:

> “Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelões, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança” (ABREU,1988, p.172).

As casas rurais com seus alpendres hospitaleiros tinham na sua forma arquitetônica o objetivo de acolher os viajantes, os vaqueiros, os tangerinos, enfim, acolher principalmente aqueles que se embrenhavam pela caatinga adentro rastreando as boiadas, e no final de sua marcha buscavam abrigo nas fazendas próximas. Esta arquitetura é

> “fruto de uma economia restrita em sua capacidade de produzir grandes excedentes, uma natureza quase hostil; a utilização de materiais locais apoiada em técnicas construtivas de grande inventividade; um programa que contemplava as necessidades essenciais de seus usuários” (LEMENHE, 1999, p.19).

Sobre a arquitetura antiga no Ceará, o arquiteto e professor Liberal de Castro descreve que a mesma tinha um caráter popular e nitidamente utilitário e claramente ecológico, mesmo nas obras administrativas ou religiosas de maior pretensão. Trata-se de um comovente testemunho material dos percalços enfrentados na penosa lida civilizatória dos sertões. Este tipo de arquitetura, diz o arquiteto, poderá ser encontrada no litoral ou nos sertões (CASTRO, 1977).

Os insumos naturais atuaram, de certa forma, como vetores dessa colonização. Ou seja, “a diversidade de situações locais imperava, exigindo certa plasticidade e certa inventividade dos agentes coloniais para lograr êxito em suas instalações” (MORAES, 2002, p.82). Foi necessário, então, a identificação de elementos naturais que pudessem garantir a instalação dos colonos. Entre os atrativos naturais, na ribeira do Jaguaribe destacava-se a carnaúba, utilizada com bastante freqüência na vida do sertanejo. Sobre sua importância Aires de Casal retrata o valor utilitário da palmeira na vida dos primeiros colonos:

> “(...) Várias espécies de palmeira, das quais a carnaúba é o vegetal mais comum e útil deste país: pode fazer-se uma casa com ela, sem mais outro ingrediente do que o barro: seu tronco é rijíssimo, e serve para tirantes e ripas; sua copa pequena; as folhas, em forma de leque fechado, servem para cobri-la, (...) elas são ainda o sustento do gado vacum no tempo de maior seca. Enquanto novas o âmago do tronco é tenro, e dá-se aos animais na falta doutro alimento. Ainda se extrai dele uma sorte de farinha, que é um recurso em tempo de fome” (CASAL, 1976, p.285).

A carnaúba era a principal matéria prima utilizada na construção das habitações rurais do Nordeste do Brasil, no período colonial. Mais tarde com o surgimento de núcleos urbanos, também se constituiu importante recurso para a construção das edificações urbanas.

> “Essa peculiaridade construtiva, o uso em larga escala da carnaúba como madeiramento estrutural das habitações, também pode ser encontrada em outras poucas localidades, mas principalmente, no Piauí – que assim como em certas regiões do Ceará, utilizam-se bastante deste material, encontrado em abundância na natureza local” (NOGUEIRA, 1999, p.43).

As casas rurais do sertão cearense caracterizavam-se por possuírem um grande alpendre localizado na parte frontal, e às vezes instalado na lateral da casa. Nesse local eram recebidos os viajantes, vaqueiros, tangerinos, os quais se instalavam para descansar da lida diurna. Segundo Oliveira Lima, também era local de confraternização, pois nestas paragens, durante a noite, o alpendre assumia a função de camarote, enquanto o terreiro transformava-se em palco dos festejos puxados ao som do forró. As famílias sertanejas participavam dos folguedos (festa de Santos, noites de São João, cantorias e casamentos). Dos mourões de aroeira

que sustentavam o vasto telhado do alpendre, saíam ganchos onde se armavam as redes, que tanto serviam para dormir, e também serviam como assento reclinável e móvel para a conversa coletiva. Daí surgiram as tradicionais “estórias de barbatões”, de mula sem cabeça entre outras (LIMA, 1997).

Na região do Baixo Jaguaribe encontram-se algumas habitações, que embora recentes ou reformadas e descaracterizadas, emitem ainda na forma arquitetônica a tradição das antigas fazendas de gado, ranchos e currais (Fotos 4 e 5). Algumas habitações conservam o alpendre tão acolhedor, o vasto terreiro e o curral. Essa rusticidade da vida no campo poderá ser encontrada ainda no interior dos municípios de Aracati (1ª Data: Foz - Porto das Barcas) e Itaiçaba. (2ª Data: Aracati – Passagem das Pedras), que testemunham a simplicidade daquele mundo rural.

Ao observar a arquitetura do sertão cearense e a utilização da carnaúba nesse cotidiano Gardner, em 1838, fez a seguinte observação:

> “As casas se constroem com um madeiramento feito de tronco da carnaúba e os espaços são tapados com tijolos. O tronco desta utilíssima palmeira é usado pelos habitantes para quase todos os fins a que se pode aplicar a madeira. É de tal resistência que a parte inferior, especialmente dos troncos plenamente crescidos, dura anos e anos, ainda quando exposta ao tempo. Por isso, com ele se fazem os currais de gado, cortando-se a madeira em sentido longitudinal” (GARDNER, 1975, p.82).

Também nos arredores da cidade de Aracati, ainda se podem vislumbrar algumas dessas relíquias. O Sítio Santarém, também chamado de “Castelo” (Foto 6) faz alusão às características arquitetônicas peculiares dessa época. Pode-se observar o emprego da carnaúba na sua construção, principalmente no madeiramento do telhado. No interior da casa existe uma escada de madeira que dá acesso ao cômodo superior. Conforme pode ser observado na foto, embora a estrutura física desse casarão apresente as feições das casas da zona rural, do referido período estudado, a mesma apresenta “motivos neoclássicos agregados à fachada ocidental” (NOGUEIRA, 1999, p. 48).

Foto 4 - Casa rural – Camorim - Itaiçaba (Baixo Jaguaribe).
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Foto 5 - Curral de gado – Camorim - Itaiçaba (Baixo Jaguaribe).
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

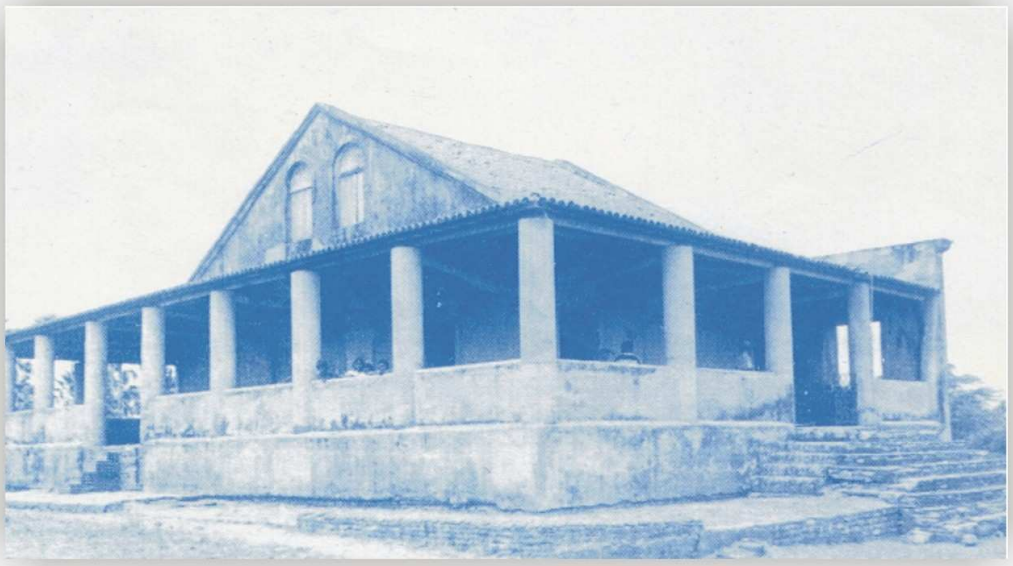


Foto 6 - Sítio Santarém ou “Castelo” – Aracati.
Fonte: Acervo IPHAN- 4°CR -CE/RN – s/d.

Foto 7 - Casa Rural na Vila São José – Aracati.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

Outro remanescente com características de casa rural se encontra na Vila São José (ver Mapa 3). Nessa localidade se estabeleceram os primeiros colonizadores de Aracati (Foto 7), o seu primeiro sesmeiro, o Capitão Manuel de Abreu Soares proprietário da “1ª Data: Foz – Porto das Barcas”. A casa pertence à família Costa Lima, descendentes dos sesmeiros de São José do Porto dos Barcos.

2.3 O Porto dos Barcos e sua dinâmica econômica

A localização da vila de Aracati próxima ao litoral e a poucos quilômetros da foz do rio Jaguaribe, favoreceu a instalação de um porto natural, considerado o mais movimentado do Ceará até metade do século XIX (Mapa 4). “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se, mesmo antes de ser elevado a vila, o pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada” (GIRÃO, 1995, p.104).

Pelo porto de Aracati eram exportados para Pernambuco os principais gêneros produzidos no vale do Jaguaribe, e pelo mesmo caminho importados os artigos que vinham de Portugal (SOUZA, 1995, p.107). Essa dinâmica favoreceu o crescimento econômico do pequeno arraial, e já na metade do século XVIII, Aracati se transformou num importante empório comercial, tendo como atividade básica a indústria da carne seca, bastante desenvolvida no Ceará. Abatia-se por ano até 25 mil bois (GIRÃO,1986, p.140).

Quando o Ceará se tornou independente da capitania de Pernambuco, em 1799, Aracati passou a realizar transações comerciais diretamente com Pernambuco, Bahia e até mesmo com Portugal. Aracati exercia, assim, certa influência sobre a região jaguaribana, que dependia do comércio da carne seca e também sobre Fortaleza que se constituía, na época, como um pequeno núcleo populacional (SUDENE/SUDEC, 1975 apud SOUZA, 1995, p.107).

Aracati conseguiu a supremacia na região jaguaribana, por estar em situação privilegiada, localizada no litoral e bem próxima dos grandes centros

urbanos da época – Recife, Olinda e Salvador. Daí veio a facilidade de escoamento da riqueza produzida nessa região e também dos produtos advindos do Sertão.

> “Era de fato, Aracati o porto obrigatório do comércio com Pernambuco por ele saiam na maior parte os gêneros de exportação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e os Inhamuns através do centro de distribuição que era a Vila de Icó. Mais tarde, fazendo intercâmbio direto com Recife e Campina Grande, transformando-se no empório comercial de primeira grandeza” (GIRÃO, Raimundo apud LEMENHE, 1999).

Considerando a importância da Vila de Santa Cruz do Aracati e seu porto, em 1816, Silva Paulet faz a seguinte descrição:

> “É a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa, e aonde se acham cazas de sobrado; o que é devido a ser o ponto de embarque das produções dos algodões e sólas do seo termo, da villa das Russas ou de São-Bernardo, Campo-maior, Icó e de todo o Jaguaribe, e da villa de Monte-mór o Novo, em parte. Conseqüentemente é o porto de desembarque dos gêneros, que de Pernambuco vem para este lado da capitania” (PAULET, 1997, p.13).

Ao analisar o papel das vilas na organização do território cearense, no período colonial, Dantas (2003, p.208) afirma que o Ceará:

> “Não dispunha de uma cidade primaz, mas de um conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais”.

Esses núcleos urbanos representados pelas vilas de Aracati, Icó, Sobral e Crato, exerciam influência em quase toda a extensão da província. De acordo com Silva (2002) e Dantas (2003), esses centros urbanos apresentavam as seguintes características:

1) A vila de Santa Cruz do Aracati (atual Aracati), dispunha de porto marítimo mais próximo de Pernambuco e de Salvador, situando-se a jusante do Jaguaribe, cabendo-lhe assim o comando da faixa litorânea;
2) Icó assumiu papel complementar àquele de Aracati. Devido sua localização nos cruzamentos das vias antigas (a via do Jaguaribe partindo

de Aracati, via das Caiçaras partindo de Sobral e a via das Boiadas, provenientes de Pernambuco) transformou-se num renomado centro coletor e distribuidor no sertão e comandava o sertão jaguaribano;

3) A Real Vila de Sobral (atual Sobral) cabia o domínio do vale do Acaraú e a região de Ibiapaba. Essa importância também se deu devido sua posição estratégica em relação às vias antigas e ao controle de zonas portuárias. Sobral se caracterizou como grande centro coletor e distribuidor do noroeste do Ceará (e mesmo de parte do Piauí), papel reforçado pela via das Caiçaras e via Nova das Boiadas bem como pelas zonas portuárias de Camocim, e principalmente de Acaraú;
4) a Vila Real do Crato (atual Crato) tinha a função agrícola, o que revela sua tradição agrária, decorrência de melhores condições climáticas e de aproveitamento da terra do Cariri. Dominava o vale do Cariri e era atendida pela via Crato-Piancó (ver Figura 1).

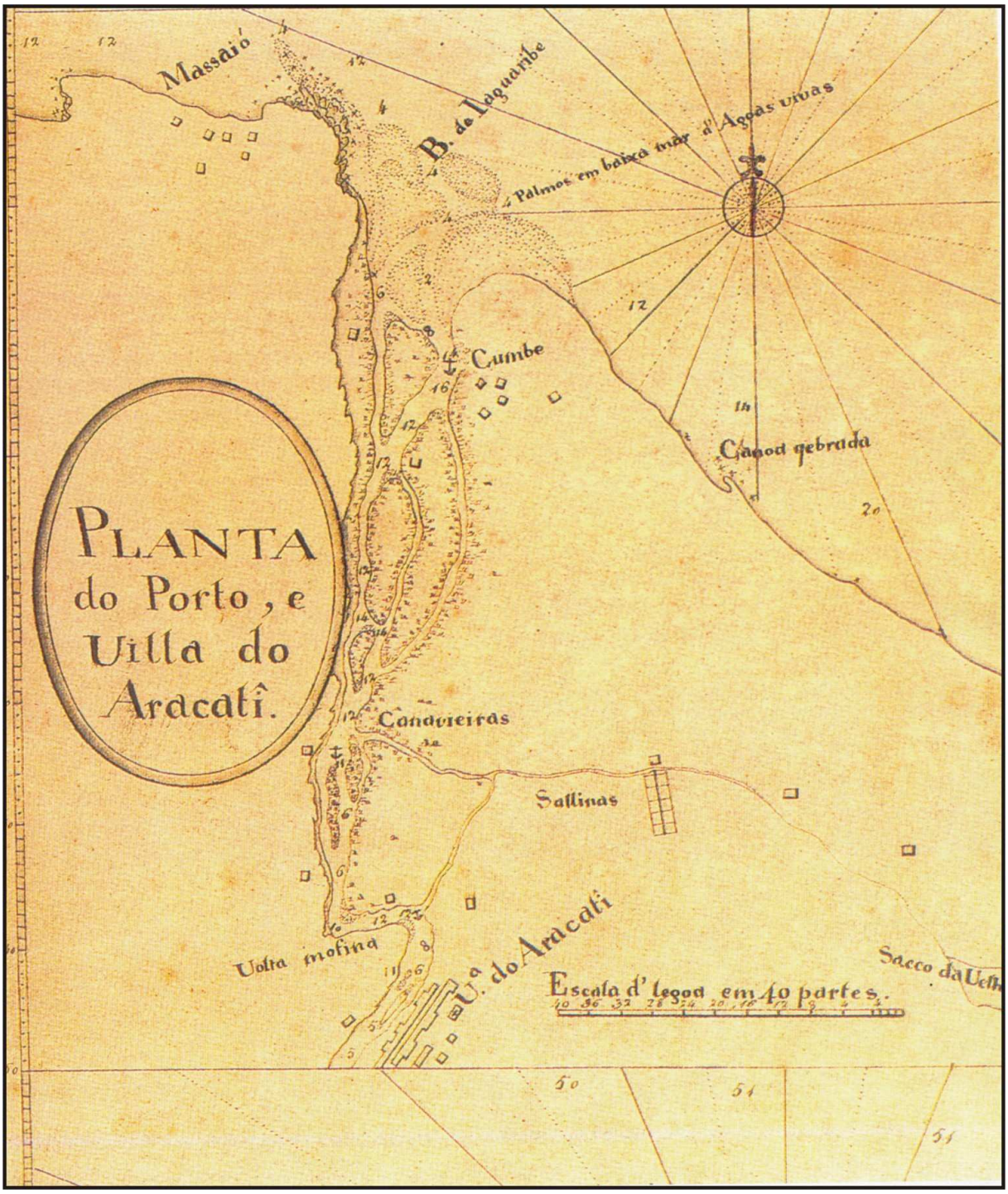
Assim, “essa simbiose urbana permitiu a coexistência de um grande centro sertanejo no interior, com grande empório e porto no litoral” (Silva, 2002, p.228). Esses quatro centros urbanos exerceram papel preponderante no quadro socioespacial do século XVIII, resultando a força destes centros das ligações estabelecidas, principalmente com Pernambuco (DANTAS, op.cit.). O Quadro 3 constitui uma tentativa de identificação da rede urbana cearense no final do século XVIII citado por Dantas (2003) e Silva (2002):

Quadro 3 - CONFIGURAÇÃO URBANA NO SÉCULO XVIII.

VILAS	NÍVEL	FUNÇÃO BÁSICA
Aracati	1º	Comercial/administrativa/serviços
Icó	1º	Comercial/administrativa/serviços
Sobral	1º	Comercial/administrativa/serviços
Crato	1º	Agrícola/administrativa/industrial
Camocim	2º	Comercial/industrial
Acaraú	2º	Comercial/industrial
Quixeramobim	2º	Comercial/serviços de base
Fortaleza	3º	Administrativa
Aquiraz	3º	Administrativa
Granja	3º	Industrial

Fonte: Sudene/Sudec – Estruturação do Espaço Urbano e Regional no Ceará: Uma abordagem histórica, 1974.

Mapa 4 - Planta do Porto e Vila do Aracati[10]



Fonte: Mapoteca do Itamarati, 1813 apud REIS Filho, 2000.

[10] "Planta do Porto e Villa do Aracati. **Autor**: Antônio Jozé da Silva Paulet, no anno de 1813. A planta de Aracati mostra a pequena vila, com uma rua edificada dos dois lados e traçado retilíneo e uma praça, a igreja e umas poucas edificações. A vila incluía-se em uma série de núcleos, fundados no século XVIII, na Capitania do Ceará, com traçado regular" (apud REIS FILHO, 2000).

CAPÍTULO 3. RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO COLONIAL

No século XVII Aracati era apenas um tímido arraial (povoado) apresentando características de aldeia. Com o passar do tempo e através da implantação das charqueadas conseqüentemente veio a divisão social e territorial do trabalho. O pequeno arraial toma ares de vila antes mesmo da primeira metade do século XVIII. A estrutura social torna-se mais complexa. Surgem novos atores sociais. Primeiro eram apenas fazendeiros, depois surgiram os charqueadores, os comerciantes. A Vila de Santa Cruz do Aracati tornou-se a mais populosa, a mais civilizada da capitania do Ceará, segundo a opinião dos historiadores e viajantes estrangeiros em suas narrativas de viagem.

Destaca-se nesse momento a tríade Estado/Igreja/Câmara Municipal, principais reguladores do uso e ocupação do espaço urbano, bem como outras práticas cotidianas dos grupos sociais.

Tentar compreender a trama desses agentes sociais na cidade de Aracati, no período colonial, no âmbito da política, da economia e da cultura foi necessário para se conhecer a lógica da organização do espaço. Tendo o conhecimento sobre o funcionamento das cidades brasileiras no período colonial, procurou-se aqui identificar os principais agentes produtores e consumidores dessa cidade, no referido período.

Alguns estudos sobre o funcionamento das cidades e vilas no período colonial foram basilares para se iniciar a temática em questão. Entre os autores que trabalharam essa temática se destacam Reis Filho (1968); Azevedo (1994) e Vasconcelos (1997). O primeiro com sua obra intitulada de uma *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*, trás importantes contribuições sobre o sistema social da colônia, sobre a política urbanizadora, sobre a rede urbana, entre outros assuntos não menos relevantes que estes. O segundo se destaca por revelar, entre outras coisas, o papel da Igreja na construção e regulamentação desses

espaços, e, finalmente Pedro Vasconcelos com seu artigo *Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial* formam um campo teórico mediador desses estudos diacrônicos no que se refere às pesquisas do espaço urbano. Através desses estudos torna-se possível adentrar no passado dos primeiros núcleos urbanos do Brasil e entender o sistema social e espacial.

Através da análise documental e das fontes bibliográficas, procurou-se então analisar a ação dos principais agentes produtores e consumidores do espaço urbano de Aracati, no período colonial. Para estudar as cidades brasileiras no período colonial, Vasconcelos (1997, p. 247) afirma:

> "Para entender a organização e o funcionamento do espaço das cidades brasileiras do período colonial, bem como de todo o período escravagista, é necessário adaptar, ou mesmo criar, novos conceitos e termos, pois aqueles utilizados para a compreensão das cidades atuais não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas".

Um exemplo que pode ilustrar tal situação consiste em comparar os agentes sociais produtores da atual cidade capitalista, pois os mesmos, segundo Vasconcelos (idem, p.249), não poderiam corresponder aos mesmos agentes sociais da cidade colonial[11]. Os agentes modeladores das cidades, no período colonial, segundo Vasconcelos são: a Igreja, as ordens leigas, o Estado, os Agentes Econômicos, a população e os movimentos sociais.

Vasconcelos (idem, p.270) aponta para o fato de que "o papel da Igreja tem sido pouco destacado nos estudos urbanos", não obstante, ele foi determinante na estruturação das vilas e cidades do período colonial. Foi tão forte a influência da Igreja Católica, que não se fez sentir apenas no setor do culto e do ensino durante o período colonial. Essa influência aparece de maneira marcante na própria nomenclatura das vilas e cidades criadas no referido período. Enfatizando a importância do papel que a Igreja Católica exerceu nesse período, Aroldo de

[11] No caso brasileiro, CORREA (1989) quando discutiu quem produzia o espaço urbano, considerando nossa realidade, destacou os seguintes produtores do espaço urbano capitalista: (1) os proprietários dos meios de produção;(2) os proprietários fundiários; (3) os promotores imobiliários; (4) o Estado; e (5) os grupos sociais excluídos (VASCONCELOS, 1997, p.248). Sobre este assunto ver CORRÊA, 2000.

Azevedo com muita propriedade acentua os nomes de santos mais utilizados para designar as vilas e cidades o que revela a influência lusitana no cotidiano das vilas e cidades coloniais:

> “Sem pretender fazer estatísticas, tudo parece indicar ter sido o nome da *Virgem Maria, Nossa Senhora*, o que maior número de vezes se repetiu durante a época colonial. Dentre os santos, a predominância parece caber a *São José, a Santo Antônio e a São João* – tão enraizados na alma religiosa dos portugueses – seguindo-se-lhes: *São Jorge, São Vicente, São Paulo, São Cristóvão, São Luís, São Francisco*, (...) A figura de *Jesus Cristo* aparece sob a forma de *Salvador, São Salvador, ou Senhor Bom Jesus*, ou ainda através de Seu sacrifício, com invocações à *Santa Cruz*, e de sua natividade, sob a forma de *Natal* e *Belé*m. Resta-nos lembrar a homenagem aos Santos em geral (*Santos, Todos os Santos*), à *Santíssima Trindade*, ao *Espírito Santo*, (...). Em conclusão: para um total de 225 aglomerados urbanos, entre vilas e cidades, nada menos de 95 (isto é, 43%) apresentavam caráter religioso em sua denominação” (AZEVEDO,1994, p.66).

Ao considerar a importância da Igreja no que se refere à organização do espaço urbano e não apenas à religiosidade Reis Filho (1968, p.177) esclarece que as funções de administração pública eram atribuídas tanto à Igreja quanto ao Estado. Acrescenta ainda que “com diversas funções na vida urbana, não é de se estranhar que o conjunto das construções religiosas ocupasse uma parcela ponderável da arquitetura urbana, que poderia ser avaliada em 20% do volume construído” (idem, p.179).

Sendo assim, negligenciar o papel da Igreja na cidade de Aracati desde o surgimento do povoado seria apagar algumas páginas da memória da cidade, fato este impossível de acontecer, uma vez que as igrejas construídas neste período continuam dominando a paisagem urbana.

3.1 Agentes Produtores do Espaço Urbano em Aracati no Período Colonial.

3.1.1 Mudando a paisagem: a ação dos charqueadores, fazendeiros e comerciantes.

Os fazendeiros decidiram abater o gado no próprio local, ao invés de vendê-lo em outros mercados das províncias vizinhas, daí originou-se um outro grupo social que passou a se dedicar à produção e a comercialização da carne salgada. Para tanto, os mesmos escolheram pontos estratégicos que facilitavam a produção e o escoamento do produto.

> "A introdução do processo de salga da carne, situada em torno da segunda década do Século XVIII, viria trazer modificações significativas na economia local, que resultariam na superação, ainda que modesta, da incipiente vida urbana na Capitania do Ceará" (LEMENHE, 1991, p.33).

Segundo o IPHAN (1998, p.6), as charqueadas eram fábricas de beneficiar carne, chamadas também de Oficinas ou Feitoria. O gado era abatido e sua carne transformada em carne salgada, segundo técnica indígena de conservação local da qual o colonizador utilizou-se para torná-la atividade lucrativa. Eram instalações simples, um processo rudimentar, que resultava na produção da carne salgada. Segundo Raimundo Girão, a charqueada era,

> "(...) uma apressada construção de galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada, salgada, e algum tacho de ferro para a extração de parca gordura dos ossos por meio de fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque – salgação da carne. A courama era *estaqueada,* seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secados, em forma de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora" (GIRÃO, 2000, p.156).

Para se ter uma idéia de como se organizavam espacialmente essas charqueadas Debret (s/d), em sua narrativa de viagem, que realizou ao Brasil, no

período de 1816 a 1839, a qual denominou de *Voyage Pitoresque et Historique au Brésil*, relata sobre as técnicas utilizadas nas charqueadas quando de sua visita ao Rio Grande do Sul. Segundo sua narrativa era a charqueada um

> "(...) vasto estabelecimento em que se prepara a carne salgada e secada ao sol, reúne dentro de seus muros o *curral*, onde se mantém os bois vivos, o *matadouro*, a *salgadeira*, edifício de forma oblonga, o *secadouro*, vasto campo eriçado de estacas entre as quais são esticadas cordas, e as *caldeiras*, bem como os fornos abrigados sob um barracão espaçoso. Toda essa fábrica é dominada por um pequeno platô no qual se ergue o edifício principal habitado pela família inteira do charqueadeiro" (DEBRET, s/d).

As primeiras vilas do Ceará colonial surgiram motivadas pela atividade pastoril, pela produção e comercialização da carne seca (também conhecida "carne do Ceará"), as quais a cada dia iam ganhando um número maior de colonizadores atraídos para esta Capitania, em busca de riqueza e prosperidade. Dessa economia derivaram-se outras atividades importantes, mas também, como era de se esperar, ligadas à economia pecuária. Segundo Sousa (1922, p.12), essa economia no povoado de São José do Porto dos Barcos foi assim,

> "dando lugar a que o commercio, não só de xarque, como de couro salgados de boi, vaquetas, couros de cabras e pellicas brancas, se desenvolvesse de modo assombroso, transformando em pouco tempo a face do humilde arraial que tornou um dos mais procurados e populosos daquellas eras da então capitania".

Ao analisar esses dados Lemenhe (1991) faz algumas observações acerca desse rápido crescimento do povoado. A autora concorda com as afirmativas, porém faz algumas restrições.

> "(..) fazem sentido se confrontarmos a situação do povoado ao tempo de sua constituição em vila - existência de atividades produtivas de caráter urbano, comercialização de carne e couro produzidos nas imediações – com as circunstâncias em que foram criadas as demais, no período que analisamos, para as quais foi necessário arregimentar moradores para desenvolver atividades rurais. Mas a extensão do adensamento populacional em torno da produção e comercialização e a expansão destas devem ser relativizadas (LEMENHE, 1991, p.39-40).

.

De fato, questiona a autora, presume-se que a atividade de salga absorvia uma população maior que a das fazendas, principalmente se for considerado o sistema rudimentar de produção e o volume de carne exportada (idem). Entretanto, considerando-se que, no período de maior expansão da charqueada, por volta de 1781, não era elevado o número de fábricas de beneficiamento da carne no Aracati, existiam talvez umas cinco, portanto é de se duvidar do número considerável de indivíduos no povoado ao tempo de sua constituição em vila. Levando-se em conta o provável início da charqueada – primeira década do século XVIII e no final do século – em 1789 – o saldo populacional não excedia a cifra de 2.000 pessoas, poder-se-á igualmente duvidar do “assombroso e rápido” desenvolvimento da vila (LEMENHE, 1991, p.40).

Sobre a fixação dessa população urbana no Aracati Lemenhe (idem) concorda que ela teve origem com o desenvolvimento da charqueada, mas a atividade que a alimentou, desde o início, foi o comércio.

A natureza assegurava o desenvolvimento rápido àqueles que se dedicavam à criação do gado e à produção do charque, pois nesses locais onde a natureza fora prodigiosa, se conjugavam os elementos essenciais para a instalação das feitorias, a exemplo dos ventos que favoreciam a secagem da carne e o sal encontrado em abundância e que servia como um conservante natural.

> “As condições geofísicas do litoral do Ceará favoreceram o surgimento daquela indústria, ‘que além de matéria-prima abundante, possuía outros fatores locais assegurados do êxito: ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época” (Renato Braga apud GIRÃO,1995, p.101).

Antes da instalação das charqueadas, os fazendeiros conduziam as boiadas aos principais mercados consumidores, notadamente Olinda, Recife e Salvador. Porém, algumas dificuldades foram surgindo, sobretudo no que se referia ao transporte do gado da área litorânea por apresentar os cascos mais finos e menos resistentes que os cascos do gado criado na área sertaneja.

A dificuldade estava em atravessar os terrenos pedregosos que maltratavam os animais, ficando impossível para as reses competir com os gados de outras capitanias, por estarem mais próximas às feiras dos mesmos. Sair do litoral e atravessar o sertão deixava o gado bastante debilitado, emagrecido e sem condição física para chegar até a praça de mercado. Os rebanhos que conseguiam, chegavam com o peso bem abaixo daquele necessário para ser comercializado. Os fazendeiros começaram a se sentir prejudicados por obter um valor inferior àquele desejado. Foi aí que os mesmos resolveram abater o gado no seu local de origem, transformá-lo em carne salgada e transportá-la para o local de consumo.

> "Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado, que mais tarde cediam em boas condições.(...) As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas travessias e o ônus decorrente do subsídio de sangue, que se cobrava à taxa de quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca, minguando o lucro das boiadas, forçaram-nos a preferir a venda da sua matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens" (ABREU, 1988).

No que se refere aos rebanhos da zona jaguaribana esses passaram a ser conduzidos em direção à zona litorânea, local propício para o abate do gado, e, adequado para a produção do charque, entre outros produtos derivados dessa atividade, os quais passaram a ser exportados pelo porto de Aracati.

> "O advento das charqueadas no Ceará contribuiu sobremaneira para a pujança de Aracati que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará. A acirrada concorrência da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no comércio de gado bovino para o abastecimento da região canavieira pernambucana, fez com que os cearenses optassem pela venda de um produto preparado e comercializado no local, no caso a matança do gado e preparação de mantas de carne conservadas pelo sal, ficando assim resistente a viagens longas" (SILVA, 2002, p.227).

As boiadas eram conduzidas pelos tangerinos (condutores das boiadas) até às feiras de gado. Vale destacar nessa ocasião o carro de bois, primeiro transporte de carga utilizado para transportar os produtos do interior ao litoral e vice

versa. Ao relembrar a importância dos transportes (Foto 8) no Ceará colonial Barroso (1999, p.54) destaca que

> "(...) o carro de bois, que assinalou, com suas rígidas rodas de madeira, uma longa estrada, estendendo-se de Aracati – à beira mar, principal porto da nossa Província, até Icó – no alto sertão, metrópole do *hinterland*. (...) Já os navios que ancoravam com dificuldades na foz do Jaguaribe tinham carga que exigia condução: traziam de Salvador e Recife mercadorias exóticas, fazendas, utensílios, materiais de construção, até pedras, cimento e cal, que iriam servir para erguer e mobiliar sobrados urbanos e casarões rurais da aristocracia nascente".

Foto 8 - Réplica de um carro de bois. Acervo do Museu Jaguaribano -Aracati. Foto: Edivani Barbosa, 2003.

A condução das boiadas na vastidão das várzeas jaguaribanas propiciou também o surgimento de povoados, ranchos etc, que passaram a fazer parte da dinâmica econômica do período. Devido a topografia plana do terreno as boiadas e carros de bois transitavam livremente pelos caminhos. Entretanto, no percurso entre Aracati-Icó havia um obstáculo de vulto, que era o rio Jaguaribe (idem).

Devido ao acúmulo de água no rio Jaguaribe durante os períodos invernosos, o leito tornava-se bastante caudaloso e largo, o que dificultava a passagem das boiadas do lado oeste para o leste[12] (Foto 9). “Os carreiros tiveram a felicidade de encontrar uma passagem, um ponto em que o largo leito se estreitava e era calçado por um estirão de pedras, por onde, após ligeiro aperfeiçoamento, foi possível transpor o talvegue, quase a pé enxuto”. Foi nesse período que surgiu uma povoação que se transformou numa das principais feiras de gado daquela região, a cidade de Itaiçaba (BARROSO, 1999, p.54).

Foto 9 - Rio Jaguaribe – Itaiçaba (CE).
Foto: Edivani Barbosa, década de 1980.

O viajante Gardner faz referência a essa localidade quando partiu de Aracati em direção a ribeira acima do Jaguaribe, na manhã de três de agosto de 1838:

[12] Do lado esquerdo localiza-se a cidade de Itaiçaba, do lado direito localiza-se o município de Aracati (conforme se pode observar na foto 9, vê-se do outro lado do rio o distrito Barreira dos Vianas, que pertence ao município de Aracati).

> "(...) partimos de Aracati, a cavalo, na manhã de três de agosto, sob forte chuva, que felizmente, logo cessou. Depois de havermos cavalgado por densa floresta de carnaubeiras, em estrada arenosa e inteiramente plana, atravessamos o rio a cerca de duas e meia léguas da cidade. Chamava-se o vau Passagem das Pedras, nome sugerido pelo leito rochoso do rio" (GARDNER, 1975, p. 83).

Nesse local, onde tangerinos e marchantes (adquirentes e abatedores) se encontravam, deram origem a essa povoação que passou a denominar-se Feira de Gado, depois, Passagem de Pedras e por fim recebeu o topônimo de Itaiçaba[13]. Convergiam para a Feira de Gado, em dias determinados, os fazendeiros da circunvizinhança a fim de comprarem e venderem os seus animais. Itaiçaba veio a organizar-se em distrito, primeiro no âmbito do município de Aracati, depois passou a ser distrito da União (Jaguaruana)[14].

E assim, no alvorecer do século XVIII surgiram as primeiras feitorias de charque no Ceará. Entretanto, não se sabe ao certo onde teria sido instalada a primeira charqueada na província cearense. Para alguns historiadores, teria sido o vale do rio Acaraú que teve a primazia, para outros, foi o vale do rio Jaguaribe o primeiro local a fabricar o charque. O historiador Raimundo Girão faz a seguinte assertiva:

> "Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas no Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado a categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati (...)" (GIRÃO, 1986, p.139).

Tal afirmação fundamenta-se na data de construção da igreja Matriz de Aracati, cuja edificação se deu por charqueadores, no início do século XVIII, segundo registros de documentos oficiais[15], "no ano de 1714, devastadas as carnaubeiras e marizeiros, construíram os charqueadores, vindos de Pernambuco e da Bahia, uma capela de taipa com frente de tijolo e coberta de palha, sob a

---

[13] Itaiçaba na língua Tupi significa ita=pedra / çaba=passagem, tradução erudita desse aspecto natural, adotado em 1938.

[14] A igreja de Itaiçaba teria sido construída por charqueadores, vindos de Pernambuco, de onde mandaram vir a primeira imagem da Padroeira, que teria sido recebida, através do porto de Aracati, em 27 de dezembro de 1861(BARROSO, 1999, p. 53-59).

[15] Livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento - Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Aracati apud RIC, 1959.

invocação de Nossa Senhora do Rosário". Sabe-se, contudo, que somente em 1761, se deu efetivamente a construção da atual igreja Matriz, desta vez construída de tijolos, no mesmo local em que fora construída a capela de taipa no ano de 1714.

O pequeno Arraial (Aracati) prosperou com a dinâmica dessa economia. Daí surgiram as classes mais abastadas da capitania nesse período: os fazendeiros, os comerciantes e charqueadores. Tratava-se de uma elite local que acumulara riquezas e mais, uma sociedade consumidora de artigos importados da Europa, os quais, de início eram recebidos via Recife.

O progresso econômico de Aracati se expressava na opulência de suas edificações, com seus edifícios públicos, casarões, armazéns, igrejas, praças, ruas alinhadas, entre outras representações da sociedade colonial. Nesses sobrados avarandados, decorados por azulejos portugueses, cuja fachada da casa se destacavam a beira, a bica e a sub-beira moravam as ricas famílias da sociedade local (Foto 10). Segundo Leal (1995, p.102),

Foto 10 - Residências que pertencem a família Caminha. Na casa a direita nasceu Adolfo Caminha.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

> “o telhado para a frente, de bica, beira e sobre beira, se era, de um lado, uma adaptação ao clima, era de outra parte, também, um símbolo de status social. Os mais modestos não passavam da bica, os melhores em situação financeira poderiam ter bica e a beira; só os mais remediados, de posição social mais elevada, tinham condições para ter, além da bica, a beira e a sobre-beira (...)”.

Em outras palavras esse motivo arquitetônico, representava a condição social do proprietário. Isto é, a casa que apresentava “beira, bica e sub-beira”, indicava que era um proprietário de posses. Quem não tinha “eira nem beira“ era um morador desafortunado. Daí originou-se o tão afamado adágio popular, quando se quer dizer que uma pessoa não tem dinheiro: *é um fulano sem eira nem beira.*

> “O capitão-mor Azevedo Montauri, cujo governo começara em 1782, quando realizava um dos seus giros de inspecção, manifestara que – ‘das vilas todas da Capitania só esta do Aracati merece o nome, e até os mesmos habitantes dela, ou porque sejam a maior parte deles forasteiros, que vêm de outras partes fazerem os seus negócios, ou porque a Providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos desta Capitania’ ” (GIRÃO, 2000, p.164).

Com o surgimento das charqueadas, foram introduzidas algumas práticas urbanas. Segundo Antônio Lemenhe e Auxiliadora Lemenhe as charqueadas introduziram a divisão de trabalho entre a fazenda de criar e a área de salga e comercialização, realizadas em áreas distintas, permitindo a fixação do homem em determinados sítios. Com as charqueadas também foi possível a circulação de bens – gados – entre as áreas de criação e de salga e de produtos importados que, entrando pelos portos, eram distribuídos no interior pelos povoados centrais (LEMENHE, 1999, p.18 e LEMENHE, 1991, p.35).

Não apenas isso, a sociedade que passou a habitar na vila, adquiriu novos hábitos inspirados no modo de vida urbano, ou seja, inspirados no modo de vida europeu. Essas influências se fizeram presentes na própria arquitetura local, com seus casarões revestidos externamente por azulejos portugueses, uma cidade com ruas alinhadas, além do consumo de roupas importadas, louças, móveis, e principalmente, o que se pode observar em especial na Vila de Aracati, é que os jovens começaram a se dedicar ao estudo das Letras, ciências, ofícios mecânicos e da música. Assim descreve o historiador Antônio Bezerra:

> “Por esse tempo (o autor fala da cidade em 1742), as casas abastadas mantinham em geral um luxo desconhecido na província, superior ao da capital, e não raro era verem-se atravessar as ruas lindas carruagens conduzindo famílias ricamente vestidas de sêda ou veludo com adornos de preço. Os menos favorecidos da fortuna faziam-se transportar em palanquins, ou como vulgarmente se diz na Bahia, cadeirinhas cobertas de damasco azul bordado á galões, que eram carregados aos hombros de escravos limpos e bem trajados” (BEZERRA, 1902, p.150).

Os comerciantes e charqueadores procuravam ostentar o luxo através da indumentária, da arquitetura de suas casas e até do transporte utilizado para se locomoverem, o qual também era um indicativo de ascensão social. Esse instante da sociedade colonial foi descrito também por Debret (s/d) quando passava pelo Rio de Janeiro. Segundo Debret, “reconhece-se no Rio de Janeiro a casa de comércio do antigo e rico negociante brasileiro, proprietário de engenho, pela liteira parada ao portão ou num recanto escuro da loja...”.

Como testemunho dessa opulência no que se refere a vila de Aracati, encontra-se no Instituto do Museu Jaguaribano de Aracati um exemplar desse transporte urbano, do período colonial, conforme Foto 11.

O século XVIII configura-se como o período áureo da economia pecuária nordestina. Mas, já no seu final, a natureza que sempre fora tão prodigiosa se encarregou de transformar o destino das vilas que tinham como sustentáculo à economia pecuária.

Foto 11: Liteira - Acervo do Museu Jaguaribano.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

Os períodos de estiagem prolongados dificultaram aos poucos o fabrico da carne seca, uma vez que o gado foi sendo dizimado. Dentre as grandes secas do século XVIII, se destacam as ocorridas no período de 1777-1778 e 1790-1793. Foi neste período, em 1780, que se retirou do Aracati, para o Rio Grande do Sul, o português José Pinto Martins e fundou, às margens do arroio de Pelotas, uma charqueada. Para lá o "aracatiense" ousado transportou os conhecimentos e a prática da indústria do charque, sentenciando de vez o fim das charqueadas no Ceará. Junto a essas charqueadas estabeleceram-se outras, dando origem à cidade de Pelotas e o charque gaúcho, tão conhecido em todo o Brasil (GIRÃO, Raimundo, apud LEAL, 1997, p.21)[16].

[16] José Pinto Martins é considerado o fundador da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Na cidade de Pelotas existe um portal que faz uma homenagem a este "português-aracatiense". No instituto do Museu Jaguaribano, em Aracati, encontra-se uma foto desse portal e registra assim esse fato que enche de orgulho o passado dessa cidade.

3.1. 2 Governo Português: a criação de vilas no período colonial

A história do urbanismo no Brasil é marcada por contradições e equívocos. Por exemplo, a tese defendida pelos estudiosos do assunto de que os primeiros núcleos urbanos da colônia eram caracterizados pela anarquia, eram núcleos urbanos primitivos e desordenados (NOGUEIRA, 1999, p.19). Estudos mais recentes têm demonstrado que essas teorias foram equivocadas, pois novas descobertas apontam para o fato de que, “os portugueses já dominavam e utilizavam amplamente o desenho urbano regular em suas cidades na metrópole ou nas colônias asiáticas e africanas” (idem).

É certo que no início da colonização alguns aglomerados urbanos, no Brasil, surgiram de forma espontânea. Isso está relacionado à política utilizada pela Metrópole no que se refere à dominação do território. Essas cidades ou vilas apresentavam sempre um caráter funcional, sobretudo, comercial, política ou militar.

A localização desses aglomerados urbanos ocorria geralmente em pontos estratégicos, ou seja, estivera sempre associado às áreas litorâneas elevadas, de forma que permitisse a instalação de portos e assim facilitasse a comunicação com a Metrópole portuguesa. Outro fator locacional considerado, era a proximidade com fontes d’água, geralmente encontradas em terrenos acidentados. Essas estratégias visavam também o controle do território, contra os invasores estrangeiros. Sobre os elementos da organização espacial, no que se refere à situação dos núcleos coloniais Reis Filho (1968, p.122) afirma que:

> “Os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos da colonização brasileira situavam-se, de modo predominante, no litoral, por razões econômicas, administrativas e militares. Exceção fizeram apenas as vilas do planalto paulista. O sistema econômico ao qual a Colônia era vinculada, baseado na divisão internacional do trabalho fazia com que os núcleos dependessem estreitamente das comunicações com a Metrópole. Era natural, pois, que se procurasse situa-los em posição de conexão com esquemas eficazes de comunicação, e esta era garantida, de preferência, através das vias fluviais e marítimas, fosse para o escoamento da vida colonial, fosse para a obtenção de produtos manufaturados”.

Logo, se os portugueses não utilizaram planos urbanos para organizar suas primeiras vilas “isso dependeu de fatores que se inscrevem em uma ordem muito superior em relação à simples decisão do traçado a ser utilizado” (NOGUEIRA, 1999, p.19). Essas vilas ou cidades localizadas em terrenos acidentados permitiram que suas ruas fossem surgindo espontaneamente, se adaptando à topografia do terreno.

Segundo Abreu (1997, p.213), a criação das vilas no período colonial era uma atribuição destinada aos donatários e governadores, pois os mesmos tinham o poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. O arraial (ou povoado) sempre foi de origem espontânea e resultava do agrupamento de famílias em algumas residências chamadas de *fogos*. A criação das cidades sempre foi de competência da Coroa.

Havia algumas características que eram próprias de cada categoria. Nas vilas e cidades ficava a sede do *governo local*. Nelas se estabelecia a justiça em nome do Rei, prerrogativa que se materializava na paisagem urbana pela ereção de um *pelourinho* (idem).

- O Pelourinho: símbolo da jurisdição municipal

No ato da instalação das vilas, no período colonial, escolhia-se uma praça que seria a principal da cidade, local onde era edificado o pelourinho. Segundo Girão (1997, p.48-49) o pelourinho simbolizava a jurisdição municipal. Nos primeiros tempos de Portugal, eram executadas nesse local, as penas impostas pelos almotacés, autoridades judiciárias responsáveis pela limpeza das vias, edifícios, açougues, padarias, oficiais mecânicos, pesos e medidas, onde eram obedecidos certos limites de jurisdição.

Em geral, os pelourinhos eram dotados de corrente de gargalheira e algemas. Para lá eram levadas mulheres de “vida airada” e aí lhes cortavam os

cabelos, e em seguida eram expulsas do povoado. Os condenados ao pelourinho, em muitos casos eram escravos desobedientes e “viciados”, que sofriam os castigos em praça pública (idem).

Segundo Girão (1997), os pelourinhos “nunca serviam, entretanto, para execução da pena de morte”. Mas não foi o que aconteceu em Aracati. No período colonial, o pelourinho representou bem o papel a que havia se destinado. Sabe-se na história de Aracati o caso de duas execuções em praça pública: uma delas ocorreu na Praça do Pelourinho (Praça Cruz das Almas) onde um negro condenado, de costas para a igreja, como era de costume na época, foi enforcado; outro caso aconteceu em dezembro de 1838, um outro negro foi condenado à morte sendo o mesmo executado na Rua do Rosário[17].

- As Diretrizes Urbanas e a Vila de Santa Cruz do Aracati

O povoado de São José do Porto dos Barcos transformou-se em pouco tempo num centro populoso e economicamente bem desenvolvido em comparação com outras vilas do Ceará colonial. Segundo Barroso (1962, p.104), Aracati tornou-se, “terra de gente adiantada e culta com relações diretas com Pernambuco e com a Europa. Comerciava por meio dos veleiros que frequentavam o porto do Fortim, e muitos de seus principais negociantes foram sócios de firmas inglesas”.

Com esse progresso logo surgiram os primeiros sinais de insegurança e agitação da sociedade aracatiense. A população sentia-se ameaçada por causa do movimento das charqueadas nas ruas centrais. Os incômodos se faziam presentes devido ao mau cheiro exalado pelas ditas oficinas, pela peste de moscas, pela entrada das boiadas na rua principal, pelo abate do gado na parte central, pelo movimento do porto decorrente da circulação de pessoas, enfim, o próprio aspecto estético das oficinas, que acabavam por destoar da harmonia do alinhamento urbanístico.

[17] Os relatos sobre o enforcamento em praça pública em Aracati estão fundamentados em UCHÔA, 1953-1954.

Toda esta inquietação dentro do povoado contribuiu para que, em 1744, fosse exigida a estada de um juiz ordinário e um tabelião no povoado nos períodos de maior afluência dos barcos (Studart apud Girão, 1995, p.105). Nada melhor para confirmar o referido fato que a representação feita pelo Ouvidor José de Faria, datada de 24 de julho de 1744.

> "Deu conta a V. Magd[e]. o Capptam Mor (...) D. Francisco Ximenes de Aragão sobre o quanto era conveniente assesticie hum dos Juízes ordinário (...) Tabelião no Lugar do Aracaty ao menos o tempo que ao dito Lugar vem quantidade de Embarcaçoens fazer Carnes (...) Hé sem dúvida ser conveniente haver justiça naquele Lugar por quanto além de haver nelle muitos moradores, quando hé tempo dar carnes (...) se faz muito populozo pela concurrencia de muitas sumacas e gentes que dessem destes certoens com inumeros gados a fazerem suas negociaçoens donde nascom haverem muitas contendas (...) e algumas mortes"[18].

O desenvolvimento econômico e a opulência do povoado de São José do Porto dos Barcos foram reconhecidos pelo Governo Português e isso fez com que o Arraial passasse à categoria de vila, por Alvará de D. João V, em 11 de abril de 1747. A vila passou a chamar-se (por existir no local uma cruz) Vila de Santa Cruz do Porto dos Barcos do Jaguaribe (LIMA, 1979, p.60). Entretanto, a vila só foi inaugurada a 10 de fevereiro de 1748, pelo Ouvidor da Câmara Manuel José de Faria, sendo erguido no dia 24 do mesmo mês e ano, o pelourinho, na praça principal (idem) (Foto 12).

No dia 10 de fevereiro de 1748, foi enviada uma ordem, de sua Majestade Dom João V, rei de Portugal para se "eregir no lugar do Aracaty, porto dos Barcos do rio Jaguaribe (...) huma nova villa com todas as clausulas e circunstancias na mesma ordem declaradas" (LEAL, 1997, p.7).

A demarcação da vila se deu a partir do sítio chamado Cruz das Almas, por ser o lugar mais alto e livre de inundações do rio Jaguaribe (idem, p.7) (ver Mapa 3). No dia 24 de fevereiro de 1748 levantou-se o Pelourinho de tijolo, barro e cal, tendo em cima no remate quatro braças de ferro com suas argolas na ponta (LEAL, 1997, p.8-9).

[18] Representação do Ouvidor Geral do Ceará, "sobre a conveniência por se trazer um juiz ordinário e um tabelião "para o Aracati, 1744. Livro III, 1684-1762, Coleção Studart, IC apud GIRÃO, 1995, p. 105.

A praça da Cruz das Almas, local que teve a honra de ser palco da solenidade oficial da criação da Vila, era segundo Antônio Bezerra, “entre as bellas praças de Aracaty” a maior da cidade. A área originária da praça era de 6.090 braças quadradas, que se estendia desde a Rua Santos Dumont (antes denominada de Rua Apollo no trecho sul, Rua Parada, no meio e Rua Silvestre no trecho norte) até a Rua Cel. Pompeu (antes conhecida como Rua do Piolho, ao sul, Rua do Rosário, no meio, Rua dos Ramos, no trecho norte) (BEZERRA, 1902). A esse trecho urbano pertenciam ainda as principais ruas que atualmente denominam-se Rua Cel. Alexanzito, antes chamava-se Rua do Pelourinho (no trecho sul), Rua das Flores (no meio) e Rua Santo Antônio (no trecho norte); a atual Rua Cel. Alexandrino antes chamava-se Rua Direita.

No período colonial a existência da Rua Direita, em qualquer núcleo urbano, era uma obrigatoriedade, pois por essa lógica significava que a partir daquela rua determinava-se a direção para o crescimento da vila ou cidade. No que se refere a vila de Santa Cruz do Aracati, a Rua Direita indicava o crescimento urbano da vila no sentido leste, visto que no sentido oeste havia o rio Jaguaribe como obstáculo à expansão urbana[19].

Vale ressaltar que, logo no dia 26 de fevereiro de 1748, depois de demarcado o termo da vila, também foi demarcado o local para a construção da casa de câmara e cadeia (Foto 13). Para isso foi destinada quinze braças de terreno (LEAL, 1997, p.9).

[19] As informações sobre o significado da Rua Direita foram concedidas por Antero Pereira Filho, no dia 17 de junho de 2004, em Aracati.

Foto 12 - Praça da Cruz das Almas.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

Foto 13 - Casa de Câmara e Cadeia Pública.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

> “A demarcação do termo da vila e a posse da primeira câmara do Senado de Aracati foram marcadas para o dia 3 de março seguinte. Nesse dia a vila de Santa Cruz amanheceu em festa. As casas comerciais fecharam as suas portas e as fábricas não trabalharam. No porto, os barcos ficaram adormecidos, de velas enroladas a embalar-se ao ondular suave e leve das águas. Dos arrabaldes e fazendas próximas acorreram famílias para assistir à festa. Foi então designado e medido o termo da vila e empossada a sua primeira câmara. Ao beber o vinho das primeiras alegrias por mais essa vitória de sua terra, os aracatienses sentiram que no fundo do cálice estava a bôrra dos primeiros desgostos e máguas. É que o ouvidor geral negou-se a dar, como era de esperar, maior termo à vila, ficando esta apenas com um pequeno termo de meia légua quadrada, incluindo terrenos salgados e aréias inúteis. Surgiram descontentamentos e murmúrios surgidas do êrro da demarcação do termo dado à nova vila, o ato da elevação marcou o início de uma fase de grande prosperidade. O comércio tomou grande incremento. As fábricas de carne multiplicaram-se” (LIMA, 1979, p.60-61).

Nesse período de fundação da vila de Santa Cruz do Aracati (1748), com apenas um termo de meia légua quadrada, a população ficou bastante inquieta a ponto de reivindicar às autoridades, maior termo para a vila. Desde então, travou-se uma luta que tinha como principal objetivo, incorporar novas áreas ao território aracatiense.

Em 1787, o ouvidor geral da comarca do Ceará, Dr. Manuel Magalhães Pinto e Avelar, encaminhou a S. Majestade, uma representação dos aracatienses, reivindicando maior termo à vila. Nessa representação os aracatienses argumentavam o seguinte:

> “Todos sabem que o Aracati é um porto mercante de consideração, que seu comércio tem promovido e promove cada dia a povoação de tal sorte que hoje se contam na vila e seus subúrbios perto de quinhentos fogos; duas mil pessoas de comunhão, cinco ruas públicas, que fazem um aspecto público agradável, as mais delas de sobrado, e mais de setenta lojas de mercadorias (...) Até mesmo a mais pobre e menor vila de índios que por aí há, tem maior termo que esta, sendo a maior em povoação, mais formosa, mais opulenta e mais rica e comerciada da capitania (...)” (apud LIMA, 1979, p.63).

Passados seis anos, em 1793, atendendo às reivindicações da população aracatiense, “D. Thomaz de Melo opina que se dê por termo ao Aracaty”. O documento foi redigido nos seguintes termos:

> “Para vir ao claro conhecimento da verdade do requerimento dos officiaes da camara do Aracaty, em que pedem a V. M.e maior extensão do termo do que tem, mandei ouvir não só a camara do Aquiraz, como prejudicada, mas também o Dr. Ouvidor geral e corregedor da comarca do Seará, e pelo que ambos me informaram, informo a V. M.e que a representação dos ditos officiaes é verdadeira e digna de atenção (...) é certo que o seu termo é só de meia legoa, e que o da Vila do Aquiraz é bastante extenso, que muito bem pode admettir desmembração para augmentar o daquella villa; com cujo augmento se consegue a utilidade desta Villa e felicidade dos povos, tendo mais próxima e promta a boa administração da Justiça. Não acho porem justo que se conceda a camara do Aracati todo o termo que pede, não só porque é demasiadamente extenso, mas também porque parte delle já foi desmembrado do Aquiraz para a nova Vila do Campo-maior, que mandei crear para a boa administração da justiça e felicidade dos povos em 20 de Fevereiro de 1789 pela faculdade que me permitte a carta Regia de 22 de junho de 1766, mas sim que na presente situação se conceda por novo termo á Vila do Aracati e termo o que vae desde a banda oriental do rio Jaguaribe até Mosçoró, extremas da capitania do Ceará e desde a barra do dito rio até a passagem das Pedras, incluindo o Jupi e Catinga do Góes, com cujo termo fica bem servida a camara do Aracati, e pouco desfalcada a do Aquiraz: sendo esta divisão a mesma que me aponta o Ouvidor geral do Ceará, como consta de sua resposta inclusa. Este é meu parecer, e não obstante V. M. mandará o que for servido. Recife, 16 de Maio de 1793” (STUDART, 2001, p. 405-406). (grifo nosso).

No dia 17 de dezembro do mesmo ano, por provisão régia, ratificando o referido parecer, D. Maria, rainha de Portugal, concedeu o termo pedido na representação de 1787. Em 1820, em 16 de fevereiro, por decreto imperial, foram concedidas ao Aracati as terras da margem ocidental do Jaguaribe (LIMA, 1979).

Voltando a questão da localização dos edifícios públicos, sabe-se que o terreno demarcado para a construção da casa de câmara e cadeia ficava ao lado da Praça do Pelourinho. O prédio da câmara, entretanto, foi construído noutro local, em um trecho da Rua das Flores (Mapa 5). Antes de sua construção a Câmara funcionava em “prédios alugados de particulares” (LEAL, 1997).

Segundo Leal (1997, p.12-14) a atual casa de câmara de Aracati foi construída em 1779. Possuía um sino, por determinação oficial, adotada em sessão de 18 de abril de 1762. Uma das finalidades dessa prática na época era a de deixar explícito, que naquele tempo “havia mais respeito às autoridades”. Depois de tocar o

sino, à noite, o juiz com seus oficiais saíam a rondar a Vila, e encontrando mulheres, damas ou revoltosos, esses seriam notificados para se despejarem da terra (idem).

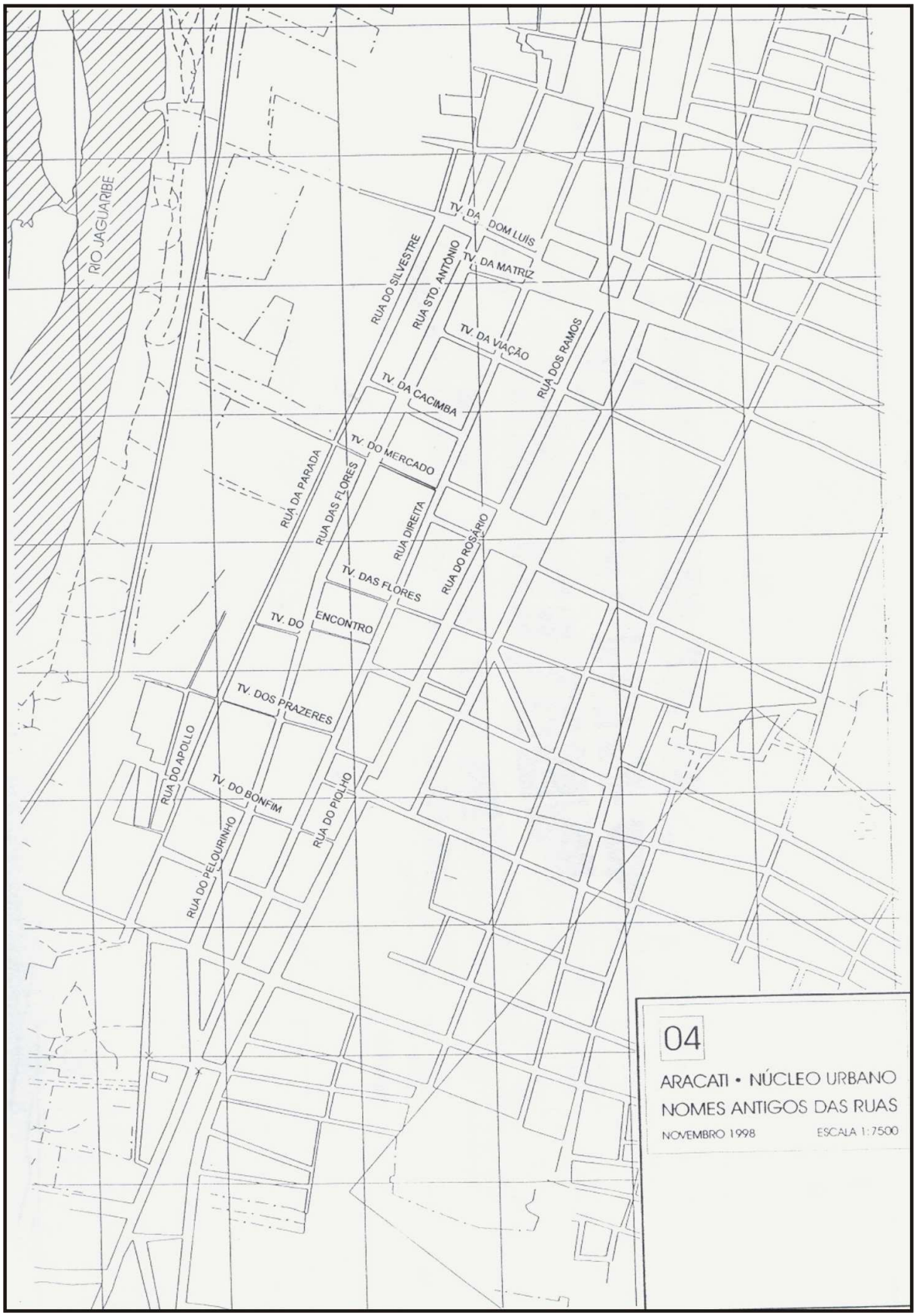
Junto com a Carta Régia que determinava a criação e instalação da Vila de “Santa Cruz do Aracaty”, vieram as recomendações adotadas pelo Parecer do Conselho Ultramarino de Lisboa. Tais observações se referiam, sobretudo, ao padrão morfológico estabelecido para as vilas até então criadas. Nesse documento se atentava para a organização da Vila, no que se referia ao plano urbanístico. Lá estavam descritas as características do núcleo urbano que se desejava criar (Figura 4).

Entre as recomendações, estava a preocupação com a largura das ruas, a extensão das praças, a localização dos edifícios públicos, bem como os tipos de casas residenciais que deveriam ser iguais e ter o mesmo perfil, atendendo, sobretudo, para o aspecto estético, posto que no interior das casas, cada morador poderia fazer como desejasse, respeitando a sua comodidade, de maneira que em toda a vila, se conservasse o mesmo aspecto público (Anexo I).

Sob a influência lusitana foram edificados os sobrados, as casas térreas, os armazéns da Vila de Santa Cruz do Aracati (Fotos 14 a 20: Exemplares do conjunto arquitetônico). Segundo Gilberto Freyre (1980), diversos valores materiais, foram absorvidos da cultura moura ou árabe pelos portugueses e transmitidas ao Brasil, destacando-se a arte do azulejo que tanto relevo tomou em nossas igrejas, conventos, residências, banheiros, bicas e chafarizes. Pela tipologia das casas remanescentes na cidade de Aracati percebe-se esse hábito trazido na memória do colonizador, presente no cotidiano da vida colonial e que perdura até hoje na cultura popular.

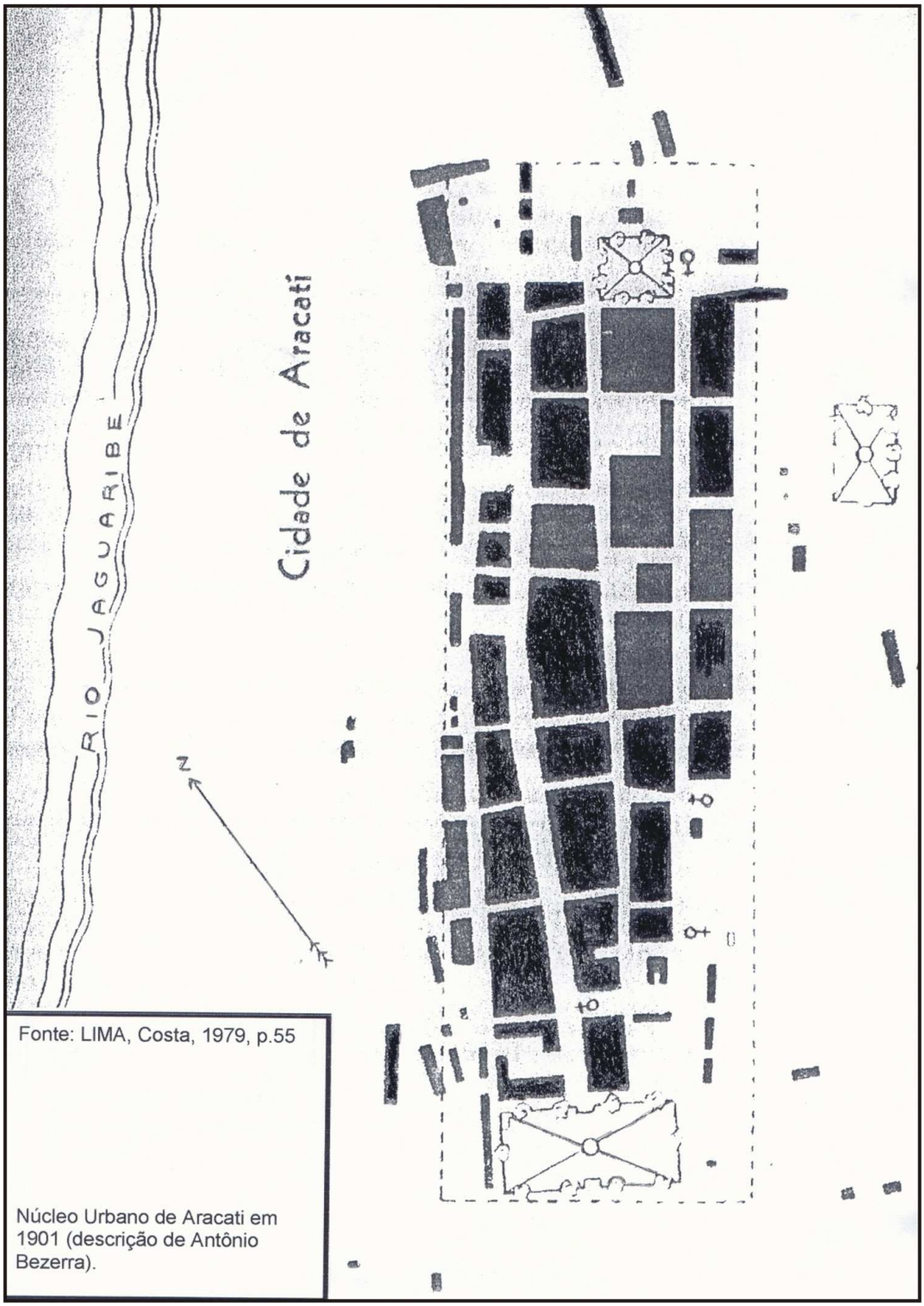
> “Os artífices coloniais, a quem deve o Brasil o traçado de suas primeiras habitações, igrejas, fontes e portões de interesse artístico, foram homens criados dentro da tradição mourisca. De suas mãos recolhemos a herança preciosa do azulejo (...) o azulejo mourisco representou na vida doméstica do português e na do seu descendente brasileiro dos tempos coloniais a sobrevivência daquele gosto pelo asseio, pela limpeza, pela claridade, pela água, daquele quase instinto ou senso de higiene tropical, tão vivo no mouro” (FREYRE, 1980, p.248-249).

Mapa 5 - Ruas antigas da Vila de Santa Cruz do Aracati



Fonte: IPHAN, 1998, p.47.

Figura 4 – Núcleo Urbano da Vila de Aracati



Fonte: LIMA, Costa, 1979, p.55

Núcleo Urbano de Aracati em 1901 (descrição de Antônio Bezerra).

Foto 14 - Antigo sobrado do Barão de Aracati.
Revestido externamente por azulejos portugueses.
Atualmente funciona o Museu Jaguaribano.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 15 - Sobrado situado na Rua Cel. Alexanzito.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 16 - Casas térreas.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 17 - Conjunto de casas térreas, revestidas externamente por azulejos portugueses.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 18 - Conjunto de casas térreas.
Foto de Adriano Andrade, 2000.

Foto 19 - Residência situada no trecho norte da antiga Rua Santo Antônio.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 20 - Sobrado avarandado com 3 pavimentos.
Foto: Edivani Barbosa, 2002.

Entre outras recomendações, o Parecer aconselhava o delineamento das ruas para os novos habitantes, não esquecendo de deixar espaço para o crescimento populacional, respeitando o desenvolvimento urbano que se esperava. Tal Parecer preceituava uma série de outras recomendações, a saber: ao escolher o sítio para instalar a Vila se conservasse a idéia de delinear uma face da Vila ao longo do rio; que se demarcasse primeiro o lugar que serviria de praça e com determinado tamanho para que não parecesse “acanhada”; que no meio da dita praça se levantasse o pelourinho, e aos lados dela ficassem os edifícios públicos, como casa de câmara, cadeia e as oficinas que fossem necessárias ao serviço da mesma vila.

O plano urbanístico da Vila de Santa Cruz do Aracati atendeu em parte, às exigências preceituadas no Parecer, pois de acordo com a dinâmica econômica da época e considerando a importância do rio Jaguaribe, a Vila foi traçada. A largura das ruas tinha o objetivo de atender às funções econômicas. Porém, de acordo com o que era preceituado para outras vilas criadas no Nordeste brasileiro, essa uniformidade do traçado urbano tinha outro significado (Figura 4):

> "O traçado regular, de conformidade com os princípios de uniformidade e retilineidade, também significava solidez, daria maior suporte a ataques violentos e elementos dissidentes. O objetivo também era criar uma comunidade de aparência ordenada que logo à primeira vista desse a impressão de que havia uma autoridade estabelecida" (NOGUEIRA, 1999, p.26).

Por essas ruas transitavam as boiadas comerciadas nas feiras de gado. (Foto 21). Após a comercialização do gado, as boiadas eram tangidas até o local de abate, na Vila de Santa Cruz do Aracati. A entrada das boiadas se dava pelas ruas principais percorrendo todos os trechos das mesmas, até a Rua Santo Antônio, local mais próximo dos currais, matadouro e das oficinas de charque (ver Mapa 5).

As ruas antigas da cidade de Aracati apresentam-se bem mais largas que o padrão de ruas estabelecido no período colonial. Para se ter uma idéia, as ruas de Salvador possuíam na época 66 braças (14 metros), em Aracati, a principal rua possui em média de 17 a 18 metros, constando em alguns trechos 24 metros (NOGUEIRA, 1999).

Outra peculiaridade do traçado urbano da Vila de Aracati é a presença dos tradicionais becos (Foto 22). Estes visavam facilitar a comunicação entre o Porto dos Barcos, as oficinas, e os armazéns, que tinham portas largas nas laterais que davam para os mesmos, facilitando o carregamento de mercadorias entre o porto, as casas comerciais e as oficinas. Os becos não possuem uma medida padrão, em média estão entre 2,45m a 7m de largura (aproximadamente).

Foto 21 - Perfil da Rua Coronel Alexanzito, próximo a Igreja do Bonfim.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

As diretrizes urbanas da Vila de Santa Cruz do Aracati logrou bastante êxito, ao ponto de algumas autoridades passarem a recomendar esse plano urbano para a construção de outras cidades. Segundo Nogueira (1999, p.28-29), quando o Conselho Ultramarino instruiu o Governador Gomes Freire de Andrade a criar oficialmente uma vila na localidade de Rio Grande, no extremo sul do Brasil, recomendou a utilização do modelo de Aracati. A carta recebida pelo governador em 1747 declarava que “... a fim de o dito Ouvidor ordenar melhor as ruas dessa cidade, sua praça, e a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia, estou determinando a instrução

inclusa..., que foi remetida ao Ouvidor do Ceará para criar a nova villa na localidade de Aracaty"[20].

Foto 22 - Os becos de Aracati.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Por ocasião do período estudado, na cidade de Aracati, pelo menos até as primeiras três décadas do século XIX (fim do período colonial), Aracati continuou com liderança sobre as vilas da Capitania, através da introdução da cultura do algodão que contribuiu, sobretudo, para revitalizar a sua economia, em virtude do declínio das charqueadas. Alguns estudiosos expressam a mesma opinião, quando falam sobre a supremacia de Aracati, no final do período colonial, entre eles Pompeu Sobrinho, em 1814; Silva Paulet, em 1816 e Tollenare que visitou o Ceará entre 1816 a 1818 (IPHAN, 1998, p.92).

> "A casa de inspecção do algodão no Aracati, era superior a da capital, sendo os principais gêneros de exportação da dita villa algodão e couros" (Pompeu Sobrinho).

[20] Trecho da Carta Régia a Gomes Freire de Andrade de 17 de julho de 1747 apud MARX DELSON, 1997, C1979 e comentada por NOGUEIRA, 1999, p. 29.

> “Aracati é a mais opulenta da capitania com maior população e onde se acham casas de sobrado, o que é devido a ser o porto de embarque das produções de algodão (...)” (Silva Paulet).
> “(...) é uma cidade que dia a dia adquire maior importância devido ao plantio do algodão, que ali tem dado resultados” (Tollenare).

O historiador Antônio Bezerra (1902), ao escrever sobre a cidade de Aracati, afirma que “no começo do século XIX, a Villa de Aracaty já gozava dos melhoramentos que a metrópole concedia as mais ricas e adiantadas”, na sua opinião a cidade de Aracati nessa ocasião “dá ares de uma grande praça commercial; dir-se-ia um prolongamento do Recife, tanto e tão semelhante é a construção da casaria com a daquella parte da capital pernambucana”. Em 25 de outubro de 1842 a vila foi elevada à categoria de cidade por Lei provincial nº 244 e recebeu a denominação de Aracaty (SOUSA, 1922, p.47).

3.1.3 Câmara Municipal: a legislação do solo urbano

No período colonial a Câmara Municipal representava o poder local. Os vereadores eram escolhidos por período trienal. Geralmente eram fazendeiros ou seus representantes diretos e tinham as seguintes atribuições:

> “As Câmaras, corporações de eleição triênia, incumbia a administração municipal, com atribuições ligadas à regulamentação das feiras, mercados e do trânsito; à gerência dos bens do Conselho e suas receitas; à construção, reparos e conservação das estradas, pontes e calçadas; à arborização e limpeza das ruas e praças; à construção de edifícios; ao exercício do comércio e dos ofícios; ao abastecimento de viveres; à cultura das terras, tudo enfim que interessasse ao bem comum, sendo-lhes facultado o direito de representação às autoridades superiores e ao próprio monarca” (GIRÃO, 2000, p.103).

Depois de eleitos, através de uma eleição indireta, os “homens bons”, uma vez membros da Câmara (vereadores e procurador) nomeavam o juiz de órfãos, juizes almotacéis (responsáveis pelas regras de higiene pública e regulamentação do comércio), juizes de vintena (espécie de juizes ordinários dirigidos apenas para as freguesias e aldeias com mais de 20 famílias), escrivão e

secretário (Théberge, 1973 apud FERREIRA NETO, 2003, p.155). A Câmara era presidida pelo juiz de fora ou pelo juiz ordinário. “As Câmaras legislavam sobre meio ambiente, ocupação do espaço territorial, higiene, comércio, criação de animais e inúmeros outros assuntos” (idem).

A câmara municipal, em Aracati, no período colonial, sempre estivera atenta aos problemas locais, procurava organizar a vila, e, sobretudo, tomava medidas para amenizar os problemas ambientais decorrentes das práticas econômicas. Um dos problemas ocorridos ainda no século XVIII se refere ao assoreamento do rio Jaguaribe. Além dos problemas naturais como os ventos, as correntes oceânicas, que impeliam os bancos de areia para a sua foz, obstruindo os canais de entrada dos navios e barcos, outras atividades econômicas contribuíram para estreitar o leito do rio. Segundo Bezerra (1902, p.135): “Muito concorreram para essa obstrução os curraes de pescarias, que por permissão da camara foram levantados desde o meado do século XVIII, no leito do rio até o mar”.

Todavia, no Auto da “veriação de 10 de setembro de 1785” (idem), o vereador Antônio Pereira de Carvalho, se opôs a que o senado da câmara concedesse licença para levantar currais de peixe no rio Jaguaribe. Na justificava alegava que esta prática “estava obstruindo o leito do rio, sendo certo que o canal do mesmo era tão fundo que os barcos subiam por elle acima até defronte da igreja do Senhor do Bomfim. Continuou, no entanto, o abuso, e hoje o ancoradouro fica distante da cidade cerca de 14 kilometros” (idem). Antes destes problemas ocorridos, assim relata Bezerra (op. cit.), o rio se conservava com bastante água até a Passagem das Pedras (atualmente o município de Itaiçaba), três léguas acima, onde chegavam em marés de preamar as canoas e outros barcos do tráfico.

A câmara também se fez presente quando da implantação das charqueadas. Conforme consta no Auto da Audiência Geral em 12 de fevereiro de 1781 e no “Auto da Segunda Audiência Geral que requereo a Camara nesta Vila do Aracati”, em 19 de fevereiro de 1781 (Anexo II e III), a Câmara Municipal exigiu a retirada das oficinas da rua central, como forma de aliviar a população local dos incômodos provocados pelas oficinas. Os vereadores alegavam a necessidade de se demolirem as oficinas, pois, as mesmas estavam “desfigurando a beleza, e

arruinando a saude pública desta Villa”. Alegavam também, o fato de que a matança do gado dentro da vila gerava uma peste de moscas e um cheiro insuportável, que não existia somente nos tempos das matanças, mas por todo o curso do ano. Quando chovia, a situação piorava. Para o bem público, era impossível se conservarem as oficinas dentro da Vila. Era uma ameaça à saúde da comunidade local.

Esses incômodos se faziam presentes até no momento de se celebrar uma missa, pois era necessário, estar o acólito continuamente a abanar as moscas. As imagens e ornamentos da igreja estavam sempre sortidos pelas moscas. Isso acontecia, sobretudo, na igreja Matriz, por estarem as ditas oficinas contíguas a ela. Além disso, também era notório que a Rua Santo Antônio era a mais importante e mais populosa, cheia de lojas, abertas de “mercadores de fazendas”, os quais se perdiam em meio às moscas. Os moradores reclamavam também do asseio das casas e roupas, e também na comida dos moradores, que sempre estava envolvida com moscas.

A imagem representada no Auto desta Segunda Audiência sobre a vila é retratada como um caos total. O terreno onde estavam localizadas as Oficinas era sempre cheio de couros, com os baios, com as carnes, com as salmouras, e as lamas que faziam. Enfim, com a presença de cachorros e outros “bichos”, atraídos pelos ossos, causava notórios inconvenientes, por causa da podridão existente no local.

A Câmara Municipal sugeriu a retirada das oficinas, pois eram casas, ou edifícios insignificantes em forma de telheiros, formados de paus e telhas vãs, que em pouco tempo podiam mudar-se, e serem construídos novamente em outro espaço, com os mesmos paus e telhas. No lugar destinado para as novas instalações era mais conveniente para as mesmas oficinas e bem mais perto do Porto dos Barcos. Assim, requeriam que a determinação acordada na Audiência fosse executada sem demora, sob pena de notificar os donos e administradores das mesmas.

Os incômodos decorrentes dessa atividade, também surgiram devido à própria população que aproveitava os ossos do gado abatido para retirar a manteiga dos tutanos. Após extraírem a gordura, deixavam os ossos jogados nos quintais, nas ruas, agravando ainda mais o mau cheiro. Então, por medida de higiene, determinou-se, a partir daquela mesma Audiência da Câmara, que nenhuma pessoa poderia carregar os ossos para sua casa, nem nelas se fabricasse a referida manteiga. Esta era uma atividade que só poderia se realizar dentro das Oficinas ou mesmo nos seus arredores. O local mencionado para instalar as Oficinas dali por diante deveria ficar no terreno que ia da "Officina do Salvador", próximo da Ilha dos Veados por estar mais próximo do ancoradouro dos barcos e mais distante das ruas principais da Vila.[21]

Sobre a retirada dessa manteiga dos tutanos Debret (op.cit.) também teve o privilégio de ver em uma das charqueadas no Rio Grande. Segundo Debret, ao passar pelo *barracão das caldeiras*, viu as negras ocupadas nos trabalhos de charqueadas, cortando a carcaça dos bois, depois jogando na água fervendo das caldeiras a fim de se escumarem as gorduras que "vêm à tona e retirar assim o sebo comum que se vende em pães". Viu ainda na mesma ocasião a retirada de outra espécie de gordura de "qualidade infinitamente superior produzida pela medula e pelo miolo fervidos (...); esse trabalho minucioso era confiado especialmente às negras".

É interessante observar que desde a instalação da Vila, já havia a preocupação do Conselho Ultramarino de Lisboa, em destinar um local apropriado para os currais e matadouros. E mais, que as mesmas ficassem instaladas a sotavento da vila, junto ao rio para que a população não sofresse com o mau cheiro (Anexo I)[22].

Essa determinação explica a razão pela qual a cidade foi construída de costas para o rio. Essa diretriz que determinava a construção da vila do lado direito do rio Jaguaribe tinha como finalidade deixar que os ventos nordeste e sudeste

[21] Os relatos sobre a prática das charqueadas na vila de Santa Cruz do Aracati foram fundamentados nas Atas da Câmara datadas em 12 e 19 de fevereiro de 1781(Anexos II e III).
[22] CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO apud NOBRE, 1976, p.69-73.

impelissem para longe o mau cheiro que exalavam dos matadouros e currais. O próprio rio Jaguaribe era considerado nesse momento um local insalubre porque os dejetos derivados das oficinas de charque eram despejados no rio. Segundo Nogueira (1999, p.36) “o Jaguaribe era considerado local de pouca higiene e para onde seguiam os despejos das oficinas de charque...”.

A prática de jogar os dejetos nos rios era comum. Debret (op.cit.) presenciou tal situação também no Rio Grande.

> “A salgadeira é um rés-do-chão bastante espaçoso, coberto, de forma oblonga, interiormente guarnecido, de cada lado e em todo o comprimento, por dois imensos balcões inclinados sobre os quais se estendem os pedaços de carne a serem salgados. Calhas de madeira aderentes aos balcões recebem as águas da salgação e as conduzem a um pequeno esgoto descoberto, destinado ao escoamento do sangue; um filete de água viva lava continuamente esse pequeno canal que deságua no rio” (DEBRET, s/d).

Tudo indica que essa situação era a mesma praticada na província do Ceará, uma vez que a prática do charque foi introduzida por um português, que migrou do Aracati (o mesmo considerava-se aracatiense) para o arroio de Pelotas no final do século XVIII conforme já foi mencionado no final do item 3.1.1.

3.1.4 Igreja e irmandades religiosas

A paisagem urbana de Aracati expressa através dos seus templos religiosos, herdados do período colonial, o poderio da Igreja católica na formação socioespacial. A Igreja no início da conquista da terra juntamente com o Estado e os colonos, exerciam o papel de dominadores dos indígenas da região, impondo sua religião, pacificando-os, a fim de transformá-los em vaqueiros e mão-de-obra para as fazendas de criação de gado.

Um local que evoca a ação da catequese dos indígenas é o próprio largo que fica em frente à igreja Matriz, “local onde eram reunidos os índios submetidos à catequese” (HOORNAERT,1995). No Ceará, ao tempo de sua colonização, observa-se o importante papel que as irmandades religiosas e confrarias exerceram na organização das vilas e cidades coloniais,

> “Em poucos lugares do país, as irmandades religiosas estiveram de modo oficial tão divulgadas, no que diz respeito aos seus atos compromissais, como no Ceará. (...) Constituem essas entidades campo vastíssimo à análise e definição de comportamento sócio-religioso do tempo em que prevaleciam em suas funções, não sendo, como imaginam os apressados, de sua obrigação, apenas construir templos, cemitérios, e cuidar do exercício dos ofícios religiosos” (CAMPOS, 1980, p.5).

Essas irmandades tão presentes na Vila de Aracati funcionavam como entidades de classe. Congregavam em cada uma delas, pessoas da mesma cor. A vida social da Vila de Aracati, por ocasião do período estudado, foi fortemente marcada por essa cultura de outrora, tendo como testemunho o espaço construído, com os templos religiosos que pertenciam as várias Irmandades Religiosas. Estas, além de se responsabilizarem pela construção dos templos, tinham também o objetivo de prestarem assistência aos irmãos mal sucedidos em negócios. Conforme consta no artigo 20 do compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, do Riacho do Sangue (atual município de Jaguaretama - CE)“ ‘(...)o irmão que por infortúnio falir de bens, não será por isso desprezado pela irmandade, antes ficará isento da contribuição dos anuais, e terá por sua morte doze missas’ ” (BARROSO, 1863 apud CAMPOS, 1980,p.6).

Sobre as irmandades do Ceará, Campos (idem, p.7) destaca a irmandade do Santíssimo Sacramento, da cidade de Aracati, por ser esta entre todas, a mais interessada em deixar pecúlio a ser pagável à família dos irmãos falecidos. Diz ainda Campos (idem) que “logo depois do Estado, são as mais eficientes auxiliares que sustentam os estabelecimentos religiosos do país”.

Observava-se dentro da própria Igreja católica a separação dos grupos sociais distintos pela cor da pele. Essa divisão veio a refletir-se no espaço construído, onde cada irmandade possuía o seu templo, o templo dos brancos, dos pretos e dos pardos, isso colaborava para se manter uma certa distância social e espacial uns dos outros.

A localização das igrejas, em Aracati, que datam do período colonial, praticamente delimita o traçado urbano da vila, através de ruas retilíneas em um plano reticulado. Os templos religiosos ficavam situados nas principais ruas da vila. Outras igrejas e/ou capelas existiram, no período colonial, mas, delas só restam algumas lembranças contadas por algum historiador. Até mesmo as que conseguiram sobreviver no espaço há muito pouco para se dizer. Porém, cada informação obtida, pode explicar, em parte, a estrutura cultural daquela sociedade.

A igreja Matriz de Aracati (RIC, 1959, p.304-307) foi construída por ricos charqueadores vindos de Pernambuco e da Bahia (Foto 23). Pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. Inicialmente, em 1714, foi erguida uma capela com frente de tijolos, as laterais de taipa e o telhado coberto de palha. Em 1719, os charqueadores cobriram-na de telha. Em 1728, a capela apresentava-se bastante deteriorada principalmente devido às freqüentes enchentes do rio Jaguaribe. Em 1747, o Padre José Lopes, deu início à construção de uma nova capela, levantou as paredes até certo ponto, onde passou algum tempo com o serviço parado, um inverno rigoroso se encarregou de derrubar as paredes. Somente em 1761, deu-se a construção da atual Matriz, erigindo-se no mesmo local daquela capela de taipa construída em 1714, de forma lenta, sendo construída por todo o curso do século XVIII. O altar das almas, por exemplo, foi dourado somente em 1818.

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (Foto 24) sabe-se apenas que foi construída por Francisco das Chagas Chora (Bezerra, 1902, p.140) e pertencia a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos Livres, e está localizada na Rua do Piolho (trecho inicial da atual Rua Cel. Pompeu).

A referida igreja, ao longo do tempo, foi perdendo as características originais. Algumas mudanças na sua arquitetura foram bastante significativas, dentre estas, aquela realizada pelo senhor Antônio Felismino Filho. O mesmo reformou a "Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, abrindo os imponentes arcos que lá se vêem e que modificaram inteiramente o feio estilo colonial da referida Capela, que hoje é um dos principais templos da cidade". Nela mandou erguer um altar em honra de Dom Bosco, cuja imagem foi ali exposta á veneração dos fiéis[23]. A reforma teria ocorrido no início do século XX.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário (dos pretos), pertencia a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, localiza-se no trecho central da antiga Rua do Rosário (trecho central da atual Rua Cel. Pompeu) (Foto 25). Pouco se sabe sobre sua construção. Sobre esse templo Antônio Bezerra escreveu,

> "de construção simples e tinha o cunho de pobreza das demais igrejas do Estado. Esta foi construída primeiramente de taipa e nela rezavam os pretos nos domingos os seus terços, até que o capitão Feliciano Gomes da Silva e sua mulher Floriana Ferreira da Silva, em 1777, fizeram doação de umas casas de pedra e cal, sitas na rua do Piolho, para seu patrimônio, e requereram licença para erigir e benzer a capella que com o título de N. S. do Rosario pretendiam levantar á mesma senhora" (BEZERRA, op. cit.).

A igreja do Senhor do Bonfim (RIC, 1917) edificada por Pedro de Almeida, em 1772 (25 anos depois da criação da vila), localiza-se no antigo trecho da Rua do Pelourinho (atual Rua Cel. Alexanzito) (Foto 26). A igreja foi construída no mesmo local onde havia um oratório de invocação do santo do mesmo nome. Pelos serviços de construção, sabe-se que era de responsabilidade da "Irmandade do Senhor do Bonfim da Freguezia e cidade do Aracaty". Nos fundos daquela igreja existe um cemitério, construído em 1878, sob a administração do procurador da confraria do

[23] Jornal O Jaguaribe. Aracati, 7 de setembro de 1947.

Senhor do Bonfim, o português Albino Rodrigues Soares. O mesmo se encarregou pelo calçamento ao redor do templo que foi concluído em 1879.

A capela do Bom Jesus dos Navegantes[24] teria sido construída em 1730 (Foto 27). Este templo apresenta configuração de uma capela e teria servido de oratório enquanto os outros templos foram sendo edificados. Está localizado entre a antiga Rua Santo Antônio (trecho norte da atual Rua Cel. Alexanzito) e a antiga Rua Direita (atual Rua Cel. Alexandrino).

Outras histórias são contadas para explicar a origem do aludido templo. De acordo com uma reportagem publicada pelo Jornal “O Jaguaribe” (1979), a cheia de 1974 deu fim ao documento que narrava a origem da igreja. Tratava-se de um livro encadernado a couro que, segundo o conhecido ex-tesoureiro da “Irmandade dos Prazeres”, Francisco Calixto da Silva, estivera em seu poder durante muitos anos, pois além de tesoureiro ele era um dos principais responsáveis por aquela entidade católica.

Com idade bastante avançada, em 1977, o mesmo fez um breve relato oral à zeladora da igreja Matriz, a senhora Francisca Maria, que escreveu em seu caderno, agora (em 1979) guardado cuidadosamente em seu poder. Segundo sua narração, o “Nicho” foi construído por um náufrago baiano em 1790, após escapar de violenta tormenta em seu navio a vela, junto com seu companheiro. Em momento de maior aflição lembrou-se imediatamente do Bom Jesus dos Navegantes, a quem prometeu erigir uma igreja no porto aonde conseguisse chegar salvo e cumpriu a promessa feita.

No que se refere a data de sua construção, a tradição oral a consagra e há um consenso geral a respeito. Várias pessoas idosas consultadas nesse período (década de 1970) ouviram de seus pais ou avós e concordam com a história narrada pelo bom Chico Calixto.[25]

[24] BRITO, Fernando. Jornal Diário do Nordeste -Turismo. Quatro séculos de história. Fortaleza, 26 de setembro de 2003, p. 3.
[25] Jornal O Jaguaribe. Aracati, junho de 1979.

Na mesma reportagem o redator fala ainda da tradição que se originou devido *essa história náutica*. A pequena igreja sempre foi a predileta dos pescadores aracatienses, que ali vinham fazer as suas preces ou pagar as promessas, principalmente no dia 29 de junho, data consagrada a São Pedro e festa mundial dos pescadores. Com o passar dos anos o Nicho dos Navegantes passou a ser a igreja predileta dos pescadores de Aracati.

Não há como negar o valor histórico dos templos religiosos para se compreender a organização do espaço urbano em Aracati. Contudo, do ponto de vista do valor arquitetônico são construções que se caracterizam pela simplicidade. Ao analisar a arquitetura religiosa das áreas sertanejas, Nogueira (1999, p.46) enfatiza a pobreza dos motivos arquitetônicos e faz uma comparação com os prédios coloniais barrocos da área açucareira. Para a autora as igrejas do Aracati, assim como muitas que foram construídas no sertão eram cópias imperfeitas dos modelos dos grandes centros urbanos, especialmente aquelas construções da área açucareira. A autora utiliza como exemplo as igrejas do Bairro de São José, no Recife, pois essas edificações certamente devem ter orientado a construção de algumas igrejas no Aracati. Sobre este assunto escreveu Valdelice Girão:

> “As próprias igrejas do início do século XVIII, principalmente as da área pastoril, entre as quais, se encontra a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Aracati, apesar de apresentar influências daquelas de Pernambuco e da Bahia, de onde muitas vezes provinham os materiais de construção, mostram uma aparência singela, quase severa, principalmente nos interiores. Salientando-se, no entanto, que nesta arquitetura simples, motivada pela falta da pedra de obragem apropriada, na modesta alvenaria foi executada uma ornamentação própria, onde os artistas anônimos obtêm com linhas, nas combinações ingênuas das curvas e ornatos retilíneos, os efeitos decorativos da maior significação, surgindo daí, uma arte sertaneja, oficialmente desconhecida, que chama a atenção para sua originalidade tão peculiar que deve ser admirada como testemunho material da *civilização do sertão*” (GIRÃO,1995, p.121).

Existia também uma outra capela sob a invocação de Santo Antônio, situada na antiga Rua do mesmo nome, no século XVIII (ver Mapa 5). Esta era considerada a rua mais importante daquele período. Entretanto, ao mencionar sobre essa capela, em 1901, Bezerra (1902, p.139) afirma que naquela época ninguém guardava lembrança da mesma.

Também tinha a capela de São Gonçalo que ficava situada próximo ao mercado público. A data de construção é desconhecida. Foi demolida, e as imagens do seu padroeiro e de Santo Amaro, foram transportados para a igreja Matriz (BARROSO,1999). Segundo informações sobre a referida capela sabe-se que a mesma foi “demolida em 1813 (...) erecta no local onde existe actualmente, na rua do commercio, a casa térrea que faz esquina, pelo lado de cima, com a travessa fronteira ao mercado publico” (RIC, 1918, p.312).

Outro exemplar, cuja história de sua construção, data provavelmente do final do século XVII ou início do século XVIII, era a capela denominada de São José, construída em um arrabalde da cidade de Aracati, também chamado pelo mesmo nome (ver Mapa 3). Naquela área se estabeleceu o primeiro sesmeiro do Porto dos Barcos, local onde ficavam as fazendas de gado e onde se teria iniciado o povoado. Somente em 1748, com a demarcação da Vila oficial no sítio da Cruz das Almas, demarcou-se o perímetro urbano da Vila.

Foto 23 - Igreja Matriz.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 24 - Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 25 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens “Pretos”.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 26 - Igreja do Senhor do Bonfim.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 27 - Nicho dos Navegantes.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Pelo que consta no arquivo da câmara episcopal (RIC, 1917), como prova da existência daquele local, ocorreu em 1720, um batizado no dito templo. E mais, em 17 de janeiro de 1740, ali foi realizado o batizado de Claudio de Oliveira, bisavô do Monsenhor Bruno que foi vigário de Aracati[26]. O batizado a que se faz referência neste estudo é apenas um fato que contribui para esclarecer a ocupação dos primeiros colonizadores na ribeira do Jaguaribe. Fato este que explica a ação dos primeiros filhos de Aracati na luta contra as enchentes do mesmo rio, que já datam do início do século XVIII. Supõe-se, todavia, que se há um registro de batizado em

[26] Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo é considerado um filho ilustre de Aracati, nasceu em 06-10-1852. Grande latinista e educador. Paroquiou Caucaia, Maranguape, Aracati e foi vigário-geral do Bispado do Ceará, de 1899 a 1912. (MARTINS Filho e GIRÃO, 1966. p. 64)

1720, logo se pode concluir que o referido templo tenha sido construído numa data anterior, possivelmente no final do século XVII, quando da chegada do primeiro sesmeiro naquela área.

Através da análise da história de construção daquela capela, sabe-se que a mesma foi construída quatro vezes -, é sabido também da presença da confraria de São José, conforme registros, pois consta um auto de contas, prestadas em 21 de março de 1756 ao visitador Fr. Manuel de Jesus Maria, por Feliciano Gomes da Silva, tesoureiro da mesma confraria, escrito pelo seu secretário, padre Miguel Pinto Teixeira, quando de uma visita àquela confraria.

A capela havia sido edificada à margem ocidental do rio Jaguaribe, e foi deteriorada em conseqüência das constantes cheias do mesmo rio. O seu administrador, o capitão-mor Mathias Ferreira da Costa, tentou reconstruí-la com o auxílio dos moradores do lugar, em outro local do mesmo arrabalde, porém, mais conveniente para o povo e livre das inundações, em petição dirigida ao visitador, obteve a necessária licença pelo seguinte despacho:

> “Passe provisão para erigir a capella mencionada no lugar que fôr visto e approvado pelo reverendo cura, o qual, depois de feita, a poderá benzer, tendo patrimonio que renda cada anno seis mil réis, e tendo os mais paramentos na forma da Constituição, e nella se poderá celebrar os offícios divinos. Russas, 23 de julho de 1747- Machado, Visitador” (RIC,1917).

Não se sabe precisar quando foi iniciada e concluída a edificação da segunda capela. Consta, porém, do auto de contas, que, conforme licença de 1747, foi construída no mesmo arrabalde São José, na localidade denominada de Albuquerque, e estava quase concluída em 1756, faltando-lhe apenas o seu último complemento. É certo que em 1765 sua edificação já havia terminado, porque o Capitão-Mor Mathias Ferreira da Costa e sua esposa Paula Barbosa de Gracisman, doaram para o patrimônio da capela, uma légua de terra de comprimento com outra de largura, no Córrego do Retiro, sob única condição: os doadores e seus herdeiros ascendentes e descendentes seriam os administradores, conforme escritura lavrada no Aracati, em 29 de setembro de 1765, pelo tabelião público Lazaro Lopes Bezerril (idem).

Depois de várias tentativas, finalmente, em 1888, conforme consta haver o padre Clycerio da Costa Lobo benzido a primeira pedra, no sítio Ubaranas, no Córrego do Retiro, distante duas léguas do Aracati, ficou terminada a edificação em 4 de julho de 1891, sendo o respectivo serviço administrado pelo capitão José Maurício de Lima, bisneto do Capitão-Mor Mathias Ferreira da Costa.

- O Cemitério

Ainda pode-se observar na igreja Matriz e na igreja do Bonfim as lápides nas paredes com os nomes de pessoas importantes que ali foram enterradas. Porém, em meados do século XIX, segundo Leal (1995, p.43) "'a ciência médica condenou a prática das inumações em ambientes fechados (naves, criptas e galerias)' e logo, 'essa condenação sanitarista', transformando-se em lei, tornou obrigatório, em decorrência, o sepultamento dos mortos em terreno a céu aberto". Os enterros realizados nos recintos religiosos eram uma prática peculiar da sociedade colonial (Foto 28).

Segundo o Código de Posturas da Câmara Municipal de Aracati, aprovado em 1837, foram proibidos os sepultamentos dentro das igrejas. A Lei determinava que:

> "Logo que hajão cemitérios, nenhum cadáver será enterrado dentro das igrejas, sacristias, ou quaesquer outros lugares no recinto das mesmas, sob pena de seus administradores pagarem vinte mil réis de multa ou vinte dias de prisão e os sacristáes soffrerão dez dias de prisão por cada infração" (Código nº 76) [27].

[27] Citado por FERREIRA NETO, 2003, p.365-368.

Foto 28 - Cemitério da igreja do Senhor do Bonfim.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

> “Os enterros eram feitos nas igrejas, porque o fiel acreditava que o local de sepultamento e as formas ou rituais que o exteriorizavam decretavam o destino da alma do falecido e, nesse sentido, não havia melhor lugar para depositar os corpos do que no recinto dos templos. Ademais, o fato de receber os mortos destinava à capela ou igreja o papel de lugar de diálogo destes com os vivos, (...)” (BARROS LEAL, 1981 apud FERREIRA NETO, 2003, p.144).

O cemitério veio socializar a prática do sepultamento, pois nas igrejas só era permitido o enterro de “determinada comunidade religiosa”. Por este motivo é que o médico inglês Christovão Leycester Malet, por não professar a religião católica, e porque na cidade não existia o templo condizente com sua religião (provavelmente anglicana), foi sepultado “à margem do calçadão do lado nascente da Igreja Matriz (parte externa)”. O Dr. Malet morreu em 1856, acometido pela febre amarela (LEAL, 1995).

O cemitério público foi benzido em 31 de janeiro de 1860. Infelizmente pouco se sabe sobre o local onde eram realizados os enterros dos indivíduos de classes menos favorecidas antes da construção do cemitério. Segundo o

depoimento do senhor José Antero Pereira Filho, antes da construção do cemitério São Pedro, a população pobre era enterrada no local denominado de “Casa da Misericórdia” e situava-se onde foi construída a fábrica Santa Tereza. Quando foram construir a fábrica (no século XIX) encontraram restos (ossadas) dos cadáveres. A frente do cemitério ficava para a atual rua Cel. Pompeu (antiga rua do Rosário) com 50 m de frente; os fundos com 100 m ficava para a atual rua Cel Alexandrino (antiga Rua Direita)[28].

3.1.5 Outros grupos sociais na construção da vila.

Nem só de bonança viveu a “terra dos ventos”. Talvez por sua fama ter se propagado por todo o interior da Província como centro econômico desenvolvido, Aracati não atraiu apenas investidores em busca de lucros, mas também atraía aqueles vitimados pelas secas ocorridas nos séculos XVIII e XIX.

Triste situação viveu a população ainda no século XVIII. O documento que relata essa situação de flagelo e desespero da população foram as memórias do vereador Manuel Esteves D’Almeida. O documento tem como título *Registro de Memória dos Primeiros Estabelecimentos Factos e Casos Raros Accontecidos nesta Villa da Santa Cruz do Aracaty, Feita Segundo a Ordem de S. M., de 27 de Julho e 1782 pelo Vereador Manoel Esteves D’Almeida Desde a Fundação da Dita Villa, Até o Anno Presente de 1795* (RIC,1887, p.83-86).

O referido vereador fala da seca ocorrida no início da década de 1790, entre outras mais moderadas. Foi uma seca terrível e rigorosa, que durou o espaço de quatro anos, sendo mais excessiva nos períodos de 1791 e 1792. Esse período de estiagem dizimou quase todo o gado dos sertões.

> “No anno de 1791 com as seccas referidas foi crescendo a falta de alimentos necessarios que se pozeram estes no maior extremo de necessidade que se póde considerar, de fórma que sendo o preço da farinha de pão a 1:000 réis, desta sorte sahiram os habitantes dos

[28] Depoimento do senhor Antero Pereira Filho, em 17 de junho de 2004, em Aracati.

> sertões de suas moradas, deixando os seus bens a procurar recursos da vida, e no caminho encontravam a morte pela fome em que laborava o tempo, de sorte que se comiam bixos e taes que nunca fora mantimento humano, como seja corvos, carcarás, cobras, ratos, couros de boi, raizes de ervas, como fossem o chique-chique, mandacarus, mandioca brava etc. Porém nesta villa foi sempre a fome mais moderada do que nos sertões, na qual se refugiou muita gente, e nenhuma pessoa morreu de fome, porque por mar lhe vinha soccôrros, já da Bahia, já de Pernambuco e já do Maranhão. E além destes malles sobreveio outro maior, porque laborando as necessidades e a fome, no anno de 1793 foi tal a epidemia das bexigas, que quase consome todos estes povos, de sorte que houve dia que se enterravam 8 e 9 pessoas, chegando o numero dos mortos a 600" (idem).

Outra situação calamitosa viveu a população no século XIX. Muitos dos flagelados que conseguiram chegar à Fortaleza entre 1877 e 1878, primeiramente se dirigiram para Aracati na esperança de escapar da fome e das epidemias que assolavam a Província naquele período.

Os ofícios da *Comissão de Socorros Públicos* da cidade de Aracati, enviados ao Presidente da Província, datados em 6 de abril e 14 de junho de 1878, estão repletos de informações sobre a situação calamitosa em que se encontrava a cidade nessa ocasião. Constituiu-se, assim, página triste da história aracatiense que muitos estudiosos preferiram não revelar. Entretanto, os documentos oficiais testemunham tal situação e descrevem com toda propriedade o número de indigentes que perambulavam pelas ruas de Aracati e pouco a pouco iam sendo enviados para Fortaleza nos vapores.

Na lista, por exemplo, de 14 de junho (1878) foram registrados 95 indigentes, dentre estes 89 órfãos. Nesta relação encontram-se ainda o nome de cada um, a filiação, a idade e a naturalidade. A idade dos órfãos variava de cinco a quinze anos; a naturalidade em sua maioria do "Rio do Peixe, Icó, Lavras, Jagua Mirim, L. Matheus, V. Alegre, Crato, L. Pereiro", entre outras cidades do interior do Ceará e províncias vizinhas. Assim escreveu o responsável pela comissão dos socorros públicos ao presidente da Província: "Segue para essa Capital 89 orfhãs afim de V. Exª dar-lhes os destinos que julgar mais conveniente, acompanhando a

esta a relação nominal d'elles"[29]. Em 12 de abril de 1878 (ofício n. 16) foram enviados "25 meninas, 18 meninos, 3 moças e mais 2 mulheres", estes já eram procedentes de Icó, São João do Jaguaribe e Limoeiro. Em 15 de maio do mesmo ano seguiram para a Capital 39 órfãos.

Em um trecho de uma carta enviada ao Presidente da Província a *Comissão dos Socorros Públicos* de Aracati relata as dificuldades para atender uma população que multiplicava a cada dia:

> "A população superabunda, a torrente da emigração de que é receptáculo esta cidade, vai tornar-se caudalosa, e precipitar-se-la com fúria, arrastando após si toda, a miséria imagináveis. (...) E agora, sem fallar da nudez e das moléstias, onde buscar os meios para saciar a avidez de tantos famintos?"[30].

Tais acontecimentos podem explicar, portanto, parte da origem do povo aracatiense, que não descende apenas de heróis "forasteiros" dotados de tantos predicativos: polidos, elegantes, inteligentes, "os mais civilizados da Capitania", de origem portuguesa, pernambucana, baiana ou riograndense. Um olhar sobre a história do Aracati para além de uma história homogênea e sem contradições sociais (história esta contada na maioria dos livros que falam sobre a opulenta cidade de Aracati) esta também foi construída de conflitos entre os diversos segmentos sociais.

O viajante Gardner (1975), ao passar pela Vila de Santa Cruz do Aracati, em 1838, fez o seguinte comentário: "A população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima na maioria". Deve-se considerar que a opinião do viajante fosse um olhar carregado de pré-conceitos advindo do mundo europeu. Entretanto, os documentos oficiais não omitem a pobreza da população que chegava a cidade, antes reforça essa situação calamitosa de fome e desamparo em conseqüência das secas que assolavam a província cearense, bem como em outros lugares do Nordeste, deixando seqüelas que perduram ao longo dos séculos.

---

[29] Ofício n. 44 - "Comissão de Socorros Públicos nesta cidade do Aracaty, 14 de junho de 1878", enviado ao presidente da Província (Arquivo Público do Estado do Ceará).

[30] Trecho de uma carta da "Comissão dos Socorros Públicos n'esta cidade do Aracaty, 6 d'abril de 1878" enviada ao Presidente da Província. (Arquivo Público do Estado do Ceará).

No final do século XIX, tinha-se de um lado uma estirpe composta por comerciantes, industriais, intelectuais, políticos, enfim, homens bem sucedidos em negócios e tudo que faziam, de outro, um povo faminto, desamparado e principalmente, uma sociedade acometida pela subnutrição, uma vez que, a base da alimentação era essencialmente "carne seca" e farinha de mandioca. Nessa carta acima referida a *Comissão de Socorros Públicos* relata sobre as condições de alimentação dessa população:

> "O alimento, que se pode fornecer, quase consiste em carne do Ceará e farinha de mandioca, à vista da observação dos factos, por si só não pode salutarmente sustentar o povo desamparado e atrophico, como se acha, e principalmente o recém-chegado. Da má alimentação resulta a má nutrição, e d'ahi a enfermidade e a morte".

Sobre os hábitos alimentares dessa população George Gardner em sua narrativa de viagem, realizada de Aracati a Crato, no período de 1838, também teve a oportunidade de conhecer o cotidiano da vida sertaneja.

> "Durante a estação das chuvas e mesmo por alguns meses depois, o leite é abundante e de excelente qualidade; mas depois, não se o encontra mais, durante os quatro ou cinco meses de seca, senão nas grandes cidades. Os habitantes fazem algum queijo, mas de manteiga nem cogitam: o leite que sobra do almoço (...) fica de lado até a noite, coalhando-se ao calor do dia. Este prato, grandemente apreciado pela gente da terra, adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima de Icó. A rapadura é feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, e é duríssima. Por muito tempo fui obrigado a usa-la como sucedâneo do açúcar. Embora não a apreciasse muito no princípio, acabei por acha-la tão boa, que a preferia ao açúcar, como toda a gente desta zona, a quem vi muita vez fazer sua refeição só de rapadura com farinha" (GARDNER, 1975).

Durante os períodos de estiagens e conseqüentemente o surgimento de epidemias, algumas Associações de Caridade, se estabeleceram na cidade com o objetivo de socorrer os flagelados da seca. Dentre estas associações se destaca o papel da "1ª Conferência do Ceará, a de S. Francisco de Assis, que foi instalada em Aracaty a 8 de Dezembro de 1879 e deve-se á iniciativa do dr. A.S.de Sá Leitão"[31].

[31] Almanach do estado do Ceará para o ano de 1902. Cofeccionado por João Câmara. Ano 8º. Fortaleza: Typ. Economie.

Os retirantes que permaneceram na cidade foram se fixando nos arredores da mesma, provavelmente em direção a Várzea da Matriz, a Gambôa, ao Velame, subúrbios da cidade no século XIX e que atualmente ainda apresentam características de bairros populares. Segundo o depoimento do senhor Antero Pereira Filho[32], no período aproximadamente de 1830, o bairro Gambôa era um bairro de população pobre, assim como o Velame. O bairro Gambôa também era conhecido como o Bairro dos Pedintes.

- Os negros

Vale aqui lembrar a presença de negros no Vale do Jaguaribe, considerada bastante significativa segundo Ratts (2000, p.23-24). Em 1808, por exemplo, parte da população aracatiense era composta em média 34% de “pretos” (1829), 20% de mulatos (1054), 1% de índios (79), 45% de brancos(2371). O total da população era de 5.333 habitantes. No ano de 1813 Aracati possuía 1268 escravos[33]. O sistema escravista vigorou em toda a região do Jaguaribe e foram estes homens e mulheres de cor ”que trabalharam“ nas lavouras de algodão, nas charqueadas, quanto em serviços domésticos” (idem).

Segundo Gilberto Freyre, ao escravo negro se obrigou aos trabalhos mais imundos na higiene doméstica e pública do período colonial:

> “Um deles, o de carregar à cabeça, das casas para as praias, os barris de excremento vulgarmente conhecidos por tigres. Barris que nas casas-grandes das cidades ficavam longos dias dentro de casa, debaixo da escada ou num recanto acumulando matéria” (FREYRE, 1980, p.475).

[32] Depoimento do senhor Antero Pereira Filho, em 18 de junho de 2004, na cidade de Aracati.
[33] Pedro de Oliveira. Declínio da Escravidão no Ceará. Recife, UFPe, 1988, p.50-51 apud RATTS, 2000.

Além da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Aracati e a praça da Cruz das Almas, outro lugar que marcou a trajetória da população negra em Aracati provavelmente seria a localidade do Cumbe, que guarda no seu topônimo a referência africana ou afro-brasileira. Segundo Ratts (2002, p.24), “Cumbe é o nome que, na Venezuela, se dá aos quilombos – comunidades formadas por negros no período escravista”.

Infelizmente não há dados que indiquem ter sido esta localidade, um refúgio de negros, daqueles que se rebelaram contra o sistema vigente. Presume-se que sim, fundamentado apenas na toponímia e na história do lugar. O Cumbe, segundo relata-se na literatura, foi o local onde se estabeleceram os engenhos que se dedicavam à plantação da cana-de-açúcar, para a produção de aguardente.

- Curiosidades sobre o Cumbe

Segundo o historiador Antônio Bezerra (1902, p.136), a cidade de Aracati tinha diversos engenhos, cujo produto principal era a aguardente. Estavam situados à margem do rio Jaguaribe na localidade do Cumbe e localidades vizinhas. Possuíam “12 moinhos de vento para o serviço de irrigação, de 2 kilometros de terras optimas para a canna, em cuja zona trabalham 09 engenhos de ferro (Foto 29). É afamada no Estado a sua aguardente”. Essa pequena localidade já havia sido identificada na “Planta do Porto, e Villa do Aracati” conforme pode ser verificada no Mapa 4.

Embora não se possa datar com mais precisão os resquícios desse lugar, há um registro importante de uma narrativa de viagem realizada ao Ceará, por uma Comissão Científica em 1859 a 1861, que registrou a utilização de moinhos de vento na região do vale do Jaguaribe. Segundo essa Comissão, os moinhos de vento eram largamente utilizados e foram vistos pela primeira vez no engenho do sítio chamado “Cumbé”. Eram feitos de carnaúba e serviam para irrigar as plantações de cana.

Segundo essa Comissão seu uso era desconhecido na própria província do Ceará e no resto do território nacional[34].

Outra menção à referida localidade se encontra no Jornal O Jaguaribe, datado de 10 de fevereiro de 1898. Trata-se da publicação de uma carta intitulada *Impressões de um Passeio* relatada por um morador da cidade de Aracati que num fim de semana, teve a honra de ser convidado, por um comerciante da cidade, o Sr. Abel Francisco Lopes, para passear no Cumbe no "ameno e aprazível sítio de propriedade do seu velho e honrado pai Sr. Antonio Francisco Lopes, o melhor e o mais bem cultivado que temos visto nestas paragens". Na carta o autor fala da fartura de bebidas e comidas oferecidas aos visitantes. Na noite do sábado relata o sagrado descanso da noite:

> "Seriam 11 horas quando deitamo-nos, ocupando cada um a sua alva e macia rede, em um alpendre em volta da casa de vivenda, tendo por companheiras de nossa noite as estrelas do firmamento e as travessas brisas, que brincavam nas varandas das nossas camas aéreas".

Assim como esse, outros sítios existiram com seus moinhos providenciando água para a lavoura e engenhos, que fabricavam a afamada aguardente do Cumbe (Foto 30).

[34] Esses aspectos foram registrados por uma Comissão Científica de Exploração que visitou o Ceará, no período de 1859 a 1861. Segundo o roteiro da Comissão a mesma organizou-se da seguinte forma: saiu de Fortaleza com destino à cidade de Aracati, passando pelas margens do rio Jaguaribe, visitando povoados ribeirinhos; depois foi para Icó, passando por Lavras da Mangabeira; passou pelo Crato e região da Chapada do Araripe; visitou o sertão dos Inhamuns; passou por Ibiapaba, Sobral, Canindé, Baturité, retornando à Fortaleza e regressou para o Rio de Janeiro em julho de 1861. A Comissão era organizada em cinco seções: Botânica, Geologia e Mineralogia, Zoologia, Astrologia e Geografia, Etnografia e Narrativa de Viagem. A paisagem cearense foi pintada em aquarelas que atualmente se encontram guardadas no Museu Histórico Nacional. Para divulgar essas memórias o Serviço Social do Comércio - SESC e o Museu Histórico Nacional – MHN, organizaram uma exposição itinerante, com o objetivo de divulgar aspectos praticamente desconhecidos da História do Brasil, devolvendo ao público brasileiro parte do valioso acervo do Museu Histórico Nacional. Para atingir esse objetivo, as aquarelas originais foram recuperadas, fotografadas e posteriormente pesquisadas, o que resultou num belíssimo registro de memórias do Ceará. (Estas informações estão contidas num folheto intitulado de *Memória Cearense: reproduções fotográficas de Hugo Leal,* s/d). O Acervo possui 32 aquarelas dentre as quais se encontram as igrejas do Aracati, a Casa de Câmara e Cadeia de Aracati etc. As aquarelas foram pintadas pelo pintor, desenhista, cenógrafo e professor José Reis Carvalho, que participou da Comissão como desenhista da Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem no período acima referido.

Foto 29 - Restos de um engenho de ferro no Cumbe – Aracati.
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Foto 30 - Antigo Sítio no Cumbe – Aracati.
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Outro importante flagrante dessa paisagem bucólica está retratado na Foto 31. Esse sítio denominado Sítio São Luis pertencia à família Monteiro. Também era conhecido por Casa do Posto, por ter abrigado o Posto da Malária nas décadas de 30 a 50. “A casa foi destruída na década de 70 por cobiça, ambição ou falta de respeito”[35].

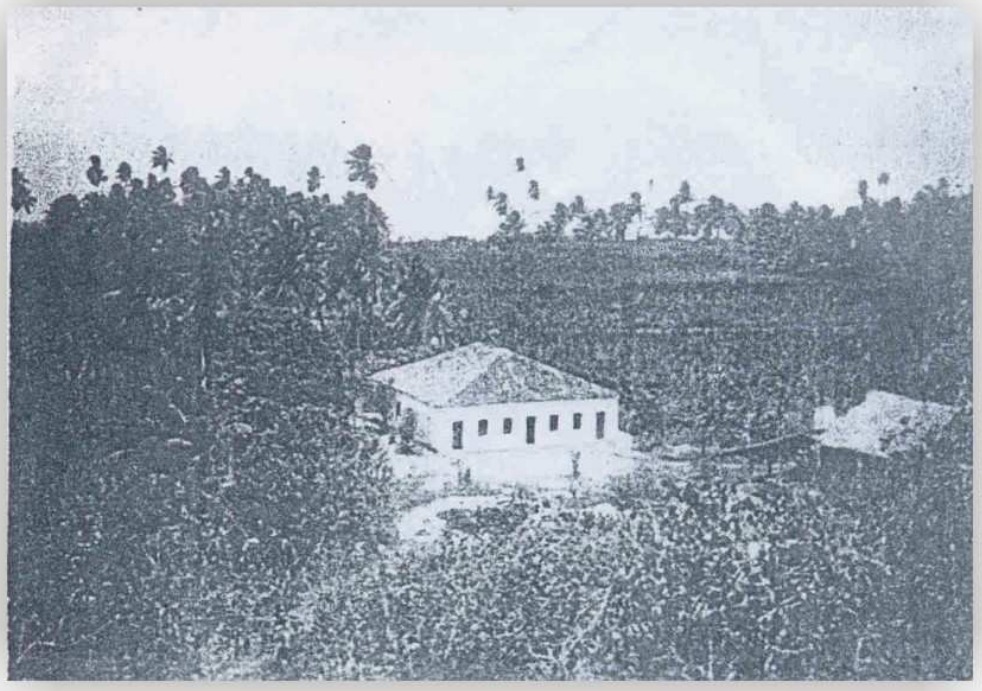


Foto 31 - Antigo sítio da família Monteiro (s/d).

Devido à sua localização e a composição dos solos, ocorria no Cumbe alguns fenômenos naturais, que no decorrer de sua história transformou-se em lenda. Segundo Lima (1956, p.10-12), nos morros do Cumbe e da Beirada, “ouvem-se, de tempos em tempos, fortes estrondos e ruídos confusos, acompanhados de ebulição e deslocamento das areias”. Alguns estudiosos tentaram explicar esse fenômeno. Dentre as explicações cabíveis do ponto de vista mais científico encontra-se aquela de Alípio Luís Pereira da Silva, que discorrendo sobre o assunto afirma:

[35] Depoimento do senhor José Corrêa, atual Presidente do Instituto do Museu Jaguaribano. Entrevista realizada em 16 de maio de 2004, quando de uma visita à sua residência na própria localidade do Cumbe (ver foto nº 30). A foto da antiga residência da família Monteiro, o folheto que fala sobre a Comissão Científica e a reportagem do Jornal O Jaguaribe (10/02/1898) foram concedidos por José Corrêa.

> “Grande parte dos terrenos aí são antigos brejados e neles fazem-se plantações de cana. Tem-se visto, precedidos de fortes ruídos subterrâneos, parte dêsses terrenos que se compõem de barro lamacento, se elevar de repente, com as respectivas plantações, a altura de vinte e trinta palmos. Atribuo êste fenômeno ao pêso dos morros de areia que se formaram sobre aqueles brejos e que, por não acharem um solo ainda consolidado, descem, produzindo esses deslocamentos” (citado por LIMA, 1956).

Outras pessoas mais supersticiosas atribuem a origem do referido fenômeno outra explicação. Reza a tradição que “no morro do Cumbe, está encatado El Rei D. Sebastião com os seus soldados. Em certos dias, principalmente nas noites de luar, D. Sebastião, ao som de seus tambores de guerra, sai passeando pelas encostas do morro, acompanhado de sua tropa” (idem).

CAPÍTULO 4. DEPOIS DO PERÍODO COLONIAL...

4.1 Economia, espaço e sociedade.

Dotada de uma natureza muito prodigiosa, ao longo do tempo, o território aracatiense foi sendo ocupado segundo as relações sociais estabelecidas em cada período histórico. Desde o surgimento do povoado em meados do século XVII a sociedade foi se relacionando com a natureza, de forma que os elementos naturais foram, em parte, determinantes, para o progresso de algumas atividades econômicas. Algumas se destacaram em escala local (a exploração da carnaúba), outros, em escala regional (economia pecuária e algodoeira).

Contudo, para além do determinismo geográfico, outros fatores são considerados pertinentes nesta análise. Entre os tais o desenvolvimento de técnicas, a formação dos grupos econômicos hegemônicos, a política, a cultura, são dimensões da sociedade que concorrem para a transformação do espaço geográfico.

Após o apogeu econômico do Nordeste brasileiro no século XVIII (período este já apresentado nos capítulos anteriores), o mesmo entra no círculo da produção mundial, através da cultura do algodão. As condições geográficas permitiram que esta lavoura fosse introduzida nas zonas semi-áridas, e também, em virtude da demanda no mercado internacional em função da Revolução Industrial. O algodão nordestino veio substituir a produção algodoeira americana, principal abastecedora de *cotton*, para as indústrias têxteis inglesas. A paralisação da produção do algodão dos Estados Unidos se deve à Guerra de Secessão (1860-1865), guerra entre o sul e o norte dos Estados Unidos.

No que se refere ao Ceará, o algodão se propagou de forma rápida em algumas zonas do sertão, inclusive nos sertões do Jaguaribe. Segundo Girão (2000, p.223), “as principais regiões produtoras eram os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha”. Segundo Silva,

> “O desenvolvimento da lavoura algodoeira e a colocação desse produto no mercado internacional provocaram a projeção de Fortaleza como centro urbano. Pouco a pouco, a capital cearense foi adquirindo destaque entre as cidades do Estado e, posteriormente, entre as cidades brasileiras” (SILVA, 2002, p.229).

Alguns acontecimentos contribuíram para que, a partir da segunda metade do século XIX, Fortaleza se tornasse o pólo econômico-social do Ceará, ao passo que as outras vilas ficaram com suas economias comprometidas devido aos investimentos realizados, em particular, no porto de Fortaleza e também com construção de uma via férrea:

> “As melhorias que se seguiram em seu porto, a implantação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité (1873) e a multiplicação de firmas estrangeiras concorreram para esse inédito crescimento comercial e para a constituição da cidade enquanto mercado de trabalho urbano” (PONTES, 1999, p.14).

A cidade de Aracati além de perder a função de centro urbano do Ceará para Fortaleza e Sobral, também perdeu para outras cidades do vale do Jaguaribe. Segundo Silva (2002, p.227-228), no segundo caso, esta perda se deu em conseqüência da exploração da carnaúba para extração de cera e outros aproveitamentos, o que provocou a interiorização de funções urbanas para Russas e Limoeiro do Norte, em detrimento de Aracati.

Com a introdução da cultura algodoeira, no século XIX, Fortaleza assume a segunda posição na ordem de importância. A cidade de Aracati que ocupava a primeira posição afirma-se na terceira posição (Quadro 4).

No que se refere a situação atual da realidade urbana estadual, Silva (idem) faz a seguinte assertiva:

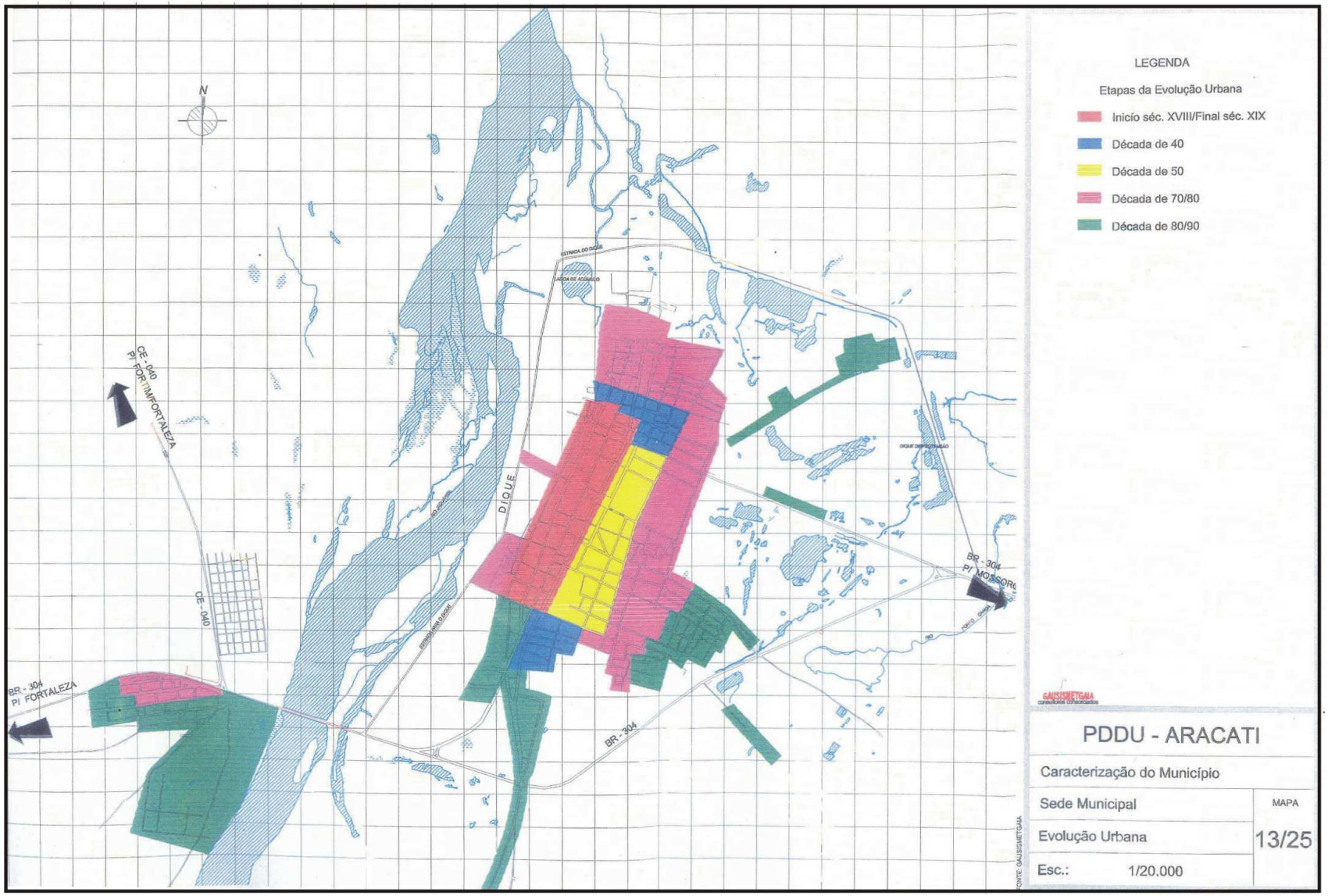
> “Das cidades cearenses, aquelas originárias de vilas criadas no século XVIII, ainda se constituem, com raras exceções, as mais importantes do Estado. Poucas mudanças ocorreram na hierarquia urbana cearense, se for considerado o tempo transcorrido entre a fundação da primeira vila (Aquiraz – 1713) e o quadro atual da realidade urbana estadual” (SILVA, 2002, p.226).

Quadro 4 - CONFIGURAÇÃO URBANA NO SÉCULO XIX (1800-1850).

CIDADES	ORDEM DE IMPORTÂNCIA
Sobral	1º
Fortaleza	1º
Aracati	1º
Icó	1º
Crato	1º
Quixeramobim	2º
Acaraú	2º
Granja	3º
Baturité	3º
Aquiráz	3º
Camocim	3º

Fonte: Sudene/Sudec – Estruturação do Espaço Urbano e Regional no Ceará: Uma abordagem histórica, 1974 .

A cidade de Aracati reaparece timidamente no cenário econômico regional, mas não tão estagnada como alguns costumam afirmar. Para isto basta lembrar que desde as primeiras décadas do século XIX até meados do século XX, a cidade apresentou um relativo crescimento urbano se analisarmos do ponto do desenvolvimento local (Mapa 6). No final do século XIX, a mesma já contava com algumas indústrias e uma importante atividade comercial.



Mapa 6 - Aracati (sede municipal) - evolução urbana.
Fonte: PDDU, 2000.

Dentre as principais firmas[36], destacava-se a Costa Lima & Mirtil, de patrimônio holandês, fundada em 1875 (Foto 32). Tratava-se de uma opulenta firma exportadora e importadora e liderava, sobretudo, o comércio na zona Jaguaribana. Comerciava algodão, peles, couros, cera de carnaúba, chapéus de palha, bolsas e esteiras. Também se dedicava ao comércio de fazendas (tecidos), estivas e miudezas. Era possuidora de um expressivo capital, e além de se relacionar com os grandes centros comerciais do país, também mantinha relações com os mercados europeu e americano, em particular com as praças de Liverpool, Manchester, Hamburgo, Havre e New York. Também era proprietária de Companhia de Seguros; Companhia de Navegação; Bank of London; Banco Frota Gentil S. A; de várias usinas de beneficiar algodão em Aracati e em outras localidades da zona jaguaribana; da Usina Elétrica Aracatiense e de uma prensa hidráulica.

Foto 32 - Firma Costa Lima & Mirtil.
Fonte: SOUSA, 1922.

A firma Costa Lima & Mirtil localizava-se na atual Rua Cel. Pompeu (antiga Rua do Rosário) próximo ao prédio residencial de nº 389 e perto do antigo teatro Santo Antônio. Ambos foram demolidos na década de 1980, e no seu lugar foi

[36] Os dados relativos às firmas comerciais e industriais, em parte, foram fundamentados em LIMA, 1979.

edificado o atual prédio da companhia de telefone, a TELEMAR. A Foto 32 mostra um momento em que se transportava o algodão, conduzido por carros de boi para a usina de beneficiamento.

Testemunhando sua inserção na economia algodoeira, encontra-se ainda na cidade, o prédio da antiga fábrica têxtil Santa Tereza (Fotos 33 e 34). Segundo Sousa (1922, p.21), a cidade de Aracati, por ocasião desse período era “relativamente commercial e industrial, possuindo importante fábrica de tecidos crus”. Sobre esta fábrica, Lima (1979, p.74-75) informa que a produção diária era enviada para os Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Pará e também mantinha filiais da fábrica nos referidos locais. Foram construídas três vilas operárias, próximas à fábrica, para os seus trabalhadores.

Próxima a fábrica Santa Tereza também se localizava a residência dos proprietários (família Leite Barbosa) (Foto 35), onde funciona hoje a Biblioteca Municipal Monsenhor Bruno. Trata-se de um opulento sobrado, com escadaria de madeira no seu interior e ampla área para jardim. A fábrica e a residência são testemunhas fiéis de uma época, da prosperidade da cidade que continuava a atrair investidores e especuladores, com o desejo ávido de multiplicar os seus lucros. Parte-se do princípio de que os grandes empresários da época só investiriam na cidade se os dividendos fossem satisfatórios. Portanto, essa realidade descrita tende a contrariar àqueles que anunciaram a decadência absoluta da cidade de Aracati no final do século XVIII.

A fábrica Santa Tereza foi desativada na década de 1980. Atualmente parte do prédio foi adaptada para novas instalações, tais como: casas comerciais, clube para festas noturnas, entre outras ocupações. Parte de sua fachada foi descaracterizada, porém, algumas estruturas encontram-se com os aspectos originais, apesar da descaracterização original.

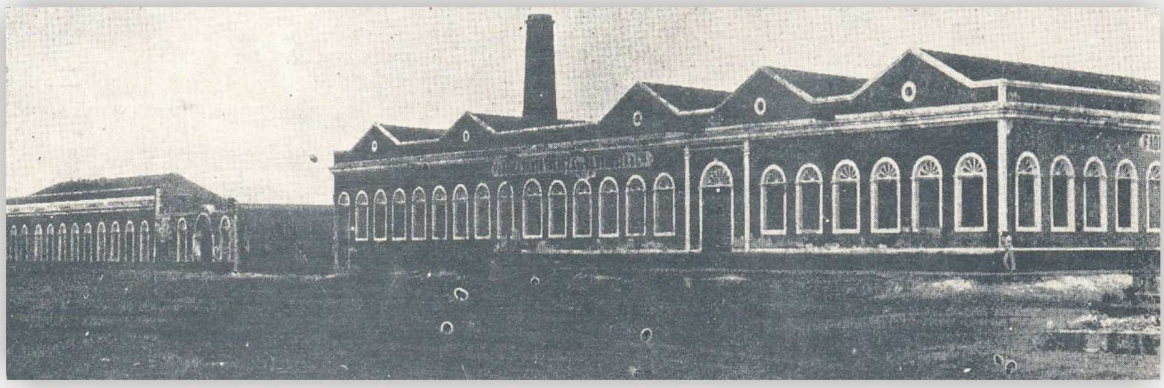


Foto 33 - Prédio da antiga Fábrica Santa Tereza.
Fonte: SOUSA, 1922.

Foto 34 - Antiga Fábrica Santa Tereza.
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Foto 35 - Residência dos antigos proprietários da Fábrica Santa Teresa.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

A fábrica têxtil Santa Tereza, antes se denominava *Companhia Popular Aracatyense*. A mesma possuía 110 operários, um capital de 300.000 $ 000, além de uma máquina a vapor, 40 teares para fazer algodãozinho (tecido de algodão), 10 teares para fabricar redes (redes de dormir), entre outros maquinários[37].

Estas são algumas das importantes firmas que fizeram pulsar a vida econômica de Aracati no passado, sendo suas atividades ligadas, principalmente, às potencialidades locais. Outras firmas existiram, e não menos importante que estas

[37] Almanach do Estado do Ceará para o ano de 1902, confeccionado por João Câmara, Ano 8º. Fortaleza: Typ. Economie, 1902.

citadas, como por exemplo, a firma Caminha & Cia. que era a mesma dos representantes das Indústrias Reunidas F. Matarazzo; a firma J. Correia & Cia., considerada o maior empório de ferragens do vale jaguaribano; a firma J. Klein; Figueiredo & Cia.; Fábrica Havanesa (produtora de cigarros). Em uma foto no livro *Álbum do Jaguaribe,* de Eusébio de Sousa, existe uma foto da seção de manipulação de cigarros, onde se percebe o emprego da mão de obra infantil, em sua maioria meninos, o que hoje seria exploração do menor. Em outra foto, há um registro das firmas J. Klein e Figueiredo & Cia., na ocasião descarregavam 16 carros de bois, conduzindo algodão vindo da cidade de Icó (CE) para as referidas firmas. Contavam-se nesse momento 16 carros com 238 bois (SOUSA,1922, p.29 e p.40).

Outra atividade bastante relevante do ponto de vista socioeconômico na região do Litoral de Aracati, foi a indústria do sal. Na década de 1950, neste ambiente costeiro favorável à instalação de salinas, a produção de sal alcançou seus índices mais elevados. O sal se constituía, segundo Lima (1956, p.39-40), uma das principais riquezas do município. Havia em Aracati dez salinas, a saber: Santa Isabel, Santa Edwiges, Córrego da Inveja, São Francisco, Guajeru, Pedrinhas, Nazaré, Betânia, Juraci e a Salina do Canoé que nesse período já se encontrava em fase de desativação. Esta última, em 1904, era bastante desenvolvida, com uma produção média anual de um “milhão de alqueires de sal”. Existia uma locomotiva (Foto 36) que fazia o transporte do sal do Canoé para o porto do Fortinho (SOUSA,1922, p.33 e p.42). Atualmente não há registro de produção de sal em Aracati.

O potencial da Planície Fluvial, também favoreceu a instalação de atividades extrativistas minerais, em virtude da abundância das argilas que podem ser utilizadas em vários campos da atividade industrial. Em Aracati, a tradição é marcada pela fabricação de cerâmicas, tijolos e telhas. São atividades tradicionais da cidade sendo identificadas na paisagem urbana através das chaminés das fábricas ceramistas.

Associada a esta atividade também se destaca a extração da lenha e a produção do carvão vegetal. A lenha é extraída da caatinga como fonte de energia para os fornos das cerâmicas e olarias. Nesse ramo de negócios se destacam as

firmas José L. Freitas e a Armando Praça. Esta última foi fundada em 1932. No início negociava produtos originados da própria região como: esteiras, vassouras, chapéus de palha, entre outros produtos. Exportava principalmente para as principais praças comerciais do país. Atualmente a firma Armando Praça se dedica ao ramo das cerâmicas e também possui uma casa comercial de produtos para a construção civil. A firma J. L. Freitas, também negociava produtos regionais, representava firmas conhecidas do Sul do país. Possuía uma das mais promissoras fábricas ceramistas da cidade, que infelizmente teve suas portas fechadas em 2003.

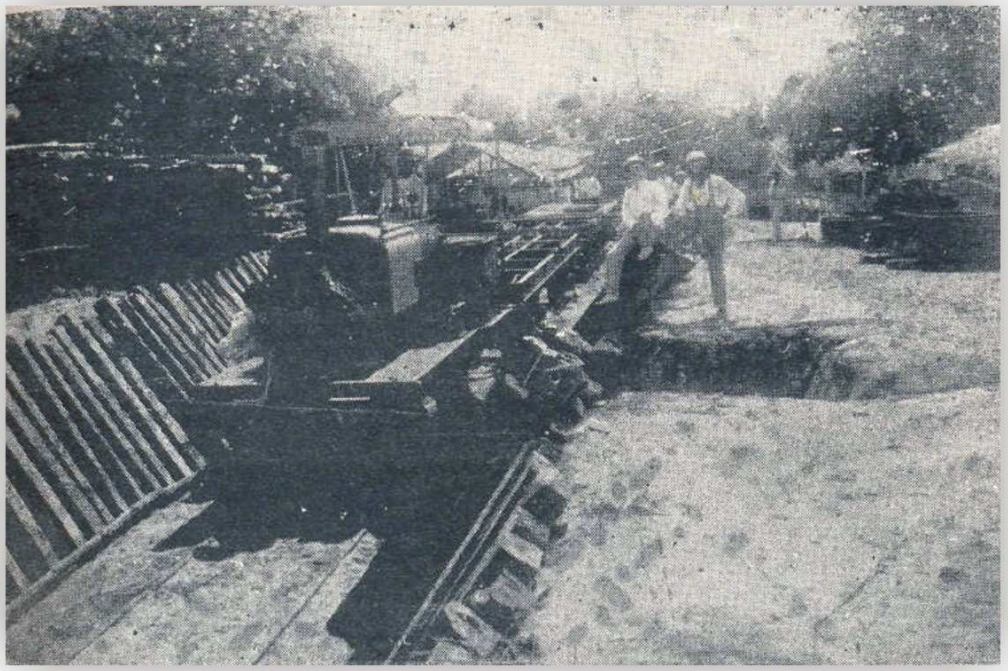


Foto 36 - Locomotiva que fazia o transporte do sal do Canoé para o porto do Fortinho – Aracati.
Fonte: Sousa, 1922.

Com relação a vegetação na região do Baixo Jaguaribe as matas ciliares tiveram seu papel de destaque sendo consideradas, para alguns estudiosos, o próprio esteio de muitos núcleos urbanos no baixo vale, principalmente a partir da década de 1920, quando a utilização da cera da carnaúba tornou-se mais intensa no exterior. Para Silva (1978, p.156)

> “Se num passado mais distante, as pastagens tiveram um significado especial para a ocupação do Baixo Jaguaribe, e, se logo após, a indústria saladeiril tornou Aracati um dos maiores empórios da província, indiscutivelmente mais tarde, foi a carnaúba a responsável pela fixação e ocupação do espaço no Baixo Jaguaribe, e sustentáculo de uma economia que vigorou até poucas décadas atrás”.

Entre as décadas de 1930 e 1950 a atividade extrativa voltada para a produção da cera e da fibra da carnaúba, teve seus índices mais elevados. Para Lima (1979, p.32), em Aracati, na década de 1940, era “a indústria extrativa uma das mais importantes fontes de renda do município. Os dois principais ramos – a cera de carnaúba e o sal são os mais promissores, rendosos e fortes esteios da economia do município”.

Além da produção da cera, o tronco da carnaúba era bastante utilizado na construção civil, como madeiramento para sustentar o telhado. O tronco servia ainda para a edificação de cata-ventos, principal ícone do Baixo Jaguaribe nessa ocasião. O cata-vento, até então, era a principal técnica utilizada para o bombeamento da água, movida pela energia eólica. A água bombeada servia para irrigar a plantação, e também para uso doméstico.

Os custos para se obter uma técnica como esta era insignificante diante da abundância do carnaubal no vale do rio, e, também, a força dos ventos que fazia tirar do subsolo a água necessária para a lavoura, para abastecer os quintais repletos de plantas frutíferas. No Baixo Jaguaribe “em se plantando tudo dava”: mamão, ata (pinha ou fruta do conde), banana, graviola, laranja, limão, goiaba etc. Nas vazantes do rio, era farta a colheita de melão, melancia, tomate, milho, feijão, algodão etc.

Nos quintais das casas, era comum encontrar-se além do pomar, uma horta, o cultivo de plantas medicinais, além da criação de animais, a saber: galinhas, capotes (galinhas d’angola), patos, perus, cabras, ovelhas etc. A natureza nada cobrava, só oferecia. Embora a tendência seja desaparecer do cenário jaguaribano esse modo de vida, ainda hoje se pode vislumbrar em algumas localidades do interior dos seus municípios, essa bucólica paisagem, ritmada pelo som emitido

pelos animais. As Fotos 37 e 38 representam um flagrante desse cenário que a cada dia vai se tornando mais raro e caro aos olhos dos cidadãos que habitam nos centros urbanos. A residência ainda conserva o alpendre, o terreiro e o quintal, herdados das antigas fazendas de gado.

Foto 37 - Vale do Jaguaribe -residência na localidade Camorim – Itaiçaba.
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Passado o apogeu da economia da carnaúba, pela sua desvalorização no mercado externo, os produtos originados desta planta passaram a uma baixa circulação no mercado, em razão da descoberta de outros similares sintéticos mais modernos. Atualmente, a atividade extrativa vegetal tem pouca expressividade para a indústria e o comércio local. Todavia a mesma representa no Baixo Jaguaribe fonte de renda para algumas famílias, que se dedicam ao artesanato da palha (Foto 39). Os principais artefatos produzidos são: bolsas, chapéus, redes, cordas, cestas, esteiras, peneiras, utensílios domésticos, entre outros objetos.

Foto 38 - Quintal da residência. Camorim –Itaiçaba.
Foto: Edivani Barbosa, 2004.

Foto 39 - Feira de artesanato de palha de carnaúba – Aracati.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

Recordando os tempos áureos de sua economia que tanto refletiam no plano social e no espaço da cidade, a sociedade aracatiense guarda como se fossem álbuns de memórias, amarelados pelo tempo, importantes relíquias desse passado. Ao descrever a cidade em meados do século XX, Samuel Uchôa, em suas palavras, expressa um excelente momento da cidade:

> "Hoje, a cidade é moderna, com ruas e calçadas a paralelepípedo, boa luz elétrica, jardins públicos, excelentes colégios, com imprensa semanal, vida intelectual intensa, política agitada, interesse permanente pelas coisas e fatos locais, boas firmas comerciais, fábricas, sociedade distinta e acolhedora, vida religiosa intensa. Praça comercial com ramificações econômicas em todo o vasto Jaguaribe. Aracati é alto produtor de sal, cera de carnaúba e algodão" (UCHÔA, 1953-1954, p.33).

Ao longo de todo processo histórico, o território aracatiense fragmentou-se por diversas ocasiões, ora ganhando espaço, ora perdendo, e isso se deve, sobretudo, à emancipação política de alguns municípios tais como: Itaiçaba, Jaguaruana, Icapuí e Fortim (ver Mapas 7,8,9,10). Esses desmembramentos ocasionaram perdas econômicas, territoriais, e ainda, refletiram de maneira significativa na contagem populacional do município aracatiense.

A formação dos municípios de Itaiçaba e Jaguaruana significou econômicamente a perda de uma área, cujas riquezas naturais são representadas pela abundância do carnaubal, pela extração da argila, pelo cultivo do algodão, milho, feijão e mandioca.

O povoado de Catinga de Góes (Jaguaruana), citado no documento que concede uma área territorial maior para Aracati, em 1793, pertencia ao referido município (conforme já foi comentado no ítem 3.1.2). Em 1865, Catinga de Góes foi elevado à categoria de cidade e recebeu o nome de União (atual município de Jaguaruana).

Outro desmembramento que resultou em perda territorial refere-se ao município de Itaiçaba, antigo povoado de Passagem das Pedras. O mesmo era subordinado ao município de Aracati, antes denominado de Feira de Gados (Lei Provincial nº 995, de 31 de agosto de 1861). Itaiçaba foi distrito policial, criado em

1883, e passou, a partir desta data, a pertencer ao município de União (atual Jaguaruana). Em 1913, passou à condição de distrito administrativo e em 1956, foi elevado à categoria de município.

Os desmembramentos mais recentes ocorreram com a emancipação política dos antigos distritos de Icapuí, em 1985, cuja população segundo Censo Demográfico de 1980, era de 8.278 habitantes. Fortim emacipou-se em 1992, e a população, segundo Censo Demográfico de 1991, era de 9.630 habitantes.

As perdas mais significativas devem-se a estes dois últimos desmembramentos: Icapuí (área total de 423,9 km^2) e Fortim (área total de 279,7 km^2). Com isso, Aracati perdeu parte de seu patrimônio natural, por se tratar de distritos localizados no litoral. Conforme Silva (1998, p.69-73), ao todo, Icapuí conta com 60 quilômetros de litoral. Nesse município predomina o cultivo de caju e côco, com ocorrência, ainda, de cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão. A pesca é uma das principais atividades econômicas. Destacam-se ainda a extração de petróleo em terra, a extração do sal e o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

O município de Fortim, por sua vez, localiza-se às margens do rio Jaguaribe, próximo à sua desembocadura, no oceano Atlântico. Esse ambiente é favorecido pela formação de mangues, portanto rico em biodiversidade. Segundo Coriolano (2002), o potencial do Fortim encontra-se ainda nas falésias e praias fluviais, que propiciam a prática de esportes aquáticos e incrementam cada vez mais o turismo interno.

Considerando-se ainda a análise das perdas territoriais, na década de 1956, o município de Aracati contava com uma superfície de 2.647 km^2. Em 2000, a extensão territorial já estava reduzida em 1.276 km^2 (Mapa 11). Conferindo-se esses dados pode-se calcular que a perda territorial de 1956 até o ano 2000, foi de 1.371 km^2.

No que se refere aos dados populacionais as perdas também foram expressivas. Conforme dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística), o Quadro 5 apresenta um breve histórico da população e da divisão político-administrativa.

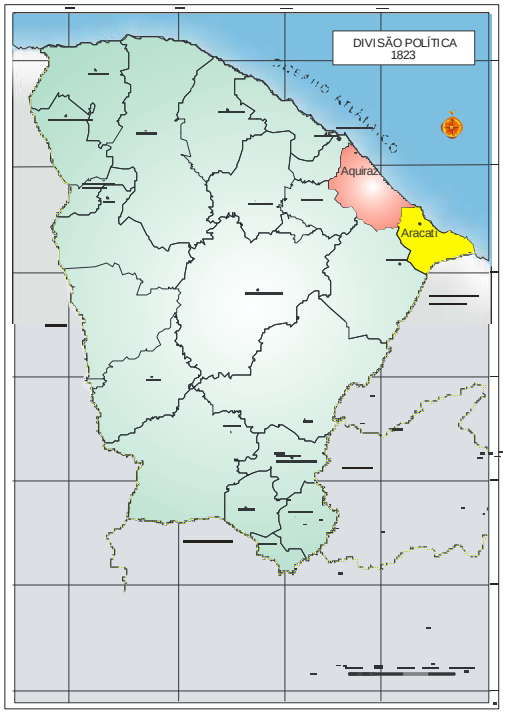
Quadro 5

ANO	POPULAÇÃO (ARACATI)	DIVISÃO POLÍTICO-ADMISTRATIVA
1950	36.842	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Cuipiranga, Fortim, Icapuí, Ibicuitaba.
1960	41.370	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Cuipiranga, Fortim, Icapuí, Ibicuitaba.
1970	50.120	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Cuipiranga, Fortim, Icapuí, Ibicuitaba.
1980	61.142	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Cuipiranga, Fortim, Icapuí, Ibicuitaba.
1991	60.687	Aracati (sede), Cabreiro, Fortim, Mata Fresca, Barreiras dos Vianas, Córrego dos Vianas, Córregos dos Fernandes, Jirau, Santa Teresa.
1996	56.122	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Barreiras dos Vianas, Córrego dos Vianas, Córregos dos Fernandes, Jirau, Santa Teresa.
2000	61.187	Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Barreiras dos Vianas, Córrego dos Vianas, Córregos dos Fernandes, Jirau, Santa Teresa.

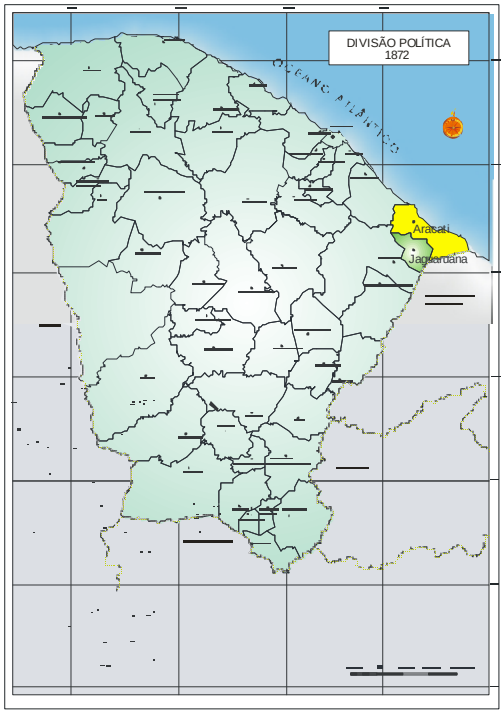
Fonte:IBGE – Censo Demográfico

Fragmentação Territorial do Município de Aracati - Ceará 1823-2000

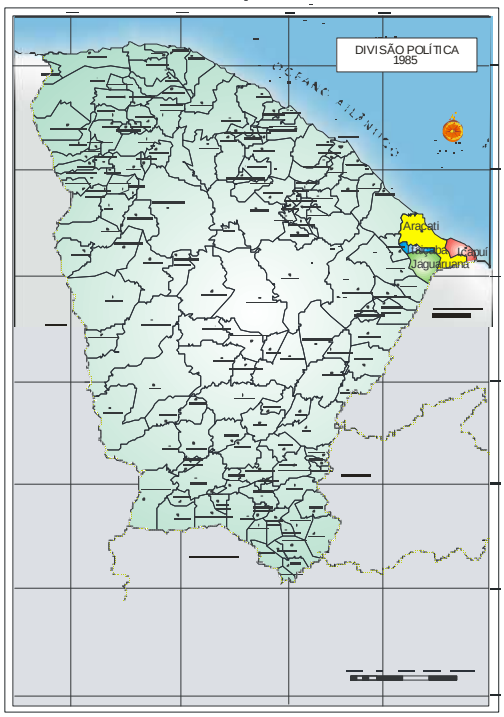
Mapa 7



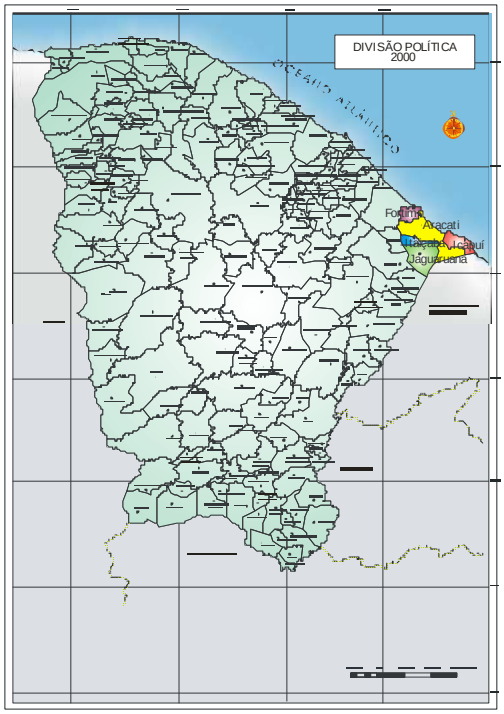
Mapa 8



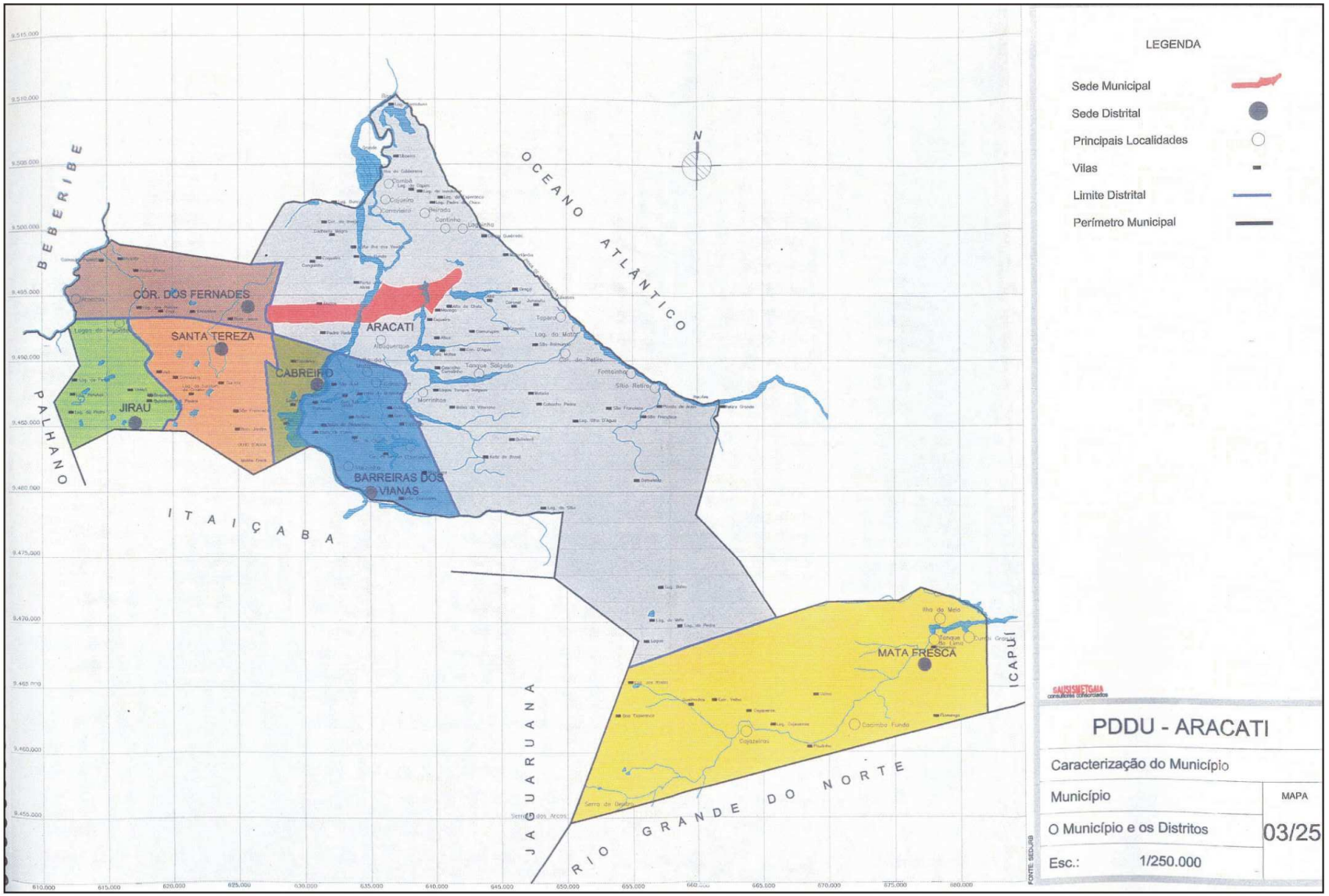
Mapa 9



Mapa 10



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2001
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (Mapa Base).



Mapa 11 - Aracati e seus distritos.
Fonte: PDDU, 2000.

4.2 Cultura local

Aracati sempre se destacou das demais cidades cearenses pela importância dispensada ao campo intelectual. No início do século XIX, Bezerra (1902, p.138) faz uma referência “à Instrução publica” e fala sobre a existência de quatro prédios, que foram doados a antiga província, pelo Visconde e Viscondessa de Mecejana, que serviram como locais para o ensino público. Neles funcionavam três salas primárias, duas para o sexo feminino, uma para o sexo masculino, e a outra era ocupada pelo “Gabinete de leitura”. Esta associação do “Gabinete de leitura” sustentava o jornal “O Jaguaribe”, que foi publicado pela primeira vez em 1887. Esta mesma associação possuía ainda uma biblioteca com mais de 2000 volumes que era assiduamente freqüentada por seus moradores.

Porém, bem antes da publicação do jornal “O Jaguaribe”, a sociedade aracatiense já possuía um órgão de publicidade. Denominava-se “Clarim da Liberdade” e publicou seu primeiro número em 10 de dezembro de 1831. Foi o primeiro jornal do interior do Ceará. No Museu Jaguaribano ainda existe uma máquina de impressão tipográfica (prelo) que pertenceu ao mesmo jornal.

O redator do referido jornal, em um edital de 25 de fevereiro de 1833, como Juiz de Paz, ordenou que os pais de famílias doassem a seus filhos, mestres. Que estes lhes ensinassem a ler e a cultivar artes proveitosas. Foi tão exigente nesta resolução que conseguiu dentro de pouco tempo que os filhos do povo aprendessem a ler e a exercer um ofício qualquer, de tal maneira que era raro encontrar um aracatiense que não tivesse uma ocupação mais ou menos proveitosa. Na opinião de Antônio Bezerra eram todos artistas, e em geral os melhores do Estado (op. cit. p. 149). Consoante o Código de Posturas da Câmara Municipal de Aracati de Nº 63 a 77[38] a lei determinava que:

> “69. Os pais que forem pobres, devem ao menos mandar seus filhos tres vezes na semana as escolas publicas ou particulares, bem convencidos de que os mestres públicos lhes fornecerão, a custa da Câmara, todo o preciso para o ensino dos seus filhos. (...)

[38] Citado por FERREIRA NETO, 2003, p.365-368.

> 70. Os mestres públicos de primeiras letras ficão no reigoroso dever de apresentarem a Câmara, no começo de suas sessões, um mappa circumstanciado de todos os seus discípulos, no qual em casas distintas se vejão as filiações, idades, nomes, empregos dos pais, as sahidas e as faltas notadas com as causas que as motivarão, para que a Câmara possa providenciar sobre a educação da mocidade, sob pena de ser negada aos primeiros a attestação do cumprimento dos seus deveres".

Como fruto dessa preocupação com a educação, surgiram intelectuais, jornalistas, que se dedicavam à discussão da política, da cultura entre outros assuntos. Outros jornais existiram, o que só vem comprovar o zelo que a sociedade dispensava aos acontecimentos locais. Eram em sua maioria jornais críticos, outros conservadores, e ainda literários, poéticos e que informavam a sociedade sobre as notícias da cidade.

Além do jornal "Clarim da Liberdade", outros jornais fizeram história em Aracati, por exemplo: Coruja (jornal crítico), de 1844; Aracati (jornal político liberal), de 1859; Época (representava os interesses da família Caminha), de 1860; Liz (publicado por estudantes), de 1861; O Ordeiro (de cunho conservador), de 1861 entre outros.

Em seu livro *Terra Aracatiense*, Lima (1979, p.87-92) dá conta de 64 jornais, com publicação em sua maioria a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. A existência de tantos jornais vem justificar a vida intelectual intensa do povo aracatiense, pois, além da elite política, os estudantes também estavam sintonizados com o que acontecia na sociedade, no campo da política, na economia, na educação, entre outros assuntos de interesse popular.

Como se pode observar o progresso econômico não se fez sentir apenas nas edificações, mas, sobretudo refletia-se no modo de vida da população, que nessa ocasião via na Europa um modelo a ser copiado por todos. Nesse período "as cidades européias eram chamadas de capitais culturais onde se desenvolvia uma atmosfera intensa de novas artes e novas idéias, atraindo jovens, escritores, artistas, literatos em trânsito pelo mundo e exilados de outros países" (BRADBURY & MCFARLANE, 1989).

Os jovens aracatienses, aqueles mais abastados, atraídos pela modernidade, para se distinguir enquanto cultos e modernos, como era de costume na época, estudavam nos centros econômicos mais desenvolvidos do Brasil que eram Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Muitos também foram para a Europa, que nessa ocasião, vivia a efervescência do mundo moderno. Nesse clima de progresso e de inovações, estes mesmos jovens procuravam se inserir. Estudar na Europa era sinônimo de modernidade e civilidade, daí veio a supremacia de Aracati com relação às demais vilas do Ceará colonial, que não diz respeito apenas à pujança econômica da vila, mas, sobretudo, à polidez do povo de Aracati, conforme aponta João Brígido (apud LIMA,1979, p.10):

> "Quando a gente do Aracati era a mais civilizada do Ceará, assim na roupa, como em tudo mais, daí saíam para as outras vilas os homens que mais de distinguiam em música e ofícios mecânicos, letras e ciências. Um homem do Aracati, por isto só que era do Aracati, podia meter a cara em qualquer negócio, e colocava-se no primeiro plano em tôda parte, onde chegava".

As idéias adquiridas no "Velho Mundo" refletiam no modo de vida da sociedade aracatiense. Além de centro econômico, Aracati se transformou num dos mais importantes centros culturais do Ceará, onde se vivia os ideais do mundo moderno: ideais abolicionistas; ideais republicanos; condutas, hábitos do modo de vida do europeu, como a forma de se vestir, falar, comportar-se, enfim, tratava-se de uma sociedade que não se cansava em exibir sua riqueza material e intelectual.

Ao analisar a cidade de Aracati nas dimensões arquitetural e social Dantas, 2003, aponta uma cidade cuja participação de estrangeiros suscita transformações, em destaque no plano arquitetural, com a construção de casarões de dois ou três andares, decorados de azulejos caros, depois no plano social, graças a trocas estabelecidas entre os habitantes da cidade e os estrangeiros, ou seja, ao intercâmbio cultural que fluía na época. Aos habitantes de Aracati neste período era atribuído o mesmo valor cultural de um português ou, na linguagem popular, de um marinheiro.

De vida agitada culturalmente a sociedade aracatiense desde cedo (século XVIII) se destacou na vida política, na literatura, na música, no direito etc. O

desenvolvimento intelectual sempre foi prioridade dessa sociedade, porque de lá saíram alguns filhos ilustres participantes no campo da política do Ceará. Estes eram republicanos, abolicionistas, jornalistas, escritores, sacerdotes, poetas, médicos, pessoas que ajudaram a escrever a história de Aracati e do Ceará. Entre estes, só para lembrar alguns dos seus feitos podemos citar:

1. Francisco José do Nascimento (1839-1914), mais conhecido por “Dragão do Mar” – com muita bravura esteve à frente do movimento abolicionista do Ceará. Nasceu em Canoa Quebrada e recebeu essa alcunha por lutar no mar do Aracati, em seu porto, impedindo o desembarque de escravos.
2. Júlio César (1850-1931) – também republicano. Foi um dos principais dirigentes do Clube Republicano de Aracati, o primeiro do Ceará e anterior ao Clube Republicano do Rio de Janeiro.
3. Liberato Barroso (1830-1885) – bacharelou-se e fez doutorado pela Faculdade de Recife e depois se tornou professor da própria faculdade. Foi deputado federal, senador e ministro do Império. Escreveu várias obras, entre elas a *Criação da Vila do Aracati.*
4. Adolfo Caminha (1867-1897) – escritor romancista, escreveu várias obras entre elas, *A Normalista*, *Bom Crioulo*, *Tentação* (romances); *Judite e Lágrimas de um Crente* (contos); *Vôos Incertos* (versos); *Cartas Literárias* (críticas); *No País dos Iankees* (narração de uma viagem que fez aos Estados Unidos).
5. Pedro José da Costa Barros (nasceu em 1779) – foi militar, político e administrador. Mas foi como político que ele mais se destacou chegando a ser o primeiro presidente da província do Ceará. Também foi ministro de Estado e senador.
6. Pedro Pereira (nasceu em 1814) – foi o primeiro brasileiro que apresentou à Câmara Federal por duas vezes um projeto de lei em favor da extinção da escravatura e por duas vezes foram recusados os seus ideais de liberdade. Trinta e oito anos antes da princesa Isabel sancionar a Lei Áurea, este aracatiense já lutava pela libertação dos escravos. Era um jornalista “destemido e valoroso”.

Aracati se orgulha ainda de ter sido berço de outros filhos ilustres, a saber: Jacques Klein, músico pianista, nasceu em 1930; Paula Nei (1858-1897), poeta e jornalista; Castro e Silva, nasceu em 1788, foi secretário de governo no Ceará, governador do Rio Grande do Norte, deputado pelo Ceará, conselheiro e ministro do Império; Castro Carreira, era médico pela Faculdade do Rio de Janeiro e recebeu a alcunha de “pai da pobreza”, por seus feitos na cidade de Fortaleza. Nasceu em 1820 e morreu em 1903; José Pereira da Graça ou Barão de Aracati, estudou em Coimbra, formou-se em Direito na cidade de Olinda, nasceu em 1812; Major Facundo, comerciante e político, nasceu em 1787 e morreu em 1841; D. Manuel, político e sacerdote, foi nomeado bispo de Pernambuco, nasceu em 1829; Visconde do Jaguaribe, abolicionista e político, nasceu em 1820.[39]

Algumas destas personalidades hoje são lembradas ao olhar o traçado urbano da capital cearense. Os nomes destes filhos aracatienses estão gravados nas esquinas das ruas, avenidas, como uma lembrança que passa despercebida na agitação da cidade grande, mas que reflete a gratidão do povo cearense pelos seus feitos.

[39] Os dados que se referem aos filhos ilustres de Aracati estão fundamentados em LIMA,1979; MARTINS, Filho & GIRÃO, 1966.

CAPÍTULO 5. ATENTADOS À MEMÓRIA DA CIDADE**:** *Aracati os monumentos que restam te saúdam.*[40]

5.1 Patrimônio arquitetônico: a valorização do passado

Embora a idéia de preservação do patrimônio histórico no Brasil tenha sido iniciada desde a década de 1922, através do movimento cultural denominado Semana de Arte Moderna e continuada mediante a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, os quais elegeram "o barroco colonial como o único estilo estético-arquitetônico digno de preservação" (ORIÁ, 2002, p.238), no Ceará, a tendência ao tombamento das cidades é bem mais recente.

Somente a partir de 1968 iniciou-se, no Ceará, a política de preservação "com a Lei Estadual nº 9.109, que 'dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará', dando respaldo jurídico, a exemplo da legislação federal, para o tombamento e a conseqüente preservação de 'monumentos históricos estaduais'" (idem, p.244). Desde então alguns bens vêm sendo tombados no Ceará[41], majoritariamente antigas casas de câmaras e cadeias públicas, templos religiosos, teatros entre outras edificações que datam especialmente do período colonial.

Foram poucos os bens tombados ao longo da História do Ceará, em detrimento de outros que foram demolidos para dar lugar a construções mais modernas. Segundo o Superintendente do IPHAN: "Há cinco anos o Iphan só tinha no Ceará 15 bens tombados isolados" (DUARTE, 2002).

---

[40] Protesto registrado nos muros da cidade de Aracati, em 1980, expressa a clara reprovação de alguns segmentos da sociedade, a ação predatória contra o passado da cidade. (apud LEAL, 1995, p.15)

[41] Exemplos de alguns bens tombados: Casa de Câmara e Cadeia; Igreja Matriz São José de Ribamar, em Aquiraz (tombados em 1983), Mercado da Carne, em Aquiraz (tombado em 1984); Casa de Câmara e Cadeia, em Aracati (tombado em 1980), Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Aracati (tombado em 1957); Casa de Câmara e Cadeia, em Icó (tombado em 1975) e o Teatro da Ribeira dos Icós, em Icó (tombado em 1983); Açude do Cedro, em Quixadá (tombado em 1984); Casa de Câmara e Cadeia, em Quixeramobim (tombado em 1972); Teatro São João, em Sobral (tombado em 1983). Guia dos Bens Tombados do Ceará, 1995.

Mas, além da negligência dos gestores das cidades e da sociedade civil, no que se refere à conservação do patrimônio arquitetônico e cultural, outros fatores são apontados para que essa herança venha desaparecendo do espaço urbano. Dentre os tais se destacam a ação do vento, da chuva, do sol e no baixo vale do rio Jaguaribe, especialmente, as freqüentes enchentes foram as grandes vilãs da memória daquelas cidades perseguidas pelas grandes cheias durante as quadras invernosas.

Entretanto, foi graças ao lento desenvolvimento econômico desses núcleos urbanos que alguns resquícios de antigas edificações, conseguiram sobreviver ao longo do tempo. Outros foram desfigurados e perderam de vez a simetria do conjunto arquitetônico, restando apenas, raros elementos, solitários, em meio a edificações modernas, testemunhando a história dos nossos colonizadores, dominadores e vencedores do Ceará, característica esta, peculiar aos espaços do passado que guardam na memória da cidade, na maioria das vezes, apenas a herança dos “heróis” da História.

Segundo Oriá (2002, p.253), “a política de preservação urbana objetivava passar aos habitantes da cidade a idéia de uma memória unívoca e de um passado homogêneo e uma História sem conflitos e contradições sociais”. Seria ingênuo então pensar ser possível recuperar a história dos lugares em sua totalidade, através somente de sua materialidade. A memória da cidade esconde as tramas dos diferentes segmentos sociais.

No que se refere à valorização do Patrimônio Arquitetônico, percebe-se, a partir da década de 1990, no Ceará, uma certa apologia à valorização do “passado”. Os rumores sobre o valor da “tradição” e do “antigo”, começaram a fluir no cotidiano dessas cidades, contrariando, de certa forma, o ideário da modernidade, cujo lema principal era “olhar para frente” em busca do progresso e almejar sempre o “novo”. Olhar para trás, então, segundo o discurso da elite política e mesmo dos intelectuais locais, era sinônimo de saudosismo, uma atitude reacionária.

Mas o projeto de modernidade, na “Terra da Luz”, começou a esboçar um rumo distinto. Num curto espaço de tempo descobriram-se sítios arquitetônicos do

Ceará colonial, até então ignorados pela população local e pela elite política. Assim foram tombados os Centros Históricos de Icó, em 1998; Sobral, em 1999; Aracati, em 2000; e o Centro Histórico de Viçosa do Ceará, tombado recentemente (2003).

A política de preservação atualmente dos governos municipal, estadual e federal, em parceria com empresas públicas e privadas, através de instituições científicas e acadêmicas, vem investindo em projetos de preservação, restauração e revitalização de centros históricos do nosso país. No Ceará o centro histórico da capital cearense foi contemplado com o Projeto Cores da Cidade, onde as fachadas de alguns prédios "históricos" receberam pinturas multicoloridas. As cidades do interior do Estado, segundo Duarte (2002, p.4), foram também contempladas com os seguintes projetos:

> "O conjunto de Icó foi contemplado pelo Programa Monumenta, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Ministério da Cultura. Sobral foi contemplada pelo programa Urbes, do Ministério da Cultura com contrapartida da Caixa Econômica Federal (CEF), e tem 25 projetos listados para serem desenvolvidos no próximo ano. (...) Em Aracati, a restauração da Igreja do Rosário foi garantida graças à doação de mais de R$ 80 mil de um empresário da cidade".

O valor mercadológico dos espaços do passado, associado à exuberância do paisagismo, tem norteado as ações dos grandes grupos que comandam o setor do turismo. Os "lugares de memória" e o paisagismo, haja vista suas peculiaridades, se apresentam aí como atrativos singulares, em meio a essa cultura globalizante. Nesses espaços se conjugam as mais diversas formas de cultura material e imaterial, a saber: modelos arquitetônicos, obras de arte, artesanatos, rituais religiosos, festas populares, danças, ritmos, gastronomia, dentre outras formas de representações sociais, tudo isso associado ao exotismo da paisagem natural. Assim comenta Anunciação (2001, p.90) que, "a imagem urbana dos lugares é fetichizada como mercadoria. A mercantilização desta paisagem é feita através do turismo como fonte de renda e de lucros. Isto leva a uma estandartização da paisagem".

Diante desse contexto e questionamentos, faz-se aqui uma breve reflexão sobre a valorização do patrimônio arquitetônico da cidade de Aracati. Por que a cidade que durante quase dois séculos esteve "estagnada" (depois do seu apogeu

econômico no século XVIII) “caída no esquecimento”, pois assim alguns preferem caracterizá-la, na atualidade, ressurge apontada como um dos principais pólos turísticos do Estado do Ceará? A “princesa do vale do Jaguaribe” embalada e adormecida pelo vento e que, até pouco tempo, apenas se orgulhava do seu passado glorioso, desponta no alvorecer do século XXI vestida de sol, emoldurada por mares, dunas, rios, manguezais e carnaubais, esperando os que de longe vêm para lhe fazer a corte.

Se no passado as condições naturais foram determinantes no desenvolvimento da pecuária e para a “indústria do charque”, não seria utopia acreditar que a natureza continua com a mesma promessa para a “indústria do turismo”. O potencial paisagístico propicia o desenvolvimento do turismo ecológico, de lazer e carnavalesco. Esses segmentos turísticos são os que mais se destacam no Município. Segundo Silva, atualmente a influência da cidade de Aracati se restringe ao litoral, nas imediações da desembocadura do Jaguaribe.

> “O turismo, enquanto atividade econômica, intensifica o uso do potencial paisagístico do litoral do município e tira vantagens da localização da cidade nas imediações da foz do rio. A combinação de turismo e lazer associados à exploração da conjunção de águas doces e salgadas do mar e do rio Jaguaribe favorece o desenvolvimento do setor hoteleiro, inclusive, aquele voltado aos esportes náuticos” (SILVA, 2002, p.227).

Na atualidade, o município de Aracati reposiciona-se estrategicamente frente às potencialidades que o meio ambiente natural oferece. Segundo Coriolano (2002), são identificadas como principais atividades econômicas produtivas do município o criatório de camarão (fazendas de carcinicultura), a pesca da lagosta, comércio e serviços, a indústria, o turismo, a agricultura (fruticultura), o extrativismo vegetal, além de pequenos negócios[42].

No litoral destaca-se, sobretudo, a atividade turística, pois embora Aracati tenha perdido parte da área territorial situada no litoral, com a emancipação de Icapuí e Fortim, a mesma ainda conta com alguns importantes núcleos praianos, totalizando “41 km de praias, dunas, falésias” (CORIOLANO, 2002). A praia de

[42] Segundo o PDDU (2000), em 1997, a estrutura industrial do município de Aracati concentrava-se nos seguimentos de produtos alimentares, vestuário, calçados e minerais não metálicos.

Canoa Quebrada, situada a 12 km da sede municipal, é responsável pela demanda turística, devido a bela paisagem natural, composta por lagoas, dunas e falésias, que encantam turistas de várias partes do mundo. A procura pelo lugar deu-se a partir das décadas de 1970 e 1980, quando os “mochileiros” e “hippies” (idem) descobriram a beleza do lugar que logo adquiriu fama internacional.

Segundo Amora (2002), Aracati se destaca no setor de serviços, e isso se deve, sobretudo, por ser um município litorâneo com grande importância para o turismo, contando com expressivo número de restaurantes, pousadas e hotéis distribuídos por suas praias como Majorlândia e Canoa Quebrada.

Conforme dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati - PDDU (2000)[43] a dinâmica econômica atual do município de Aracati, tira partido do potencial paisagistico, favorecendo o turismo ecológico, de lazer e carnavalesco.

No que se refere ao turismo histórico, trata-se de uma atividade com pouca expressão, pois o município precisa reposicionar-se frente ao valor histórico-cultural que a paisagem urbana apresenta. A demanda turística restringe-se ao litoral, enquanto o Centro Histórico encontra-se isolado, fora do roteiro turístico.

> “O seu espaço urbano pode voltar a funcionar como local de desfiles de blocos e cordões que, até meados deste século, fizeram do carnaval aracatiense uma festa de grande significado no calendário social e cultural da cidade. (...) Nessa época de cultura globalizada, a oferta de um produto diferenciado vai ser fator importante para atrair um usuário mais exigente” (PDDU, 2000).

Quanto ao turismo carnavalesco, até a década de 1980, o carnaval em Aracati limitava-se aos desfiles de blocos pelas ruas históricas da cidade (Rua Grande principalmente) e aos bailes que ocorriam no principal clube dançante da cidade – o Aracati Clube, festa esta oferecida às camadas sociais mais elitizadas. O carnaval popular ficava por conta da folia realizada na Praça Adolfo Caminha, geralmente no período noturno. À tarde os festejos ocorriam na Rua Grande, com os desfiles de blocos.

[43] PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati. Caracterização do município de Aracati. Fortaleza: Gausismetgaia, Consultores Consorciados, 2000.

Ainda na década de 1980, o “carnaval do povão” foi incrementado com a introdução do trio elétrico, que começou a animar a folia na praia de Majorlândia e a arrastar a multidão no final da tarde para a Rua Grande. Desse frenesi atrás do trio elétrico, o carnaval de Aracati ganhou tamanha proporção, que transformou-se numa das principais festas do calendário turístico do Ceará, atraindo pessoas das mais diversas partes do território cearense.

Todos os anos, o turismo carnavalesco promove a afluência de cerca de 200.000 foliões. Contudo, o evento chegou a uma proporção tal, que a própria cidade não oferece infra-estrutura adequada para recebê-los. Dentre as principais deficiências encontram-se a falta de hotéis, pousadas, restaurantes dentro da sede municipal, pois esses equipamentos estão concentrados na zona praieira. Existia ainda a ameaça da falta d’água, uma vez que a população praticamente triplica nesse período. Os primeiros foliões de Aracati foram atormentados com esse problema, mas atualmente o mesmo foi amenizado.

Uma alternativa encontrada para solucionar tal problema foi recorrer ao abastecimento próprio de uma fábrica localizada na sede municipal, a KRAFFT FOOD – Brasil (antiga fábrica de alimentos Maguary), que nesse período fornece água como reforço para suprir a demanda dessa população flutuante. Há cerca de dois anos o abastecimento é feito nessas condições, uma parceria entre a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE, Prefeitura Municipal de Aracati e fábrica KRAFFT FOOD[44].

No que se refere à hospegem, a solução encontrada foi a locação de residências, oferecidas pelos próprios moradores da cidade. Convém lembrar que essa prática constitui uma das principais fontes de renda para alguns moradores, que esperam esta data para lucrar aquilo que levariam meses para faturar.

No final da década de 1990, o turismo em Aracati, passou por uma reestruturação, mediante a criação da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente. Assim foram realizados investimentos em diversas áreas tais como:

[44] Depoimento do senhor Francisco Wilame Silva Barbosa, Encarregado de Núcleo – CAGECE/Aracati. Entrevista realizada em 19/09/2004 em Aracati.

construção de um campo de pouso para pequenos aviões, inaugurado em 1999; a criação da Escola de Turismo, que capacita profissionais nesta área, entre outros investimentos.

No calendário turístico do município destaca-se o carnaval de rua e de praia. O carnaval de rua de Aracati originou-se na Praça Adolfo Caminha, depois passou a ocupar a Rua Grande, local onde se encontra a maior parte dos bens tombados. Sendo assim, a localização para a realização desse evento teve que ser repensada após o tombamento do Centro Histórico pelo IPHAN. Os festejos são cortejados ao som dos trios elétricos que estavam ocasionando danos ao patrimônio arquitetônico, proporcionando rachaduras nas paredes e deslocamento dos azulejos seculares que decoram as fachadas das residências.

No início do ano 2000, com o tombamento provisório do conjunto arquitetônico, cogitou-se a transferência do carnaval realizado na Rua Grande para a Rua Coronel Pompeu. Essa querela dividia opiniões: de um lado estavam aqueles que lutavam para manter o carnaval na Rua Grande, ignorando o fato do mesmo comprometer ou não a estrutura dos imóveis tombados; de outro, estavam aqueles preocupados com o impacto que os trios elétricos causavam ao patrimônio.

No ano 2000, foi firmado um acordo entre a Prefeitura Municipal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Procuradoria da República para que a folia fosse mantida, pelo menos neste ano, na Rua Grande. Entretanto, como forma de evitar danos ao patrimônio arquitetônico, ficou determinado que os trios elétricos ficariam parados nas duas praças ao longo da Rua Grande, enquanto que os foliões poderiam brincar e circular livremente pela via, preservando-se a área dos casarões[45].

Esse acordo formalizou ainda a decisão de transferir, em 2001, o carnaval para a Rua Coronel Pompeu, onde vem ocorrendo até hoje. Para tanto a rua recebeu melhoramentos, com o asfalto em toda sua extensão e nova iluminação.

[45] Jornal O Povo. Fortaleza, 17/02/2000.

A sociedade também teve que se ajustar às novas exigências diante da valorização deste patrimônio. Ficou proibido o tráfego de veículos pesados por todo o curso do ano na Rua Coronel Alexanzito (Rua Grande).

O município de Aracati, neste início do século XXI ganha destaque e entra no cenário turístico do Estado do Ceará, como um dos principais pólos. Para tanto alguns componentes estruturais passam a ser utilizados como principais atrativos. Como estandartes dessa nova dinâmica tem-se a paisagem natural, o carnaval, e o artesanato. Outros elementos são utilizados, porém sem muita expressão: o acervo do conjunto arquitetônico, o folclore etc.

O turismo histórico-cultural não é uma atividade consolidada na região. Contudo, já se torna um tanto quanto inquietante essa questão e há muito que se discutir acerca dessa política de preservação da paisagem e tombamento do centro histórico da cidade. Aracati, atualmente, é invadida por esse discurso de valorização do passado onde a população, em sua maioria, não encontrando respostas para suas indagações, encontra-se vazia de sentido, e se pergunta então, sobre o porquê dessa valorização.

A população em sua maioria desconhece o valor histórico e cultural que a cidade carrega. Isso se deve a distância que sempre existiu entre a sociedade atual e a história dos seus antepassados, pela ausência de informação, principalmente por parte das instituições de ensino[46]. Quase nada foi feito, ao longo do tempo, para que a sociedade conheça sua história. Por isso muitos atentam contra os prédios, contra os monumentos, destruindo, reformando e descaracterizando. Outros desprovidos de qualquer conhecimento sobre a história do lugar, ao ocuparem cargos públicos, no intuito de deixar a cidade “mais moderna”, acabam por descaracterizar essa herança. Portanto, esta sutil reflexão sobre a preservação e valorização do patrimônio arquitetônico, na cidade de Aracati, perpassa pela idéia de

[46] Esta afirmação está fundamentada numa entrevista, realizada em junho de 2000, durante uma aula de campo, das disciplinas Geografia Urbana e dos Serviços e Regional I (Curso de Geografia – UFC). Durante a entrevista questionou-se sobre “como são ministradas as aulas de Geografia e História?”, onde se percebeu a ausência de um ensino voltado para a história do lugar. A história local só é lembrada por ocasião do aniversário da cidade, no mês de outubro. As Instituições visitadas foram: Escola de Ensino Fundamental e Médio Barão de Aracati, Colégio Municipal Emília Freitas, Instituto São José, Colégio Marista e Instituto Waldemar Falcão.

que a valorização e preservação devam fluir do seio da própria sociedade, caso contrário corre-se o risco de criar uma cultura artificializada.

5.2 A ação do Poder Público

Apesar da negligência para com o zelo do conjunto arquitetônico, a cidade de Aracati, é privilegiada pelo vigor de seus templos religiosos, pela imponência dos sobrados, dos armazéns e das casas térreas, que evocam seu passado através da arquitetura colonial. Entretanto, muito do que se construiu nos séculos XVIII e XIX, e até mesmo no início do século XX, poderia ter sido poupado, se não fossem os desmandos dos poderes públicos municipal e estadual. Infelizmente àqueles a quem compete o dever de proteger o patrimônio da cidade, tornaram-se os principais predadores dessa memória.

Embora já existisse a Lei Municipal, nº 14, de 22 de outubro de 1980, onde já se delimitava a “Zona de Preservação” muitas edificações foram demolidas. Para tanto, o Poder Público, sabiamente encontrou “brechas” na referida Lei, para legitimar os seus desacertos.

Bem antes do Tombamento Federal (em 2000), o patrimônio histórico de Aracati já estava protegido sob a forma da Lei (em 1980), e muito do que se perdeu ao longo do tempo, se deve à falta da observância dessa lei. Segundo a mesma, o conjunto urbano arquitetônico, incluía, tanto as Ruas Coronel Alexanzito e Coronel Alexandrino, como também a Rua Santos Dumont. Esta última por sua vez teve sua memória marginalizada, e perdeu de vez sua origem e identidade. O que restou no espaço foi apenas o traçado retilíneo. As casas e principalmente suas fachadas foram totalmente descaracterizadas.

Um dos exemplares que conseguiu perdurar até a década de 1980, foi o tão famoso “Solar das Correias” (Foto 40), situado na Rua Santos Dumont, nº 1208. Segundo o professor Liberal de Castro (apud Leal, 1995, p.31),

> “era um inconfundível exemplar de arquitetura oitocentista, de aspecto neoclássico, resolvida com uma versão singela e simplificada, fato comum à casa cearense do período. Mantinha fachada de azulejos importados de Portugal e portões laterais para a entrada de carruagens (...)”.

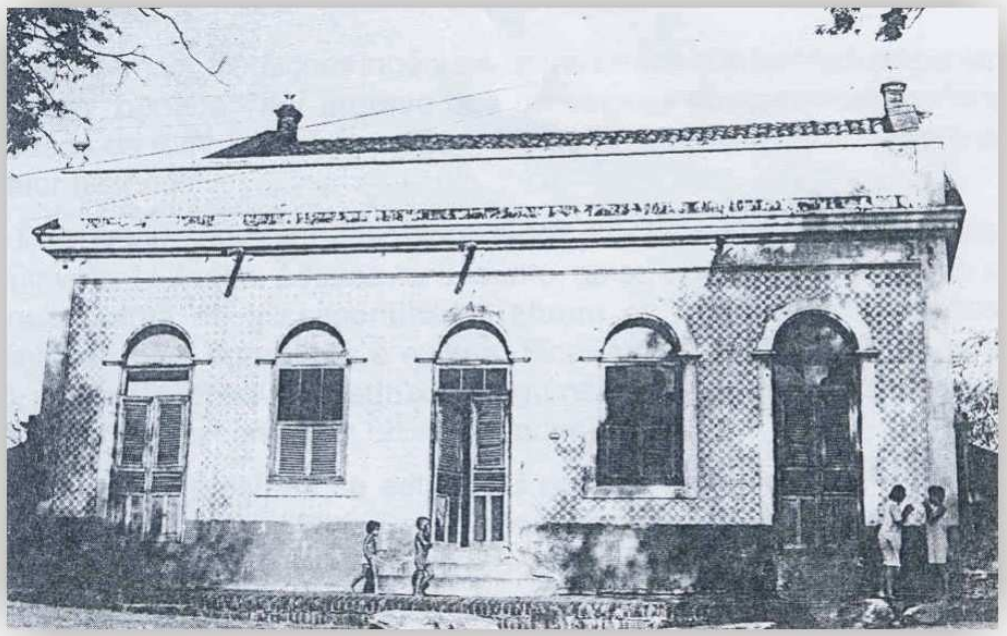


Foto 40 - Solar das Corrêas.
Fonte: LEAL, 1995.

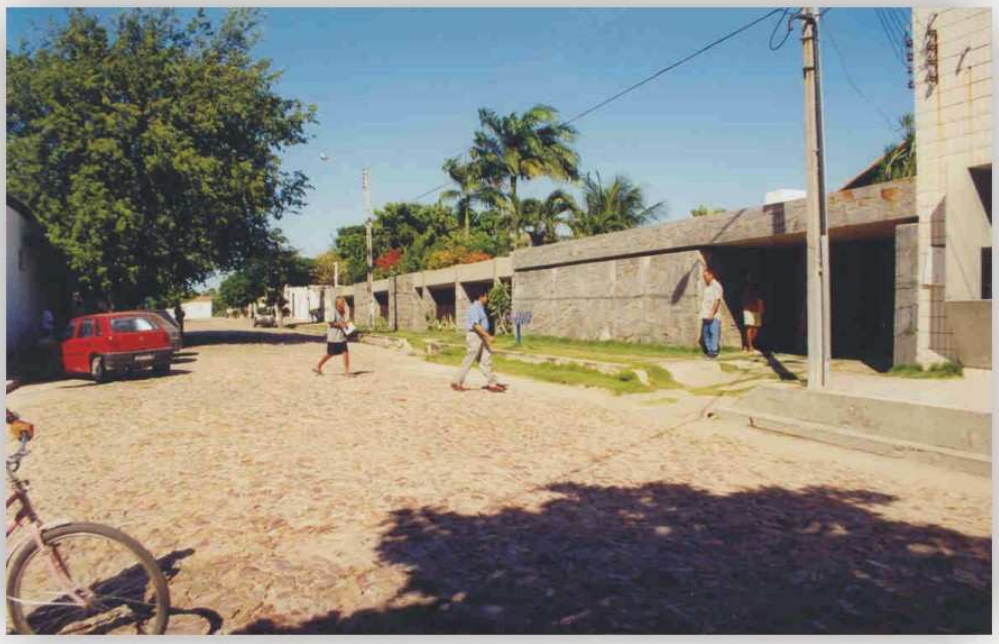


Foto 41 - Casas construídas no local do Solar das Corrêas.
Foto: Edivani Barbosa, 2000.

Apesar das denúncias e alertas realizadas pelo Jornal O POVO[47], com relação a alienação para com esta edificação, a mesma foi demolida no dia 1º de novembro de 1980. No dia 07 de novembro de 1980, o mesmo periódico publicou uma matéria denunciando a demolição. No seu lugar foram erguidas duas residências assaz modernas e em nada se assemelham ao que foi destruído.(Foto 41).

Registra-se também a destruição do antigo sobrado das Corujas, que foi demolido na década de 40 (LEAL, 1995, p.58). Tratava-se de um imponente casarão de dois andares, com 16 janelas e 8 portas de frente, conforme pode ser visto na Foto 42. Pela foto (tirada em junho de 1931) observa-se a simetria da rua.

Outros exemplares foram demolidos na década de 1980. Dentre estes os prédios do antigo Teatro Santo Antônio e o prédio onde funcionava a antiga firma Costa Lima & Mirtil (ver Foto 32), ambos situados na antiga Rua do Rosário. No seu lugar foi edificado o prédio da Teleceará, atualmente a empresa de telefonia TELEMAR.

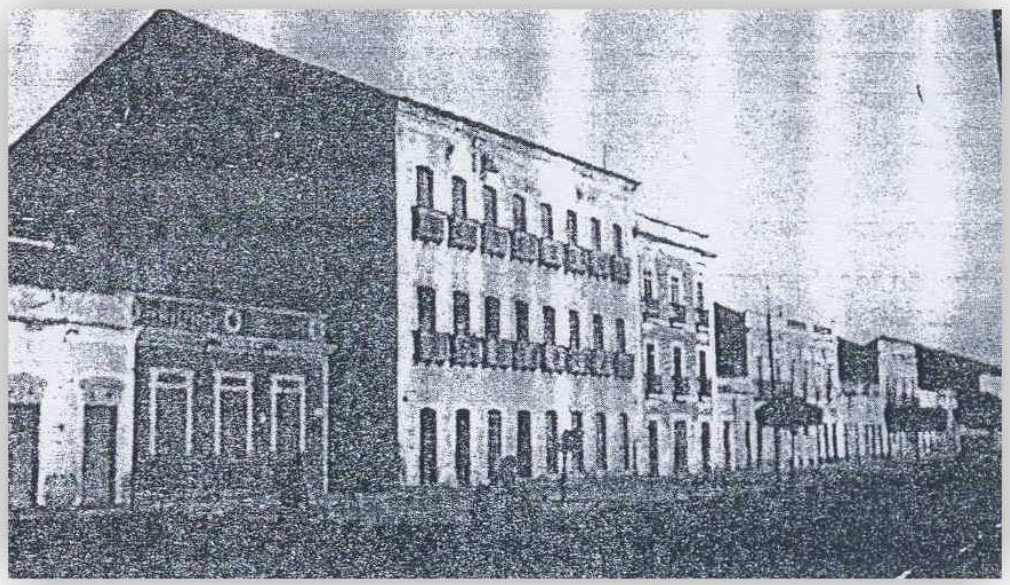


Foto 42 - Antigo sobrado das Corujas.
Fonte: LEAL, 1995.

[47] Edição de 19/10/1980 apud LEAL, 1995, p.29.

Segundo Hélio Leal, o Teatro Santo Antônio foi testemunha de grandes, belas e valorosas noitadas de arte, levadas a efeito pela prata da casa: Grêmio Taliense Recreativo, Recreio Dramático Familiar e Grêmio Dramático Aracatiense. Também abrigou honrosas realizações musicais: Filarmônica Zaranza, Filarmônica Figueiredo, Charanga 24 de Maio, Euterpe Operária e da Capivara. O Teatro comportava 300 pessoas (LEAL, 1995, p.56).

O próprio Estado se encarregou de apagar parte da memória da cidade, quando edificou prédios mais modernos para instalar suas instituições tais como: a agência da Secretaria da Fazenda (Coletoria Estadual), situada na Rua Coronel Alexanzito; os prédios das agências bancárias Banco do Nordeste (BNB), Banco do Estado do Ceará (BEC) e Banco do Brasil (BB), todos situados na Rua Coronel Alexandrino. Estes são apenas alguns exemplos que evocam o descaso e o desconhecimento de preservação por parte dos mentores das políticas municipal e estadual para lidar com essa herança cultural.

Embora a cidade tenha sido contemplada com o Tombamento Federal, em 2000, o que se pode observar, em parte, é a persistência em negligenciar certos “lugares de memória”, ficando estes à margem da história da cidade, o que contribui cada vez mais para que aos poucos a sociedade vá se afastando da memória histórica.

Vale lembrar a história da Cacimba do Povo. Tratava-se de um dos principais pontos de fornecimento de água potável de que se abastecia a população local. Segundo Antônio Bezerra (1902, p.134), era a Cacimba do Povo um dos lugares “por demais agradáveis”. Ao citar a opinião de alguns historiadores LEAL (op.cit., p.51-52), enfatiza que a Cacimba do Povo era um

> “ ‘recanto pitoresco, lembro-me bem, cataventos de carnaubeiras puxavam a excelente água da cacimba, larga e profunda, enchiam os tanques e as torneiras, ofereciam-se em profusão, sem racionamento. Local agradável, ensombrado, mangueiras, cajueiros ao lado da casa grande, calçada alta, curral contíguo, cujos vestígios ainda pude constatar’ “.

O antigo chafariz da Cacimba do Povo encontra-se em ruínas, entregue ao abandono. Trata-se de mais um monumento que aos poucos vai se deteriorando e apagando gradativamente a identidade desse lugar. A Foto 43 representa o contexto descrito pelo historiador Antônio Bezerra em 1902 (Fotos 43 e 44).

Sobre o abastecimento d'água em Aracati George Gardner relatou quando de sua viagem ao Ceará, em 1838. Passando por Aracati (a mesma ainda era vila) observou o seguinte fato:

> "Aracati quando lá estive era suprida com água de qualidade tolerável, vinda de um poço perto da cidade; mas esperava-se ter em breve ótimo suprimento de uma fonte situada a cerca de uma légua de distância. Empenhava-se nisto um senhor Maia, natural de Gilbratar, que desde muitos anos se havia estabelecido em Aracati. Tendo obtido uma concessão do governo, construíra um canal de tijolos para a água, mas, a nascente, estando em nível muito inferior ao da cidade, requeria uma bomba de sucção para puxar a água. A água da fonte próxima que então se consumia era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros" (GARDNER, 1975).

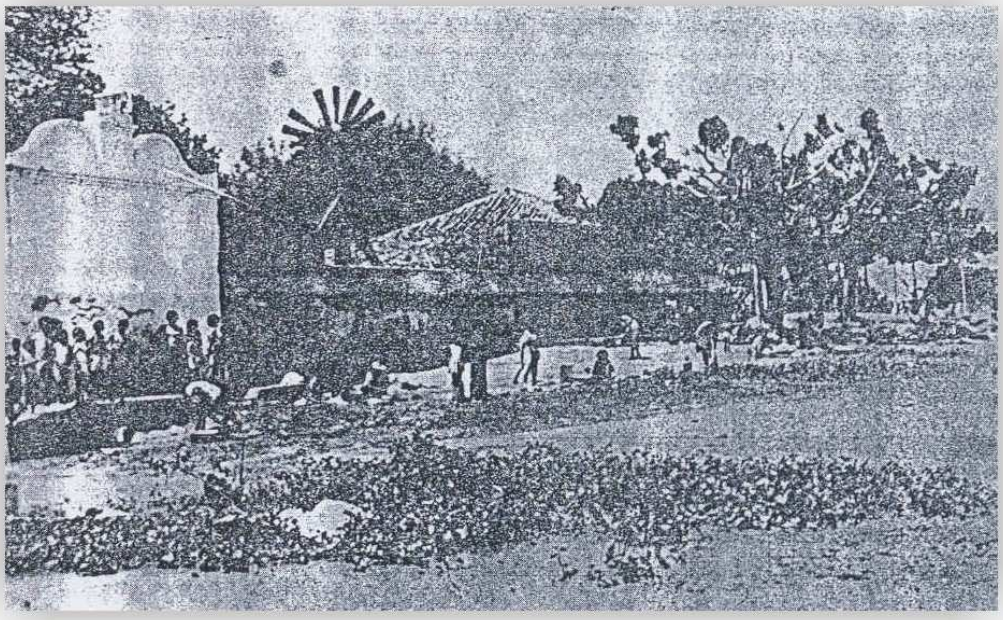


Foto 43 - Antigo chafariz na Cacimba do Povo.
Fonte: LEAL, 1995.

Foto 44 - Ruínas do antigo chafariz na Cacimba do Povo.
Foto: Edilene Barbosa, 2003.

Supõe-se que essa “fonte perto da cidade” seja aquela relatada por Leal (1995). Segundo esse autor o cacimbão era conhecido tradicionalmente de Cacimba do Santíssimo. O mesmo teria fornecido a água necessária para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Encontrava-se localizado por trás da dita igreja, isto é, “só se chega à cacimba em referência, passando pelo bar Banho Cuia d’água, pertencente à Senhora Maria Estela Santos de Oliveira, à Praça Adolfo Caminha, nº 246, (antiga pça. da Caixa d’Água)” (LEAL, 1995, p.54).

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU (2000)[48], foi implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, no final da década de 1950, o sistema de abastecimento d’água da cidade de Aracati. Porém, em 1958, por problemas técnicos, o sistema deixou de funcionar, retornando seu desempenho normal a partir de 1980. Neste período, a população se manteve com água de cisternas e poços artesianos. O abastecimento se fazia através das carroças d’água conforme pode ser verificado na Foto 45. Até hoje, alguns

[48] PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati. Caracterização do Município de Aracati. Fortaleza: Gausismetgaia, Consultores Consorciados, 2000.

moradores utilizam a água vendida pelos carroceiros, apesar da cidade já ser contemplada pelos serviços da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

Foto 45 - Carroças d'água trafegam diariamente pelas ruas da cidade.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

- Outros equipamentos urbanos

Encontra-se no Centro da cidade alguns equipamentos de lazer, tais como as praças que em períodos passados se constituíam principais pontos de lazer e sociabilidade. Sobre as praças escreve Bezerra (1902, p.134): "São bellas as praças do Pilourinho, da Ponte, antiga da Alfândega, de D. Luiz, da Matriz, do Mercado, dos Prazeres, do Rosário e da Cruz das Almas". A praça D. Luiz até 1863 denominava-se de Praça da Maioridade, porém, em memória da visita do Bispo D. Luiz, em 3 de agosto deste mesmo ano, a praça passou a denominar-se de praça D. Luiz.

Em 1932 a praça Dr. Leite (antiga da Alfândega) foi reformada pela administração do Prefeito Antônio Perilo Teixeira, e teve o coreto destruído (Fotos 46 e 47). Sobre as praças de Aracati escreve Leal, citando um autor aracatiense o qual não menciona o nome:

> “Embelezam-na (a cidade), como jóias artísticas e esculturais magnificamente talhadas, dois belos e floridos jardins, engastados no colar de suas ruas. Os jardins Dr. Leite e Mons. Bruno são dois oásis de alegria e encantos, caprichosamente enfeitados e feericamente iluminados, onde se reúne e passeia a fina flor da sociedade local” (LEAL,1995, p.73 e 74).

As praças de Aracati a cada dia vão perdendo a função a que havia se destinado: ponto de encontro, lazer, etc. Com as reformas realizadas em quase todas as administrações municipais, as mesmas deixaram de ser acolhedoras em razão da ausência de arborização e jardins (exceto a Praça Dom Luiz) (Foto 48).

Foto 46 - Praça Dr. Leite.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

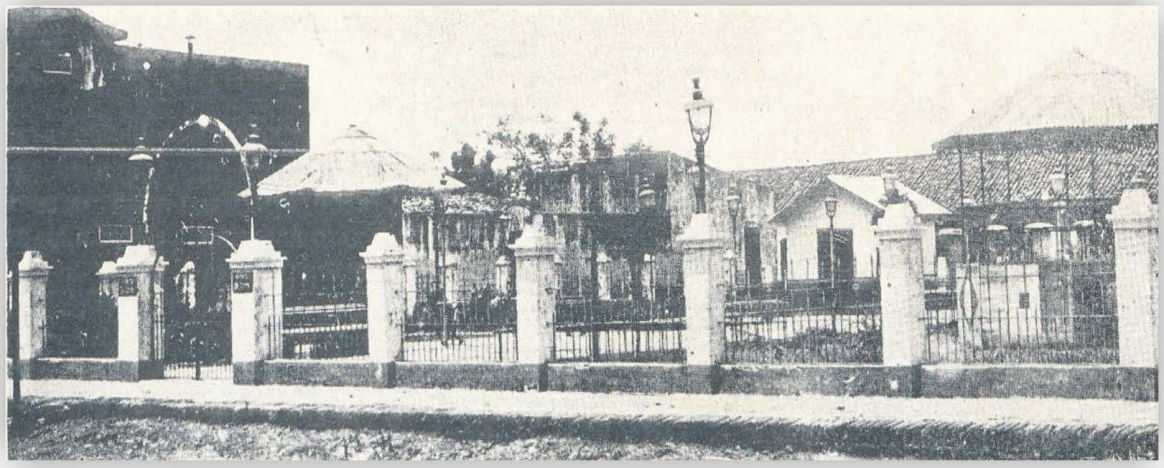


Foto 47 - Praça Dr. Leite
Fonte: SOUSA, 1922.

Foto 48 - Praça Dom Luiz.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

As praças mais centrais como a Praça Adolfo Caminha, a Praça dos Prazeres (ou Praça Monsenhor Bruno – ver Foto 24) foram reformadas no ano 2000 e suas novas instalações visam em primeiro lugar a adequação à festa do carnaval, com possibilidades para acolher uma multidão de foliões. Das praças foram retirados os adornos, os jardins, para deixar espaço para o folião passar e dançar livremente durante a passagem do trio elétrico.

Quanto ao cotidiano da praça, pelo menos no que se refere ao período diurno, a redução do número de bancos e a distância entre eles, a ausência de jardins, de árvores para dar sombras, enfim, tudo isto só tende a quebrar as relações cotidianas que se davam nas mesmas, como locais para os passeios, os encontros, as conversas no final da tarde. Aos poucos esses locais de encontro vão perdendo a beleza e o encanto. Predomina aí um certo vazio, uma falta de conteúdo, que deixa as praças sem sentido.

O mercado municipal segundo Bezerra (1902, p.137) foi construído com “socorros públicos durante os annos da secca de 1877 a 1879, e em tudo apresenta bella apparencia e elegancia”. Segundo o IPHAN (1998, p.30), o mercado “tem forma retangular, dois pátios internos avarandados e lojas distribuídas ao redor da construção e voltadas para as áreas internas”. O mercado é bem movimentado com diversos boxes no seu interior, que vendem as mais diversas mercadorias desde hortifrutigranjeiros, ferragens, alimentação e miudezas em geral. Nas lojas externas há presença de lojas que vendem cereais em atacado além de mercearias, confecção, farmácia, lanchonetes etc. (Foto 49).

Foto 49 - Mercado Público Municipal.
Foto: Edivani Barbosa, 2003.

5.3 As intempéries do tempo.

Desde o surgimento do povoado, Aracati sempre foi perseguida pelas freqüentes enchentes do rio Jaguaribe. Estas foram registradas por alguns historiadores. Segundo Barroso (1962, p.104)

> “Desde o início da fundação do Aracati, essa vila e as terras onde assenta foram flageladas, nos anos de abundante inverno, pelas constantes inundações do Jaguaribe, que, apesar de grande, obedece, como qualquer outro daquela região, ao regime torrencial. Naturalmente as charqueadas muito sofriam com isso. No ano de 1789, a água subiu nas ruas principais a doze palmos”.

Provavelmente um dos motivos para a existência de tantos sobrados na cidade teria sido o estigma das enchentes, pois segundo o viajante Henry Koster, ao visitar a cidade de Aracati, em 1810, deparando-se com essa arquitetura singular fez o seguinte relato:

> “A vila do Aracati consiste principalmente n’uma longa rua, com varias outras de menor importância, (...) As casas do Aracati não parecem com as vistas n’outras paragens que visitei. Têm um andar superior sobre o térreo. Perguntando a razão, explicaram que as águas do rio inundam algumas vezes, obrigando uma retirada para os altos das residências” (KOSTER, 1942, p.160).

Até mesmo a instalação do pelourinho foi designado no sítio Cruz das Almas, por ser o lugar mais alto e livre das inundações. Segundo Lima (1956, p.18), “as cheias do Jaguaribe mais faladas foram as dos anos de 1732, 1741, 1743, 1789, 1805, 1832, 1839, 1842, 1866, 1917, 1921, 1922, 1924”. Outras mais recentes também se tornaram bem afamadas são elas as cheias de 1964, 1974 e 1985.

O inverno de 1805 foi bastante rigoroso causando prejuízos às plantações, aos povoados, e vilas situadas nas ribeiras dos rios cearenses:

> “Os campos ficaram por mezes embrejados, as ribeiras dos grandes rios Jaguaribe, Quixeramobim, Acarahú, etc., ficaram completamente inundadas, os povoados vizinhos, as cidades do Aracaty, e Sobral

> também o foram completamente; assim como os campos de Jaguaribe em extensão de muitas léguas"[49].

Outra estação chuvosa ocorreu em 1832 e 1839, inundando campos e cidades. "Aracaty e Sobral, duas importantes cidades á margem do Jaguaribe e Acarahú, pagaram mais um tributo á essa calamidade" (idem). Em 1866, mais um rigoroso inverno:

> "O rio Jaguaribe deo grande enchente invadindo a cidade do Aracaty; a maior inundação de que há exemplo, segundo o testemunho de velhos moradores d'alli, que assistirão as de 1839, 42, e 66. (...) Na casa da câmara, em cujo andar térreo está a cadeia, a água subio meio metro acima do rez do chão; sendo para notar-se que ella fica em um dos pontos mais elevados da cidade. As ruas, convertidas em canaes, erão trafegadas por meio de canôas. A inundação durou poucos dias, declinando depois de uns 3 a 4, formando perigosas corredeiras nos beccos que dão para o rio" (idem).

Ao relatar sobre alguns fatos e casos raros acontecidos na Vila de Santa Cruz do Aracati, o vereador Manoel Esteves D'Almeida registrou, no ano de 1789, uma grande enchente que causou forte incômodo aos moradores daquele lugar:

> "Não deixa esta villa de padecer alguns encommodos em alguns annos, pois está situada nas margens do rio Jaguaribe, com enchentes do sobredito rio, que a tem alagado com as suas cheia, algumas vezes porém, e no anno de 1789 foi tão extraordinária que cresceram as águas nella em toda sua circumvisinhança á altura de 8,10 e 12 palmos, conforme a altura, ou baixio do lugar" (RIC, 1887).

As quadras invernosas contribuíram bastante para a degradação do conjunto arquitetônico. Os temporais algumas vezes chegavam carregados de trovoadas, relâmpagos e raios, que atingiram as torres de algumas igrejas. Outras vezes as águas do rio Jaguaribe invadiram a cidade permanecendo esta, vários meses debaixo d'água. Como conseqüência, as estruturas dos edifícios foram ficando comprometidas, arruinando, assim, parte dos azulejos seculares que decoram as fachadas das casas. Além dos danos causados à estrutura física das edificações, muitos documentos, imagens de santos, móveis, entre outros objetos

[49] Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará. Confeccionado por João Câmara. Ano 9º. Fortaleza: Typ. Economie, 1902, p.181-183.

também se perderam e isto contribuiu bastante para que parte da memória histórica e a memória da cidade se perdessem no meio das águas (Fotos 50, 51, 52, 53).

Outras enchentes mais recentes também foram fatais. São as cheias de 1964 e 1974. Sobre a quadra invernosa de 1964 alguns jornais da época relatam a situação da cidade:

> "Em Aracati o presidente do Grupo de Trabalho de assistência às vítimas das inundações observou que mais de 200 casas foram invadidas, enquanto as águas crescem em ritmo assustador. Cinco bairros foram atingidos pelas enchentes, enquanto cerca de 1.500 pessoas estão desabrigadas" [50].

Outra reportagem que dá conta dessa situação encontra-se no Jornal Unitário, datado de 29 de abril de 1964. Conforme a reportagem do jornalista Monteiro Neto, as águas do rio Jaguaribe começaram a invadir novamente vários bairros e algumas ruas dos subúrbios proletários da cidade,

> "obrigando várias famílias deixarem os seus lares para se abrigarem em velhos armazéns e outras residências provisórias sem qualquer requisito de higiene e no mais triste e absoluto desconforto. Até a hora de redigir esta notícia as águas subiam vertiginosamente ameaçando de deixarem ao desabrigo muitas famílias residentes a margem do grande rio. Pelos subúrbios denominados 'Infunca' 'Santarém' 'Porto José Alves' e 'Farias Brito' totalmente inundados, pequenas embarcações à vela navegam tranqüilamente entre o casario semi mergulhado pelas águas do caudaloso rio".

Na década de 1974 as águas do rio Jaguaribe subiram novamente, obrigando a população a se deslocar para outras áreas altas da cidade. Parte da população procurava abrigo no lado oeste da cidade, próximo a BR 304. Após esse período chuvoso foi construído, nesse mesmo local, pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o conjunto habitacional Pedregal (PDDU, 2000, p.112). O mesmo foi construído para abrigar parte da população e dele se originou o bairro com o mesmo nome.

[50] Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, 22 de abril de 1964.

Foto 50 - Enchente ocorrida em 1922. A população em frente a igreja Matriz a espera de socorro.
Fonte: SOUSA, 1922.

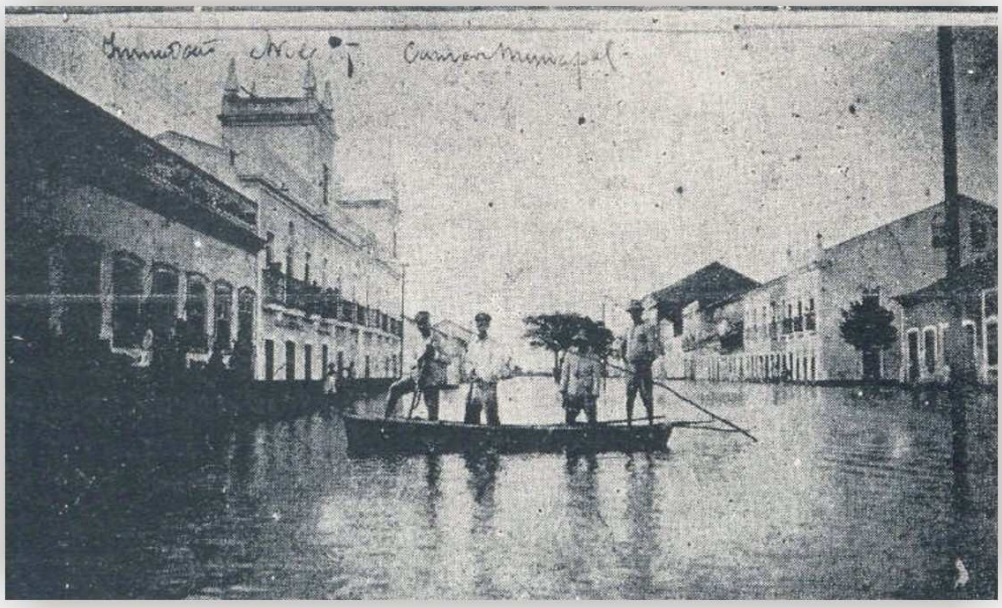


Foto 51 - Enchentes do rio Jaguaribe – rua alagada em frente ao prédio da Câmara Municipal.
Fonte: SOUSA, 1922.

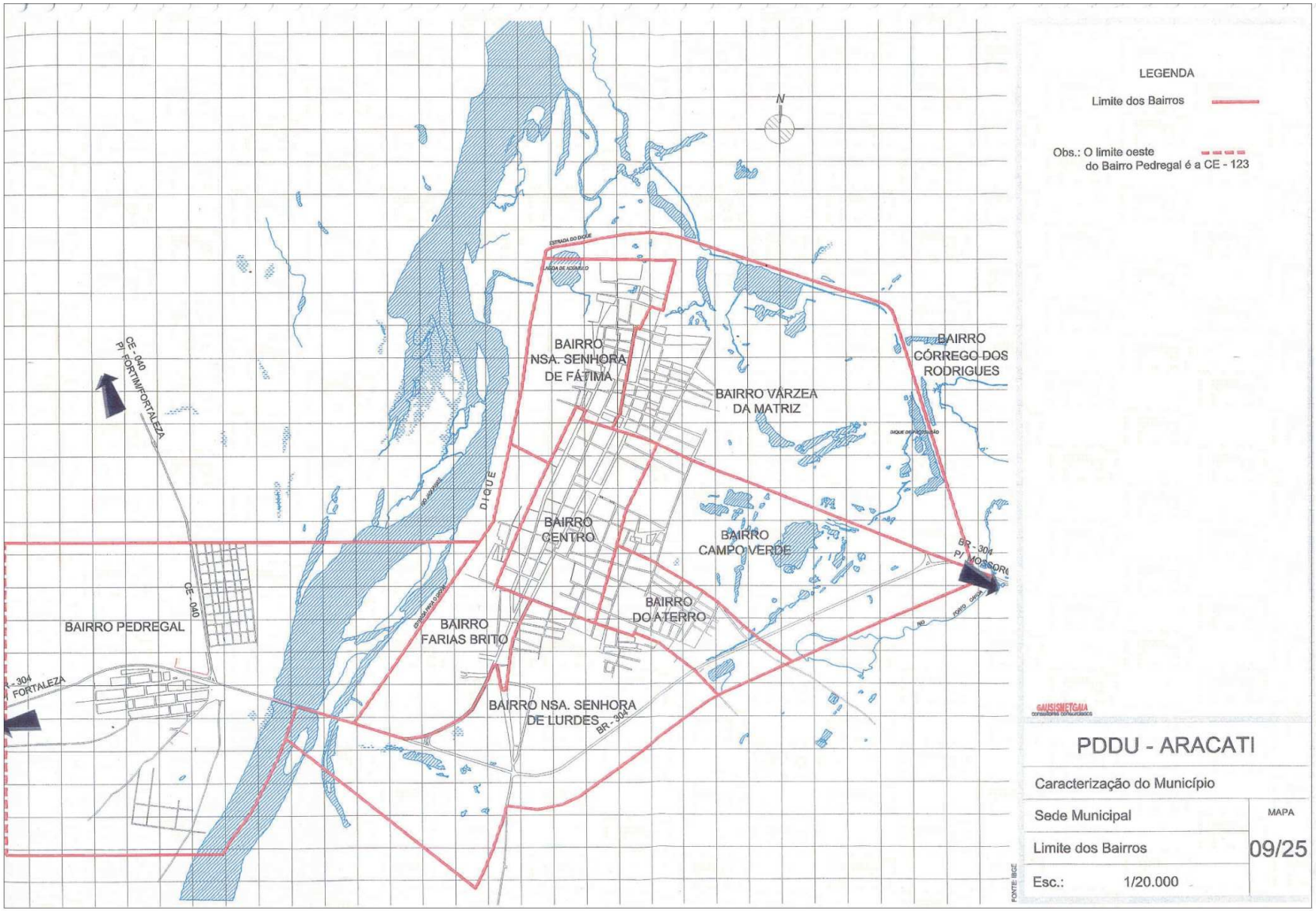
Foto 52 - Ruas alagadas.
Fonte: Sousa, 1922.

Foto 53 – Praça Dom Luiz. Enchente de 1922.
Fonte: Sousa, 1922.

Para tentar livrar a cidade dessas intempéries do tempo, após a cheia de 1985, foi construído o dique de proteção à cidade. O mesmo forma 2/3 de um anel que circunda a cidade se encontrando com a BR-304. Com a construção do dique a população aracatiense sossegou. A partir desse período não ocorreu mais enchente, exceto em 1986, pois se encontrando o dique ainda em fase de construção, a população foi surpreendida na calada da noite, devido à penetração das águas através de um rompimento da barreira de proteção, sendo obrigada a se retirar da cidade às pressas, susto esse que durou poucos dias. A partir de então não houve mais registro das enchentes em Aracati (ver localização do dique: Mapas 3 e 12).

Enquanto esteve sob as ameaças de enchentes durante as quadras invernosas, o patrimônio arquitetural ficou a mercê dessas intempéries, e isso contribuiu bastante para a deterioração das edificações centenárias. Mesmo depois do tombamento, quase nada foi recuperado. Muitas construções encontram-se em ruínas, e se não houver um trabalho rápido para recuperar esses prédios históricos, em pouco tempo eles desaparecerão da paisagem urbana, levando consigo parte da história da sociedade cearense (Fotos 54 e 55).

Vários são os fatores que têm contribuído para que essa herança arquitetural venha desaparecendo do espaço urbano. Entretanto, não basta identificar os agentes responsáveis por tais ações. Faz-se necessário atentar para os projetos que visam a preservação e restauração do centro histórico de Aracati.



Mapa 12 - Aracati (sede municipal) - limite dos bairros.
Fonte: PDDU, 2000.

Foto 54 - Residência em ruínas localizada na Rua Grande (Rua Cel Alexanzito).
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Foto 55 - Outro descaso com o patrimônio arquitetônico.
Foto: Adriano Andrade, 2000.

Considerações Finais

Passados três séculos desde seu surgimento, no século XVIII, Aracati ainda guarda na largura de suas ruas, na estreiteza de seus becos, nas casas de sobrados de janelas avarandadas, nos templos religiosos, peculiaridades que a distingue de tantas outras cidades coloniais do Brasil. Uma destas particularidades está marcada no próprio traçado urbano retilíneo com ruas largas, cortadas por becos, diferenciando-se assim de outras cidades do referido período, quando o que as caracterizavam eram as ruas estreitas e a sinuosidade do traço urbano. Basta ser citado como exemplo o centro histórico de Salvador, as cidades históricas mineiras entre outras. Todavia o centro histórico de Aracati assemelha-se bastante ao centro histórico de Icó (CE), Oeiras (PI), Açu (RN), Pombal (PB).

Em especial, as particularidades arquitetônicas se assemelham em quase tudo com as cidades históricas do Ceará colonial. A organização das vilas coloniais deste Estado, comumente compunha-se da câmara municipal, da igreja matriz, do pelourinho, símbolos que se materializavam no espaço representando as forças dos principais agentes detentores do poder econômico, político e cultural.

Outros espaços evocam a presença dos excluídos da história, como por exemplo, o largo que fica em frente a igreja Matriz de Aracati. Local onde os nativos foram catequizados, ou seja, foram obrigados a esquecer a sua cultura e deixar disseminar na cidade “civilizada” os hábitos do homem branco; a praça da Cruz das Almas, local onde foi estabelecido o pelourinho e nele se fazia justiça em nome do rei, condenando escravos “desobedientes”, ou seja, os mesmos lutavam apenas pela igualdade entre os homens, e tiveram que pagar com a própria vida porque ousaram infringir as regras da conservadora sociedade colonial; as igrejas que pertenciam aos diferentes grupos sociais, distintos pela cor da pele, são construções que afirmam o conservadorismo e o pré-conceito de uma sociedade apartada.

Estes *lugares de memória* testemunham momentos de encontros e confrontos e carregam nos detalhes de suas formas um acúmulo de valores e significados. São conceitos, valores, condutas e práticas de uma sociedade conservadora e elitista, representados na estrutura e nos desenhos de suas casas, dos edifícios públicos, das praças e dos templos religiosos.

Participaram efetivamente do processo de construção do espaço urbano a Igreja e as irmandades religiosas, a câmara municipal, o Estado, os agentes econômicos, entre outros grupos sociais. Vale lembrar os que foram marginalizados, excluídos e ocultados nesse processo, ou seja, os indígenas e a população negra principalmente (provavelmente transformados em trabalhadores domésticos, artesãos, ferreiros, pedreiros, etc.). Teriam sido eles que ergueram os suntuosos templos e casarões da vila? Foram estes artesãos anônimos responsáveis pelo embelezamento da vila? Estima-se que sim, pois por trás de toda essa história, de toda a produção daquela riqueza, havia alguém que trabalhava, que produzia através da força de seus braços. Infelizmente há poucos indícios ou quase nada sobre esta população anônima.

A sociedade aracatiense incorporou bem a cultura européia. Um povo polido que sempre se portava de roupas elegantes, carregado de “bons hábitos”, enfim, um povo que se distinguia como o mais “civilizado” da Capitania. A cidade sempre embelezada por belos solares, ruas, praças ajardinadas onde passeava a “fina flor da sociedade”, e o mais importante, a opulenta Aracati colonial era o local onde se davam as audaciosas transações comerciais realizadas entre homens sisudos, os mais respeitados do Ceará.

Evidentemente, o povo aracatiense tem todo o direito de preservar este patrimônio (seja ele herdado do pobre, do rico, do branco, do negro, do índio etc). Mas não deve esquecer que na sua aparente forma, a cidade guarda apenas parte da sua história – a cidade dos “heróis”. Todavia, o povo aracatiense não tem o direito de esquecer o outro lado (que faz parte da mesma história evidentemente), a história daqueles que apenas com a sua força de trabalho retirou da terra toda a riqueza para seus senhores e levantou monumentos, ergueu templos, sobrados, enfim, a história daqueles que após serem explorados tiveram que desaparecer para que os

“heróis” pudessem contar as suas conquistas. O povo aracatiense deve lembrar-se sempre que na sua composição étnica carrega no sangue a mistura das três raças do branco, do negro e do índio.

Sem nenhuma ousadia de tentar esgotar este assunto, deixa-se aqui esta obra inacabada, ficando uma reflexão acerca da *memória da cidade*, na esperança de que outros trabalhos possam surgir e assim contribuir mais ainda para o avanço desta temática nos estudos geográficos.

Na tentativa de contribuir com a comunidade local, no sentido de se preservar a memória da cidade, sugere-se algumas medidas:

- Implantar um Centro de Memória de Aracati;
- Implantar o Arquivo Municipal que sirva como instrumento de pesquisa e resgate da *memória da cidade;*
- Dinamizar o centro histórico, revitalizar os edifícios e prédios históricos, criando espaços de convivência, implantando atividades comerciais, atividades de lazer, tendo como finalidades à motivação da cultura local e ao turismo visando o desenvolvimento local.
- Como medida para dinamizar o Centro Histórico de Aracati sugere-se que se desenvolvam atividades culturais nas praças, nas ruas, nas escolas e em outros equipamentos urbanos. O objetivo central seria a busca pela valorização do patrimônio arquitetônico, dos costumes, das festas religiosas, das festas populares, da culinária, do artesanato, enfim, todo cidadão tem direito ao acesso ao patrimônio de bens culturais e ao diálogo constante com seu lugar.
- Facilitar a visita dos estudantes da comunidade local e circunvizinha ao Instituto do Museu Jaguaribano. Para isto propõe-se o pagamento da meia-entrada. Permitir a entrada dos visitantes ao Museu com trajes menos formais, uma vez que se trata de uma cidade turística litorânea. Isto facilitaria e promoveria a divulgação do patrimônio da cidade.

O objetivo central seria a busca pela valorização de uma identidade própria para a cultura local, com um esforço pela preservação da tradição e da memória histórica e o incentivo à produção e divulgação cultural. Porém é

necessário atentar para o fato de que cada geração tem a sua própria história, as suas representações sociais, os seus símbolos, o seu modo de ser, porque a sociedade e o espaço possuem um movimento constante, contínuo, está sempre em transformação, e isto não deve ser esquecido, pois se corre o risco de parar no tempo e no espaço.

Todavia a sociedade para avançar e se adequar às novas exigências do mundo contemporâneo não necessariamente tem que anular o seu passado. O presente em construção e o futuro a ser construído precisam de bases sólidas, de referências, de exemplos que somente as experiências das gerações passadas podem contribuir para a construção de um mundo melhor.

Bibliografia

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briquet, 1960.

_____. **Capítulos de História Colonial** (1500-1800). 7ª edição. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ABREU, Maurício de Almeida. A Apropriação do Território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná (org.) et al. **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p.197-245.

_____. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Laget / UFRJ, nº 4, 1998. p.5-26.

_____.Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Revista GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, Departamento de Geografia / FFLCH/USP, nº 7, 2000. p.13-25.

AMORA, Z. B. O processo de urbanização. In: ELIAS, D. et al. **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: FUNECE, 2002, p.163-176.

ANUNCIAÇÃO, V. S. da, et al. Algumas reflexões sobre memória urbana. **Revista Formação**. Presidente Prudente – SP, nº 8, 2001. p.87-97.

ARAGÃO, R.B. **História do Ceará – síntese didática**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1º e 5º volumes, 1987.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas – São Paulo: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Revista Terra Livre**-Geografia Espaço e memória, São Paulo, nº 10, 1994.

BARROSO, Gustavo. **À Margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BARROSO, F. Andrade. **Igrejas do Ceará**: crônicas histórico-descritivas. 2º volume. Fortaleza: Editora Gráfica, 1999.

BEZERRA, Antônio. A cidade do Aracaty. In: **Almanach do Estado do Ceará**, **para o ano de 1902**, Ano 8º . Fortaleza: Typ. Economiea, 1902.

BRADBURY, Malcomm; MCFARLANE, James. **Modernismo. Série Geral - 1890-1930**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 1989.

BRESCIANNI, Stella. História e Historiografia das Cidades, um Percurso. In: FREITAS, M. Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p.237-258.

CAMPOS, Eduardo. **As Irmandades religiosas do Ceará provincial:** apontamentos para sua história. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CASAL, M. Aires de. **Corografia Brasílica**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CASTRO, J. Liberal. **Pequena Informação Relativa à Arquitetura no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 1977.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

CORRÊA, R. Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná (org.) et al. **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CORIOLANO, L. N. Estratégias para o desenvolvimento do turismo. In: ELIAS, D. et al. **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: FUNECE, 2002, p.253-279.

COSTA PORTO, J. da. **Estudo Sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1965.

DANTAS, E. W.Corrêa. Sistemas de cidades em terra semi-árida. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alecsandro JP. (orgs). **Geografia:** leituras culturais. Goiânia, 2003. p.207-236.

DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. TOMO I e II. Tradução e notas de Sérgio Milliet. 4ª edição [S.L.: s/d].

DUARTE, R. Entrevista com Romeu Duarte, Superintendente Regional do IPHAN. Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 de agosto, p. 4, 2002.

FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de história jaguaribana**: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe. Fortaleza: Premius, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

GARDNER, G. **Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica do Ceará**. Fortaleza: BNB, 1986.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1997.

_____. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto,1995.

Guia dos Bens Tombados do Ceará. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1995.

HOORNAERT, E. Catequese e Aldeamento. In: SOUSA, Simone (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. pp. 45-62.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4ª Superintendência Regional (CE/RN). **Aracati-CE.-Estudo para Tombamento Federal**. V.1 e 2, 1998.

IPLANCE–Instituto de Planejamento do Ceará. Atlas do Ceará. Fortaleza,1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

_____. Contagem Populacional, 1996.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. [S. L.]: Companhia Editora, 1942.

LEAL, H. Ideburque. **Casa de Câmara e Cadeia de Aracati. Fortaleza**: Instituto do Museu Jaguaribano - Aracati, 1997.

_____. **Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural da cidade de Aracati** (1940-1994). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1995.

LEMENHE, J. Antônio. A ocupação do Vale do Jaguaribe e o nascimento de sua arquitetura. **Propostas alternativas:** Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural – I, nº 6. Fortaleza: IMOPEC, 1999. p.18–21.

LEMENHE, M. Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflitos de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LEPETIT, Bernard. O Presente da História. In: **Por uma Nova História Urbana**. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; trad. Cely Arena. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001. p.155-190.

LIMA, A.G.Costa. **Terra Aracatiense**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

_____. **Pequena Corografia do Município de Aracati.** Fortaleza: Tipografia Minerva, 1956.

LIMA, L. de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LIMA, L. Cruz et al. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

MARTINS Filho, A; GIRÃO, R**. O Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MENEZES, L. B. Alardo de. Memória sobre a Capitania Independente do Ceará. In: **Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p.36-60.

MORAES, A. C. Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2002.

NOBRE, G. da Silva. **As oficinas de carnes do Ceará:** uma solução local para uma pecuária em crise. Fortaleza: Gráfica Editorial do Brasil, 1976.

NOGUEIRA, J. de Carvalho. **Aracati:** Evolução, Arquitetura e Reabilitação. Requisito de avaliação final referente a conclusão do curso de Arquitetura. Recife: UFPE (mimeo), 1999.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUSA, S. de, e GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.237-256.

PINHEIRO, F. José. O Vale do Jaguaribe: um espaço livre dos povos indígenas para uma região da pecuária. In: **Propostas Alternativas:** Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural – I, nº 6, p.12 –17. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

_____. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: **Uma Nova História do Ceará**. SOUSA, S. de, e GONÇALVES, Adelaide et al. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PONTES, S. Rogério. **Fortaleza *Belle Époque*:** reformas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

POULET, A.J. da Silva. Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará. In: **Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p.05-33.

PREFEITURA DE ARACATI. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracati-PDDU. **Caracterização do Município de Aracati**. Fortaleza: Gausismetgaia, Consultores Consorciados, 2000.

RATTS, Alecsandro. A “fábula das três raças” no Vale do Jaguaribe. In: **Propostas Alternativas:** Vale do Jaguaribe Natureza e Diversidade Cultural – II, nº 7. Fortaleza: IMOPEC, 2000. p.22 –27.

REIS Filho, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500/1720). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da USP, 2000.

RIC - Revista do Instituto do Ceará, TOMO I, 1887.

_____. TOMO XXXI, 1917. p.336 –367

_____. TOMO XXXII , 1918.

_____.TOMO LXXIII, 1959.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____. **Técnica, espaço e Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, J. A. F. Cirilo da. **Icapuí**: uma história de luta. Fortaleza: [s.n.], 1998.

SILVA, J. B. da. Baixo Jaguaribe: uma região em processo de mudança*.* **3º Encontro Nacional de Geógrafos**. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros – UFC, 1978. p.148-170.

_____. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUSA, Simone de, e GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p.215-236.

SILVA, J. B. da e CAVALCANTE, T.C. **Atlas escolar, Ceará**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2002.

SILVA, L. T. da. Fotografia e Paisagem Urbana. **Revista Saeculum** (Revista de História). Nº 6/7. Jan. Dez. 2000 / 2001. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2002.

SOUSA, Eusébio. **Álbum do Jaguaribe**. Belém: Gráfica Amazônia, 1922.

SOUZA, M. Salete de. O crescimento das cidades no Ceará e sua evolução. **Anais do 4º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Fortaleza, AGB/UFC, 1995. p.105-111.

_____. **Approche du fait urbain au Ceara (Brésil).** These présentée pour le Doctorat de 3è Cycle. Strasbourg - França. Université Louis Pasteur . Centre de Geographie Appliquee, 1974.

STUDART, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará.** TOMO I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

UCHÔA, Waldery. Aracati: monumento de tradições da era colonial. In: **Anuário do Ceará**. Fortaleza: [s/n] 1953-1954. p.31-33.

VASCONCELOS, P. de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná (org.) et al. **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravagista. In: SPOSITO, M. E. B.. **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2001.

ANEXOS

Anexo I

CONSULTAS DO CONSELHO ULTRAMARINO

171. O capitão-mor que foi da capitania do Ceará, Dom Francisco Ximenes de Aragão, em carta de 8 de janeiro de 1743, que por cópia sobe à real presença de Vossa Majestade fez a Vossa Majestade presente ser preciso que no lugar do Aracati do Jaguaribe, onde portam os barcos, que todos os anos vão ali fazer carnes, assistisse um juiz ordinário com um tabelião da vila do Aquirás, enquanto os mesmos barcos se detivessem naquele lugar, para se evitar várias desórdens que ali se cometiam.

E ordenando-se ao ouvidor geral daquela capitania informasse sobre esta matéria, satisfez por carta de 24 de julho de 1744 que também por cópia sobe inclusa, dizendo ser conveniente que no dito lugar se erigisse uma vila, apontando além dos motivos que havia para a criação dela as circunstâncias que se deviam guardar na sua fundação.

E remetendo-se as referidas cartas por cópia ao governador e capitão general da capitania de Pernambuco se lhe ordenou informasse, com seu parecer se seria conveniente a criação da vila que apontava o referido ouvidor, a que respondeu o que consta da sua carta de 4 de maio deste presente ano que juntamente sobe com esta a soberana presença de Vossa Majestade em a qual aprova a fundação da dita vila.

E dando-se de todos estes papeis vista ao procurador da Coroa disse que a fundação de uma vila em que todos concordavam parecia ser mais útil, precisa, e que enquanto ao sítio e mais circunstâncias se conformava com o parecer do governador e do ouvidor do Ceará.

O que visto:

Parece ao Conselho que Vossa Majestade, se sirva mandar fundar uma vila em este porto do Aracati e encar-

regar a criação dela ao ouvidor do Ceará, Manuel José de Faria, ordenando-lhe que passe logo ao dito porto, e escolha sítio, que sendo mais livre das inundações do rio, fique igualmente cômodo, assim às embarcações e forasteiros, que vão nelas comerciar, como aos moradores da dita vila.

Que escolhido o dito sítio, e conservando a ideia, que aponta de estender uma face da vila ao longo do rio, demarque em primeiro lugar a área que há de servir de praça com tal proporção, que não padeça o defeito de acanhada, ainda que a dita vila tenha o aumento que se espera, que no meio da dita praça levantará o pelourinho, e aos lados dela ficarão os edifícios públicos, como casa da Câmara, cadeia e mais oficinas que forem necessárias ao serviço da mesma vila, destinando logo espaços proporcionados a cada um dos ditos edifícios, e oficinas; que feito o referido tirando da área destinada a dita praça, linhas retas e iguais, demarque as ruas que couberem, na reflexão de que não hão de ter menos de vinte pés de largo, e que no espaço que mediar entre elas deve ficar chão bastante para os habitadores edificarem casas com seus quintais, cômodos ao tráfico e uso do país, e que estas casas dos habitadores pelo exterior hão de ser todas iguais, e do mesmo perfil, atendendo a formosura do aspecto público, posto que pelo interior as poderá cada um fazer respeitando somente a sua comodidade, de sorte porém que em todo o tempo se conserve o mesmo aspecto público, e a mesma largura das ruas, entendendo ele ouvidor, que não se devem demolir as casas já fundadas, no caso que esta nova vila se situi contigua à povoação que já ali se acha, pois neste caso se acautelará que quando alguma das ditas moradas de casas se haja de reedificar, por arruinada, seja a reedificação de forma que fique não só cedendo a largura necessária para os ditos vinte pés, mas igualando o perfil, e vista das novas, para que com o curso do tempo e sem incômodo dos donos das ditas casas venha o público a conseguir a utilidade desejada em a formosura da vila; que delineadas as ruas e chão para as casas dos novos habitan-

tes, deixará para continuação de outras bastante espaço respeitando prudentemente o aumento dos moradores que se espera, e depois passará a destinar e demarcar o rócio, ou logradouro público no qual também destinará lugar para curral e matadouro, tendo na escolha deles a reflexão de que fiquem a sotavento da vila e junto ao rio para que a não ofenda o mau cheiro, e poderem ter fácil vazão as imundícies.

Que quando a igreja que há naquele porto não possa servir à dita nova vila, demarque também lugar para ela ou em a praça, ou no sítio que entender mais adequado e cômodo aos moradores com atenção porém a que deve ser capaz de receber os fregueses, posto que a vila cresça em povoação e que quando a dita igreja não fique na dita praça há de em o lugar que para ela destinar, haver não só espaço para adro, mas para alguma forma de praça ante a sua porta principal.

Que também destinará caminhos públicos para fontes, pedreiras e uso do rio, a cuja margem deve dar espaço largo em atenção as enchentes dele, e que quando ordinariamente sejam grandes as suas inundações será mais acertado o destinar junto à dita margem o rócio ou logradouro público, a fim de que se inundem menos os edifícios.

Que depois de demarcada toda a vila proceda (guardada a forma da ordenação do Reino) a fazer eleição dos oficiais que a hão de servir e haverão nela dois juizes ordinários, três vereadores, um procurador do Conselho que servirá também de tesoureiro, um escrivão da Câmara, que servirá também de escrivão da almotaceria, um escrivão do público judicial e notas que sirva também de escrivão das execuções e se farão alcaide e carcereiro e todos os mais oficiais na forma da mesma ordenação.

Que eleitos os ditos oficiais tratará com eles da extensão do termo que deve ter esta nova vila, atendendo ele ouvidor muito aos seus pareceres pela pluralidade dos votos mas procurando reduzi-los a uniformidade de sorte porém que se não possam queixar dela as vilas do Aquirás

e Icó, e que parecendo-lhe que será útil para quietação dos povos o ouvir também as Câmaras das ditas vilas de Aquirás e Icó as ouvirá com efeito e quando ao menos pela maior parte dos votos de todas as três Câmaras se não possa conseguir sem inquietação a demarcação do termo da nova vila, a não porá em execução antes de dar conta com os pareceres das ditas Câmaras, interpondo também o seu para Vossa Majestade tomar a resolução que for servido, e deve ele ouvidor quanto à demarcação do termo da vila haver-se com tal prudência que fiquem evitadas as desigualdades e os dissabores que resultam de semelhantes divisões.

Quanto à forma de se suprirem as despesas que se hão de fazer com a cadeia e mais edifícios públicos, posto que o ouvidor não declara o que baste para se poder tomar resolução certa pois sem individuar se o território daquele porto está ou não dado de sesmaria se conclui que remunerando Vossa Majestade ao dono da terra em que portam os barcos, e estão as oficinas com o ofício de tabelião da mesma vila com o rendimento das ditas oficinas e dos foros das casas que se hão de fazer de novo se poderão efetuar as ditas obras e ter a Câmara o necessário para sua conservação com tudo.

Parece ao Conselho que Vossa Majestade se sirva ordenar-lhe que examine os títulos das tais oficinas e do dito território, e caso que se ache serem legítimos e de sesmaria pratique com os possuidores de uma e outra propriedade sobre os equivalentes delas apontando ao possuidor das oficinas o ofício de escrivão do público judicial e notas, sem o anexo das execuções e ao possuidor do território, o de escrivão da Câmara, sem o anexo do da almotaceria, e que se uma e outra propriedade for de um só possuidor, lhe aponte um dos ditos ofícios com o seu anexo, e que quando se contentem com os ditos equivalentes os prova interinamente nos ditos ofícios e tomará logo posse com os oficiais da Câmara das ditas oficinas e de todo aquele espaço de terra, que há de ocupar a vila com todos os seus

edifícios públicos e particulares, rócios e logradouros, e que tomada que seja a dita posse ficarão na administração da Câmara, que se haverá a respeito deles na forma que dispõe a ordenação do Reino e procederá ele ouvidor, observando pontualmente a mesma ordenação a dar princípio à obra da cadeia e dos mais edifícios públicos, preferindo os que forem mais precisos à boa regularidade pública, e de tudo dará distinta conta remetendo os ditos títulos, autos de posse, permutações dos equivalentes, com as ditas propriedades e provimentos dos ofícios; e que no caso que o dito território esteja ainda vago, e não dado de sesmaria só praticará sobre ele o equivalente com o dono das oficinas, e demarcará a vila como fica disposto.

E entende o Conselho ser este o meio não só o mais proporcionado a adiantar a fundação desta vila, mas o mais livre de escrúpulos a respeito do interesse dos donos das oficinas, e território quanto a este último posto que sesmeiro nunca está obrigado a ceder sem bem equivalente os foros do chão destinado para a dita vila e quanto ao das oficinas como pela informação do capitão-mor que inclusa na do governador de Pernambuco sobe à presença de Vossa Majestade, se vê serem de rendimento de trezentos mil réis por ano, é sem dúvida que precisam câmbio, e o que se lhe oferece em o ofício de público judicial e notas será de correspondente rendimento pelo que se colhe da informação do ouvidor.

E não é o Conselho de parecer que por ora se imponha nas reses os dez réis por cabeça que o dito capitão-mor aponta, porque semelhantes imposições servem mais de afugentar povoadores, que de provocá-los, e seria buscar oposição ao fim desejado.

Lisboa, 12 de dezembro de 1746.

A margem — Como parece. Lisboa, 11 de abril de 1747. Com a rubrica de Sua Majestade.

(**Documentos Históricos**, vol. C, pgs. 276 a 280)

Fonte: NOBRE, 1976, p.69-73.

Anexo II

AUTO da Audiência Geral de 12 de Fevereiro de 1781

. . . . . .

Foi mais reprezentado pella Camera e uniformemente por todos os Respublicos que a mesma Camera sentia gravissimo prejuizo, os moradores discomodo, e a vila notavel deformidade em se não aforarem os chaõns que ha devolutos, nos lugares mais interessantes da mesma Villa porque querendo muitos moradores afora los para edificar se opoem os donos das Officinas que estão dentro, e proximas a mesma vila com o pretexto de que não he conveniente às mesmas Officinas por serem os ditos chãons logradouros das mesmas ao mesmo tempo que as ditas Officinas estão tambem per si fazendo outro gravissimo prejuizo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fetidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz pereser muitos indivíduos; e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objecto a Saude publica, e os referidos chaons se devem aforar para se fazer a villa mais decente e populoza requerião instantemente por hua parte que se aforasem os chaons a quem os pertendesse asim na Rua de Santo Antonio desde a caza do Thenente Joze Ignacio Uxoa athe contestar com a rua das Flores por hua e outra banda da rua, como na rua direita do Rozario desde a caza de Joze Ribeiro Freire athe a caza do Capitão mor Joze Rodrigues Pinto tambem por hua e outra banda. E por outra parte requerião quanto às Officinas que passada a safra do prezente anno fosem logo notificados os donos dellas ou seos administradores a saber da Officina do Capitão Joze Ribeiro Freire, a do Capitão

João Coelho Bastos, a de Thomé de Melo, a de Manoel Francisco da Cunha e a do Tenente Coronel Manoel Rodrigues da Silva para que no termo de oito dias fasão desmanchar infalivelmente os curraes e estaleiros e que nunca mais os tornem a armar nem fazer matansa nas mesmas Officinas pena de Seis mil reis para as despezas do Concelho por cada vez que fizerem o contrario pagos da cadea e se lhe mandarem derubar os ditos Currais e Estaleiros a sua custa e outro si se publicar por Edital ao mesmo tempo que todo o trabalhador que for trabalhar a cada hua das referidas Officinas seja condemnado em doiz mil reis cada hum e trinta dias de cadea. O que ouvido pello dito Doutor Corregedor se conformou com o sobredito requerimento visto ser feito por todos uniformemente e ser justo e interessante a Republica e mandou que inteiramente se executasse na forma referida e que a Camera fose asignalar quando lhe fosse requerida os lugares das Officinas que se ouvessem de extabelecer novamente os quais lugares serião precizamente emparelhando com a Officina de Joze Vás para a parte de baixo sem embargo das cazas de pouca consideração que se achão neste terreno as quais serão obrigadas a demolir se para se estabelecerem as ditas Officinas.

Foi mais reprezentado que no cazo de haver alguma pessoa que se quizesse opôr as utilisimas e saudaveis providencias asima Providas era muito inconveniente que os Almotacês conhecesem destes requerimentos e acsoens pois tinha mostrado a experiencia repetidas vezes que os mesmos Almotacês embarasavão a execusão delas por serem ignorantes do Direito e não terem quem os aconselhe fazendo as vezes das partes por razoins particulares termos em que requerião providencia neste ponto. O que ouvido pello dito Doutor Corregedor determinou que como estas refferidas providencias emanavão da Camera ella he que devia tomar conhecimento dos requerimentos que se fizessem sobre o mesmo objecto e que os Almutacêz se não intrometessem a conhecer dellas vistas as rezoens alegadas

e todo o recurso que se interpuzesse das decizoens da Camera sobre este ponto seria para o Juizo da Procuradoria da Comarca que hera o emediato sobre os interesses e bens das Cameras, e dahi para a Relasão.

. . . . . .

. . . . . .

(Livro dos Provimentos em Audiências Gerais na Vila de Santa Cruz do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 — Fls. 74 a 75 v.)

Fonte: NOBRE, 1976,p. 80-82.

Anexo III

AUTO de segunda Audiencia geral que requereo a Camara nesta Vila do Aracati

ANNO do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil sete centos e oitenta e hum aos dezanove dias do mes de Fevereiro do dito anno nesta Villa do Aracati comarca do Seara Grande nas cazas da Camera della onde foi vindo o Doutor ouvidor geral e Corregedor da Comarca Joze da Costa Dias e Barros a instancias do Senado da mesma Camara e sendo prezentes tãobem os homens bons e respublicos abaixo asignados foi reprezentado pello mesmo Senado ao dito Menistro que a saudavel rezolusão que se havia tomado na Audiencia geral da prezente Correisão no dia doze do corrente a respeito de se demulirem as officinas que estavão disfigurando a beleza, e arruinando a saude publica desta Villa parecia que só continha o inconveniente de se demorar a execusão da dita rezolusão para depois da safra vindoura, pois era de muita necesidade que se executase já sem perda de tempo; porque só asim se evitavão, e removião os prejuizos, e inconvenientes que se havião de sentir com a demora da dita execusão; porquanto hera bem notorio que a matansa dos gados nas sobreditas officinas dentro da vila geravão todos os anos hum morbo pestilento, fetido, e imundicias, que não só duravão o tempo das matansas, mas tambem pello discurso de todo o anno porque cada vez que xovia se renovava, e parecia coiza incompativel com o bem publico conservarem se as taes officcinas que só fazião comodo particular aos donos delas para haver mais hum ano de peste, e de incomodos, os quaes athe se estendião a impedir a decencia com que se devia selebrar o Sacro Santo Sacrificio da Missa que por

mais cautelas que hajão em estar o acolito continuamente abanando as moscas, e levantar o Sacerdote o Sagrado Calix cuberto contra o Rito Romano, sempre nelle cahem as moscas e as Imagens e Ornamentos da Igreja sempre estão sordidos, e indecentes pela mesma cauza, o que principalmente acontesse na Igreja Matriz por estarem as ditas officinas contiguas a ella. Alem disto tãobem he notorio que a rua de Santo Antonio he a parte da Vila mais importante, e mais populoza xeya de Logens abertas de mercadores de fazendas, as quais se perdem com as moscas que as cobrem em xusma por estarem as ditas officinas confinando proximas à dita rua; sendo tambem coiza insofrivel o detrimento que sentem os moradores em geral, não só no aseyo de suas cazas e roupa, senão tambem na comida cotidiana que sempre he envolvida com moscas. Que devia tambem ponderar se a indecencia com que sai o Santissimo Sacramento aos infermos, que precizamente pasa por entre as ditas oficcinas por estar todo aquele terreno embarasado com os coiros, com os baios, com as carnes, com as salmoiras, e lamas que fazem, e enfim com os caxorros, multidão de magarefes, bixos, podridão, fetido, e ossos, que cauzão os notorios inconvenientes que se sabem sentir, e não explicar. E porque as referidas officcinas herão huas cazas, ou idificios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vaã que em pouco tempo se podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha no lugar que está destinado, que he o mais conveniente para as mesmas officcinas, e mais perto do Porto dos Barcos, e daqui athé ao principio da futura safra decorrião pouco mais ou menos tres mezes tempo muito bastante para se mudarem as ditas officinas, requerião que a execusão detreminada na Audiencia proxima passada se fizesse já sem demora, notificando se os donos das mesmas officcinas, ou seos procuradores, e administradores para que no termo de oito dias as demolisem na conformidade, e com as penas que forão extabelecidas na dita Audiencia geral.

O que ouvido pelo dito Ministro, posto que todos os officiais da Camera e Respublicos prezentes concordasem com todo o referido, determinou que se dese a execusão o sobredito provimento na forma que fica exposto; porem que por equidade seria bom que os donos, ou administradores das referidas officcinas fossem notificados para virem pessoalmente a primeira veriasão desta Camera, e que querendo elles asignar termo de se não oporem de modo algum a execussão estabelecida na primeira Audiencia geral prometendo não procurar algum recurso para a impedir que não fose, ou imediatamente a Sua Magestade, ou pelos termos de recurso Legitimo de Apelasão ou Agravo, não fazendo requerimento algum aq.le respeito que não principiase e se dirigise a mesma Camara para dahi se seguirem os sobreditos recursos, ficase a execusão de se demulirem as officcinas deferida para depois da safra na forma determinada na primeira Audiencia geral; bem entendido que aquelle dos sobreditos donos, digo, que aquele, ou aqueles dos sobreditos donos, e administradores que não compareserem na dita veriação, ou não quizerem asignar o termo na forma determinada, sejão lansados de toda a sua defeza, e que passados os oito dias não havendo demolido as officcinas, lhe fosem estas demolidas a sua custa com as penas já estabelecidas.

E logo todo o Corpo do Senado e dos Respublicos uniformemente convierão na determinasão do dito Ministro a quem reprezentarão outrosi que todo o Agravo ou Recurso que se interpuzesse não devia suspender a execusão por ter por objecto o livrar a este Povo de doensas e incomodos que ficão expostos, cujo beneficio se não devia demorar. O que ouvido pelo dito Menistro se conformou com este requerimento e asi o determinou por ser de justissa.

E por não haver mais requerimento algum que aqui se descrevese mandou o dito Menistro fazer este termo em que com toda a Camera e respublicos asignou e Manoel

Martins Braga Escrivão Ajudante da Correição que o escrevi.

Barros

Pedro Joze da Costa Barros
Manoel Roiz' Per.a
Ven.co Joze Frr.a
Joseph Roiz Pinto
Matheus Frr.a Rebello
Jo. da Costa Mor.a

Josè B.ar Augeri
Bernardo Pinto Martins
Alex.e Ferr.a da Costa
Josè Camello de Vasc.os
Joze Joaq.m Per.a Banhos
Joze Montr.o de Sá

Joze da Costa Lobo Lam.o
Franc.o do Reguo e Mello

Pedro Tenr.ro de Alm.da
Gregorio Graciman Galvão
Luiz Jose de Men.es
Josè de Payva Maya
João Fran.co de Sam Payo

Certifico que sitei por cartas o Tenente Coronel M.el Roiz da Silva o C. Ant.o Fran.co Bastos o C. Joze Rib.ro Fr.e como taobem ao Sarg.to Mor Joze da Costa Lobo como administrador da oficina de Tomé de Mello e ao M.e de Campo Teodozio Luiz da Costa como administrador da oficina de Manoel Fran.co da Cunha p.a virem a veriação do dia da manhã asinar o termo na forma determinada no provim.to supra as quais cartas lhes forão entregues pello Alcaide segundo me constou da sua fé e por verdade pasei o presente — Aracati 20 de Fevereyro de 1781.

Alex.e Ferr.a da Costa

V.to em Corr.am Em conceq.a dos saudaveis Provim.tos das duas Aud.as Geraes da Preze Corr.am q.' mandarão extinguir as Officinas das carnes dos lugares em q.' estavão se faz indispençavel prover sobre algumas circunst.as

occorrentes, q.' não lembrarão, ou se não decidirão nas ditas Aud.as Geraes, e agora me são reprezentadas pela Camera, e Moradores a bem do Publico

§ 1.º Em 1.º lugar havendo se verificado por hua positiva e pessoal inspecção minha, e dos off.es da Camera q.' as Officinas q.' se houverem de levantar daqui por diante, só ficão bem no terreno q.' vai da Officina do Salvador p.a a p.te da Ilha dos Viados por ter bast.e pavim.to, e por ficarem perto do ancoradouro dos barcos sem prejuiso da Villa, Ordeno q.' a Camera não permita levantar alguma Officina em outro lugar se não no d.o terreno, de sorte q.' não passe da d.a Officina do Salvador p.a a p.te da Villa, sem embg.o da determinação fl. 75, q.' permite emparelha las com a officina de Jozé Vaz, porq.' esta, e as outras q.' se achão sem curraes, e sem exercicio entre a d.a Officina do Salvador, e a Villa não devem subsistir se não do modo em q.' se achão sem exercicio de matança. Bem entendido q.' as ditas novas Officinas se não poderão fazer fora do terreno demarcado pertencente à Camera, pena de sere m demolidas as que se levantarem fora do terreno assima declarado à custa dos donos, e de pagarem estes mais 6000 rs. da cadea com o direito salvo de haverem este prejuizo dos Off.es da Camera q. lhes facultarem faze las fora do terreno sobred.o

§ 2.º Achando a Camera por alguns justos motivos de notoria necessid.e, q.' se deve permitir Licença p.a se matar nas Officinas velhas sem exercicio, q.' se achão ainda na d.a Ilha dos Viados, a dará, com tanto q.' se pague à Camera a mesma renda de dez mil r.s por cada barco de carnes, como se estas fossem fabricadas no terreno da Villa, pois q.' a Camera não deve sentir prejuizo no seo Patrimonio

§ 3.º Sendo notorio, e reprezentado na Aud.a G.al q.' os incetos, fetidos, e epidemias, q.' se experimentavão nes-

ta Villa procedião não só das Officinas, mas tambem dos ossos, q.' os moradores aproveitavão, e fazião carregar p.a suas cazas, afim de estrahirem deles a manteiga dos tutanos, deixando nos quintaes, e nas ruas os mesmos ossos, de cuja putrefacção rezultavão em todo o decurço do anno os perniciosos effeitos sobreditos, os quaes sempre durarão se não for efficazm.te removida a referida dezordem, Ordeno q.' logo antes da prim.ra safra das carnes a Camera mande apregoar, e por **Edital**, q.' nenhúa pessoa introduza ossos nas suas cazas, nem nellas fabrique a ref.da manteiga dentro da Villa, e q.' só o poderão fazer nas mesmas officinas, ou nos seus contornos da officina do Salvador p.a baxo, pena de seis mil r.s pagos da Cad.a a metade p.a q.m accuzar, e a outra metade p.a as dispezas do Conc.o. Igualm.te mandará apregoar a Camera q.' todo o fabricante de carnes, e manteigas faça queimar os ossos, ou lança los na Camboa com a mesma pena.

§ 4.º O Juiz Almotacé será obrigado no tempo da safra a correr as Officinas em corr.am todas as semanas p.a conhecer dos transgressores das ref.das posturas, e fazer executar as sobred.as penas, aliaz o Juiz, e a Camera procederá contra elle na forma determinada no Regimento dos Almotaces Ord. L. 1 tº 68 § 15, ficando entendidos q.' pela ommissão dos Almotaces, e dos Juizes q.' contra eles não procederem na forma do d.o § se ha de proceder, e conhecer em corr.am formando se lhes culpa.

§ 5.º Sendo também notorio q.' no lugar de algumas Officinas q.' se mandarão abulir ficarão as ossadas dos bois, q.' com escandalo intuleravel estão infectando, e deturpando a Villa, Ordeno q.' a Camera logo sem demora mande notificar os donos, ou administradores dellas p.a q.' no precizo termo de oito dias mandem queimar, ou enterrar, ou lançar na camboa as d.as ossadas, de sorte q.' fique o terreno limpo, e isto com a sobred.a pena, q.' logo se executará se dezobedecerem, e se mandará fazer o d.o benef.o à sua custa.

§ 6.º Declarando o § 1.º deste Provim.to, Ordeno q.' no cazo de ser necessario maior terreno p.a se estabelecerem as novas Officinas no lugar q.' lhes fica determinado, a Camera o dará daquele q.' está occupando o grande cercado da Officina do Salvador, rezervando se lhe porem sempre o terreno, q.' for bastante p.a o trafico, e logradouro della.

§ 7.º Quando alguma pessoa requerer à Camera terreno, e lic.a p.a fazer Officina, a Camera hirá pessoalm.te assinalar, e fazer medir no lugar assima declarado, repartindo o de sorte, q.' entre a Officina do Salvador, e o marco da Villa, q.' parte com a Ilha dos Viados, caibão ao menos trez Officinas novas; e por cada húa destas dilig.as, como tambem por cada vistoria, q.' fizer na Villa, e seus arrebaldes a req.to de p.te poderá a Camera levar quatro mil r.s à custa das mesmas, q.' se repartirão pelos Off.es da Camera, q.' assistirem, entrando o Esc.am, e sendo precizo Medidor, lhe pagará mais a parte pelo seo trab.o o q.' a Camera arbitrar; cujo Salario, e ainda maior he uzo, e custume conf.e à razão levarem as Cameras no Reino por sim.es dilig.as p.a se não excuzarem dellas, e serem remunerados do seo trab.o.

§ 8.º Quando se edificar no chão novamente afforado entre a rua de S.to Antonio, e a de S. Gonçallo, a Camera, conformando-se com o espirito da Providentissima Ordem Regia de Creação da Villa, não concinta q.' se edifique senão em rigorozo alinham.to a saber a rua de S. Gonçallo continuará p.a o Norte por ambos os lados continuando a mesma largura em q.' está até emparelhar com a esquina da p.te do Norte das Cazas q.' forão Officina do Ten.e Cor.el M.el Roiz' da S.a, e dahi não passará, fazendo travessa p.a o Nascente, e a rua de S. Ant.o continuará, sóm.te pegando das cazas de Jozé Ign.o Uxoa, concervando o mesmo alinhamento dellas p.a o Sul até entestar com a d.a travessa sem algum outro intervalo, ou beco, porq.' deste modo

com as novas cazas da Camera, e as mais q.' ficão da p.te do Poente fica hua Praça regular, p.a a qual se deverá trasladar o Pilourinho, q.' se não deve concervar no lugar aonde está na extremid.e mais remota, e arrabalde da Villa.

§ 9 — Também não concintirá a Camera q.' se fação as cazas de taipa só sim no interior; porq.' pelo exterior serão de tijolo, guardando o mesmo prospeto, assim da parede, e portas, e janellas, como do aterro das d.as cazas de Jozé Ign.o Uxoa, q.' ficará servindo de modello, principalm.te p.as as cazas q. se seguirem a ella, excepto aquellas q.' se fizerem de sobrado, q.' precisam.te serão mais altas, e de janellas rasgadas, e faltando se a estas condiçoins declaradas neste §, e no anteced.te o Juiz Almotace mandará embargar as obras com a cominação estabelecida no § 4.

§ 10 — Outro sim não concentirá a Camera fazer cazas aonde cada hum quer, como atégora com escandalo, e puzilanimid.e da mesma Camera se tem permitido de q.' rezulta a desordem de estar a vila desmembrada, sem união, com húa extenção incommoda à socied.e, e commercio dos moradores; e p.a q.' se remova de húa vez esta intuleravel desordem, Ordeno q.' a Camera não deixe edificar, nem affore chaons p.a edificar nas extremid.es actuaes da Villa, a saber da p.te do Norte não passarão já mais as cazas da esquina do Sarg.to Mor Matheus Rabelo em linha reta à outra esquina das cazas do Sarg.to Mor B.do P.to Miz.', nem continuarão p.a o Norte a chamada rua da Paripueira. De p.te do Sul não passarão as cazas do lugar do Pilourinho p.a sima, concervando se som.te as q.' existem. Da p.te do Nascente não se poderá mais edificar senão em linha na rua do Rozario desde o pilourinho até às ditas cazas do Sarg.to Mor B.do P.to concervando q.to for possivel o alinham.to em q.' vai principiada a mesma Rua por ambos os lados, pena de ser demolida toda a caza q.'

se erigir fora destas impreteriveis raias à custa do dono, e de pagar mais de cad.a 6000 rs. p.a a Camera com dr.to salvo de se haver este prejuizo dos Off.es della q.' primitirão edifficar contra a forma deste Provim.to, e se procederá contra o Almotacé q.' logo não embargar sim.es obras, e contra a Camera q.' não proceder contra o Almotace ommisso na forma determinada no § 4.

§ 11 — Dentro nos refferidos limites poderá toda a pessoa afforar terra, e edificar, com tanto q.' seja p.a continuar, unir, e endireitar as ruas já principiadas, e principiar outras de novo nos lugares q.' a Camera achar convenientes, como seja no pavim.to das Officinas abolidas entre a rua de Santo Antonio, e a do Rozario, guardando se sempre a formalid.e determinada no § 9.

§ 12 — Q.do a Camera conceder algum chão de foro p.a edificar acrescentará no Despacho, q.' q.do o Sup.e quizer dar principio à obra requeira p.a se lhe assignalar o terreno. Vindo a p.te com este req.to despachará o seg.te — o Juiz Almotace com seo Esc.am demarque ao Sup.e o terreno afforado, guardando a forma do Provim.to de 21 de Fev.ro de 1781 do § 8 por diante q.' o mesmo Esc.am lhe aprezentará — Na conformidade deste Desp.o e do mesmo Provim.to, q.' he o prez.te, o Almotace demarcará o terreno, e exedendo a p.te a sua determinação, o condemnará na forma sobrd.a

Este Provim.to será lido pelo Esc.am em Camera na prim.ra vereação, e na q.' se fizer em cada anno no principio de Maio p.a se dar a execução o disposto no § 3, de q.' passará c.am ao pé deste, pena de se lhe dar em culpa a sua ommissão. Aracati 24 de Fev.ro de 1781

José da Costa Dias e Barros

Certifico q.' na Veriação do primeiro de Março do Cor.e ano li em Camera aos Officiaes dela que prez.es estavão

o Provim.o retro do Doutor Ouv.or Geral e Corregedor do qual se derão p.r entendidos do que dou m.a fé e passei a prez.e p.r mim escrita e asinada nesta V.a do Aracati a 2 de M.ço de 1781.

Jozé Glz' Ferr.a Ramos

(Livro de Autos de Provimentos das Audiências Gerais na Vila do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 — Fls. 76 v a 83).

Fonte: NOBRE, 1976, p.83-92.